



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX

Fábio Alves dos Santos

São Cristóvão, 2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX

Fábio Alves dos Santos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Eva Maria Siqueira Alves

Co-orientador: Prof. Dr. Péricles Moraes de Andrade

São Cristóvão, 2013

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237e Santos, Fábio Alves dos.
Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX / Fábio
Alves dos Santos; orientadora Eva Maria Siqueira Alves. – São
Cristóvão, 2013.
130 f. : il.

Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de
Sergipe, 2013.

1. Pedagogia crítica – Sergipe – Séc. XIX. 2. Professores -
Formação. 3. Ensino secundário. I. Alves, Eva Maria Siqueira,
orient. II. Título.

CDU 37.013(813.7)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

FÁBIO ALVES DOS SANTOS

ELITE LETRADA E OFÍCIO DOCENTE EM SERGIPE NO SÉCULO XIX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em 03.12.2013

Prof.^a. Dr.^a. Eva Maria Siqueira Alves (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS

Prof. Dr. Péricles Moraes de Andrade Júnior (Co-orientador)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia / UFS

Prof.^a. Dr.^a. Josefa Eliana Souza
Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS

Prof. Dr. Itamar Freitas de Oliveira
Programa de Pós Graduação em Educação / UFS

Prof.^a. Dr.^a. Katya Mitsuko Zuquim Braghini
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUCSP

Prof.^a. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2013**

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta tese de Doutorado é a culminância de uma jornada de pesquisa iniciada anos atrás. Para ser mais exato, nos idos de 2001, quando ainda aluno do curso de Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe estabeleci contato pela primeira vez com este universo. Àquela altura eu não tinha noção da dimensão que tal experiência teria em minha vida. Afinal, por mais que as pessoas reconstruam suas trajetórias indicando a ordem lógica dos fatos, a leitura teórica que aprendi sobre a vida me faz ter a certeza de que não há linearidade alguma em nossos percursos.

Daquele momento para cá foram muitas idas e vindas, reveses, escolhas acertadas e outras nem tanto, desânimos, gozos e frustrações como é o comum para os viventes. Chegar aqui parece ser o desfecho mais que planejado para quem iniciou aquela jornada. Todavia, a verdade é que se não fosse o contato com diversas pessoas este momento não seria possível. Desde o instante em que aceitei o convite quase desprezioso de um grupo de colegas do curso para concorrer a uma vaga de bolsista em um projeto de pesquisa até a defesa desta tese, pude contar com o apoio de personagens de valor inestimável. Citar todos os nomes seria uma missão difícil e provavelmente injusta.

Agradeço aos meus pais por terem incentivado em mim o gosto pelos estudos, por mais que em vários momentos eu tenha me desviado deste caminho. Aos professores do curso de História, com quem tive os primeiros contatos com os domínios de Clio. A todos que me apoiaram, de diversas formas, quando ainda menos desprovido de recursos do que sou hoje encarei a aventura de ir a São Paulo cursar o Mestrado. Aos professores que lá tive e aos amigos que fiz. Aos que me receberam quando retornei. No tempo mais recente, quero agradecer aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação com quem pude aprender mais nos últimos quatro anos. Às minhas assistentes de pesquisa, sem as quais eu não teria compilado o conjunto de informações que pude usar aqui e que pretendo fazer uso futuro. Aos companheiros das atividades profissionais, com quem pude ter novos aprendizados, mas também abstrair um pouco dessas questões e manter um pé na vida cotidiana. Aos meus alunos da Graduação, com quem pude exercitar questões da História da Educação fundamentais para minha compreensão sobre meus objetos de pesquisa. Aos companheiros dos momentos de pura

diversão, de “jogatina”, momentos sem os quais a vida de modo geral não teria o menor sentido. À minha adorada Áurea, que me conheceu nesta missão e me deu todo apoio sentimental desde então, muitas vezes me devolvendo o animo e o interesse. Aos professores do Departamento de educação, com os quais tenho aprendido cotidianamente acerca da profissão que escolhi. Aos membros da banca de defesa (Katya, Luis Eduardo, Eliana e Itamar), por todos os comentários e sugestões para o texto final e futuras pesquisas. Ao professor Péricles, co-orientador desta pesquisa, um amigo, um companheiro de luta, por suas valiosas observações ao longo deste trajeto. Por fim, à professora Eva, que aceitou o desafio de orientar um ainda jovem pesquisador, alguém com quem pude aprender, além das questões que envolvem este trabalho, vários aspectos da vida acadêmica, por meio de seu exemplo como intelectual ativa que é.

RESUMO

Esta pesquisa teve como foco investigativo a relação entre o ofício docente e a elite letrada no Brasil do século XIX, a partir do caso da província de Sergipe d'El Rey. O objetivo principal foi identificar e analisar o lugar ocupado pela docência nas trajetórias de vida do grupo supracitado. A base de dados foi construída tendo como fonte basilar o **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**, organizado por Manoel Armindo Cordeiro Guaraná. A partir desta base de informações, foi possível elaborar um estudo prosopográfico, sustentado nos conceitos de campo, capital e habitus desenvolvidos por Pierre Bourdieu. A hipótese que norteou esta pesquisa consistiu no entendimento de que ao longo do século XIX o ofício docente, em seus diferentes tipos, foi um importante campo de atuação da elite letrada e esta atuação contribuiu para a configuração da profissão docente de modo decisivo. Tentar compreender a profissão docente apenas por meio das ações voltadas aos professores primários, ou a presença das mulheres, não parece ser suficiente para uma visão mais adensada sobre a questão. Esta afirmação, apesar de óbvia, precisa ser reiterada tendo em conta aquilo que é recorrente na literatura acadêmica sobre profissão docente. Tem-se, reiteradamente, tomado as características morfológicas constituintes da docência como algo dado e natural e não como o resultado sócio-histórico do jogo de relações de força entre grupos que disputam o campo educacional. O estudo sobre a relação entre elite letrada e ofício docente revela que é um equívoco pensar a docência como um bloco monolítico, uma totalidade homogênea, como tem sido recorrência na historiografia educacional brasileira. Fica claro que é mais frutífero pensar em “professores”, “docências”, em uma perspectiva mais plural. Se a organização dos professores primários constitui um elemento fundamental para a consolidação da docência como profissão, não se pode negar também que a atuação de uma elite letrada neste mesmo sentido teve grande relevância.

Palavras-chave: Profissão Docente, Elite Letrada, Prosopografia, Ensino Secundário, História da Educação, Sergipe

ABSTRACT

This research had as investigative focus the relationship between the work of teaching and the literate elite in Brazil in the 19th century, from the case of the province of Sergipe d'El Rey. The main objective was to identify and analyze the place occupied by teaching during the groups' (mentioned above) life trajectories. The data base was built having as source the **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**, written by Manoel Armindo Cordeiro Guaraná. From this document, it was possible to draw up a prosopographic study, sustained by the concepts of field, capital and habitus elaborated by Pierre Bourdieu. The hypothesis that guided this research consisted in understanding that throughout the 19th century the work of teaching, in its different types, was an important field of activity of the literate elite and this activity contributed to the setting of teaching as a profession in a decisive manner. Trying to understand the profession of teaching only through actions aimed at primary school teachers, or the presence of women, does not seem to be sufficient for a further look into the issue. This assertion, though obvious, needs to be repeated taking into account what is recurrent in academic literature on the profession of teaching. It has repeatedly taken the morphological characteristics belonging to teaching as something given and natural and not as the result of the socio-historical game of power relationships between groups that are vying for the educational field. The study on the relationship between the literate elite and teaching reveals that it is a mistake to think of teaching as a monolithic block, a homogeneous whole, as it has been recurrent in the Brazilian education historiography. It is clear that it is more fruitful thinking of "teachers", "professors", in a more pluralistic perspective. If the organization of primary teachers constitutes a fundamental element for the consolidation of teaching as a profession, we cannot deny either that the acting of a literate elite in this sense had great relevance.

Keywords: Docent Profession, Literate Elite, Prosopography, Secondary Education, History of Education, Sergipe

RÉSUMÉ

Cette recherche a porté sur la relation entre le bureau d'enquête de l'enseignement et de l'élite cultivée au Brésil du XIXe siècle, à partir du cas de la province de Sergipe D'El Rey. L'objectif principal était d'identifier et d'analyser la place occupée par l'enseignement des trajectoires de vie du groupe ci-dessus. La base de données a été construite comme une source basilaire le **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**, préparé par Manuel Armindo Cordeiro Guaraná. A partir de ce corpus documentaire, il a été possible d'élaborer une étude prosopographique, a soutenu les concepts de champ, des capitaux et habitus élaborée par Pierre Bourdieu. L'hypothèse sous-jacente de cette recherche était entendu que tout au long du XIXe siècle, le bureau de l'enseignement, dans leurs différents types, a été un important champ d'activité de l'élite lettrée et cette action a contribué à la configuration de la profession d'enseignant d'une manière décisive. Essayer de comprendre le métier d'enseignant que par des actions visant à les enseignants du primaire, ou la présence des femmes ne semble pas être suffisant pour un plus dense sur la question. Cette déclaration, bien évidemment, doit être répété en tenant compte de ce qui est récurrent dans la littérature savante sur la profession enseignante. Il a, à plusieurs reprises pris des constituants morphologiques de l'enseignement comme quelque chose de donné et naturel, et non pas comme le résultat des socio-historique des relations de pouvoir entre les groupes de jeu en lice pour le domaine de l'éducation. L'étude sur la relation entre l'élite lettrée et magistère révèle que c'est une erreur de penser que l'enseignement est un bloc monolithique, un tout homogène, comme cela a été récurrent dans l'historiographie de l'éducation au Brésil. De toute évidence, il est plus utile de penser "enseignants", "docências" dans un plus pluriel. Si l'organisation des enseignants du primaire est un élément fondamental pour la consolidation de l'enseignement en tant que profession, on ne peut nier que la performance d'une élite cultivée dans le même sens a eu une grande importance.

Mots-clés: Enseignement, Élite Cultivée, Prosopography, Éducation Postsecondaire, Histoire de l'Éducation, Sergipe

Sumário

I – INTRODUÇÃO	1
Por que estudar a relação entre elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX?.....	2
Uma leitura possível	5
Capítulo I – Um lugar de passagem: atuação docente.....	21
1.1 Um ponto de partida: a leitura de Maria Thetis Nunes	22
1.2 Iluminismo e Pedagogia Moderna: a docência no projeto de reformar o Estado e organizar a sociedade.....	27
1.3 Reflexões sobre História da profissão docente e a Pedagogia Moderna	32
1.4 Docência: um lugar social de destaque, um negócio possível.....	45
Capítulo II – Formação de elite, constituição de grupo.....	52
2.1 Formação de elite: o Ensino Secundário em Sergipe	53
2.2 Elementos para compreender o Ensino Secundário	58
2.3 Espaços de formação intelectual e identitária.....	69
2.4 Racionalizar a sociedade pela lei e pela medicina, mas não só.....	73
Capítulo III – Laços de sangue: heranças e novos investimentos	83
3.1 Origens familiares.....	85
3.2 Origens geográficas	94
3.3 Viajar é preciso.....	104
Considerações finais	116
Referências Bibliográficas.....	120

I – INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investe sobre a relação entre o ofício docente e a elite letrada no Brasil do século XIX. Visa identificar e analisar o lugar ocupado pela docência nas trajetórias de vida do grupo supracitado. Toma como locus de observação, para tanto, a província de Sergipe d'El Rey. No percurso investigativo, evidenciou-se como marco temporal significativo um intervalo entre 1820, ano da independência da província em relação à Bahia, a 1920. Este recorte toma por princípio o período de formação e atuação dos agentes que foram objeto desta análise.

A consulta ao **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**, elaborado por Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924)¹, atendeu ao objetivo de identificar os membros da elite letrada de Sergipe que ao longo de suas vidas atuaram como professores dos diferentes tipos de ensino existentes no século XIX brasileiro. Publicado postumamente em 1925 e reunindo 647 biografias de sergipanos, a referida base documental é obra de referência indispensável para ter contato inicial com aqueles que compuseram as elites locais até o início do século XX. Uma pesquisa sobre a relação aqui proposta não poderia abrir mão da consulta a esta fonte.

O plano inicial consistia em uma proposta bem mais ousada. A ideia era realizar um estudo sobre o ser professor em Sergipe no século XIX. Isto envolveria diferentes grupos sociais, estudar a atuação docente de homens e mulheres, vários locais de ensino, tipos de escolarização e mesmo educação doméstica. Em um segundo momento o foco voltou-se para o Atheneu Sergipense, instituição de ensino de longa duração, haja vista sua existência e funcionamento como escola até os dias de hoje. Com este ponto de visada, o critério seria estudar o conjunto de professores da casa no último quarto do oitocentos.

Esta mudança de perspectiva foi o que produziu o interesse pela relação entre elite letrada e ofício docente. Afinal, ali estavam os professores que não têm sua capacidade contestada pela historiografia educacional e que no seu tempo eram considerados os melhores professores. Não que esta pesquisa parta desta premissa. O interesse está sustentado no fato de as análises recorrentemente afirmarem que um dos maiores problemas educacionais do século XIX teria sido a má preparação dos professores e esta ter se constituído uma ocupação de

¹ Cf. SANTOS, MAURÍCIO DOS REIS. **Restos imortais**: uma leitura do arquivo Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924). 2005, 56 f. Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal de Sergipe, 2005. Para esta pesquisa foi utilizada a versão digital do dicionário, Luiz Antônio Barreto disponível em www.unit.br/memorial/arquivos/dicarmindo.pdf, acessado em 23/11/2008).

peessoas que não tinham melhores possibilidades para garantir seu sustento. Perceber que pessoas que tiveram acesso a tipos elevados de formação e que, para alguns casos, eram oriundas de destacadas famílias sergipanas produz interrogações que as atuais interpretações não respondem.

Parte-se, aqui, do entendimento de que a educação é o mecanismo pelo qual a geração mais velha transmite a cultura à geração mais nova². A docência é uma atividade, um ofício, relacionado àquele mecanismo. Todavia, não é o único artifício para que se efetue o projeto de perpetuação da sociedade. Existem vários outros instrumentos – como desportos, lazer, artes – que também estão encarregados desta tarefa. A docência constitui um elemento específico por meio do qual a educação se realiza. Cabe, portanto, inquirir sobre seu processo histórico de configuração³, considerando os variados elementos envolvidos.

Por que estudar a relação entre elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX?

Estudos realizados entre as décadas de 1980-2000 sobre historiografia da educação, brasileira⁴ e sergipana⁵, produzida nas instituições de ensino superior

² Não obstante este entendimento, é fundamental ver a crítica de Bourdieu sobre esta questão: “... Transpondo-se para o caso das sociedades divididas em classes a representação da cultura em geral aceita pelos etnólogos, tais teorias baseiam-se no postulado tácito de que as diferentes ações pedagógicas que operam em uma formação social, vale dizer, tanto aquelas que as famílias das diferentes classes sociais exercem como a que a escola exerce, colaboram harmoniosamente na transmissão de um patrimônio cultural concebido como uma propriedade indivisa do conjunto da ‘sociedade’”. Cf. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 297.

³ “Só com o advento dos modernos tipos de organização social, e com a compreensão da escola como dever do Estado, viemos a ter o mestre em seu tipo atual, especificamente definido: o mestre da escola pública, civil e leigo”. Cf. LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **A formação do professor: da Escola Normal à Escola de Educação**. Organização Ruy Lourenço Filho. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001. p. 10.

⁴ Cf. WARDE, Mirian Jorge. Anotações para uma Historiografia Brasileira. **Revista Em Aberto**, Brasília, ano 3, nº 23, set./out. 1984, p. 1-6.; BARREIRA, Luiz Carlos. **História e Historiografia: as escritas recentes da História da Educação Brasileira (1971-1988)**. Campinas, 1995. 258 p. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.; BONTEMPI JR., Bruno. **História da Educação Brasileira: o terreno do consenso**. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação), Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica.; STEIN, Nedina R. M. **História das instituições escolares brasileiras na produção dos programas e cursos de pós-Graduação em História, 1974-1994: uma contribuição para a Historiografia da Educação Brasileira**. São Paulo, 1998, 130 p. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação), PUC – SP.

⁵ Cf. NASCIMENTO, Jorge. Carvalho do. **Historiografia educacional sergipana**. São Cristóvão/SE: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGE/UFES, 2003.; SANTOS, Fábio Alves dos. **Olhares de Clio**

demonstraram a grande concentração de pesquisas voltadas para o século XX, em especial o período do Estado Novo e da Ditadura Militar. Passados alguns anos, este cenário, não obstante uma crescente renovação de perspectivas, ainda não foi completamente alterado e pode-se assistir à constante disseminação de análises com aqueles focos destacados.

Dessa forma, uma pesquisa acerca do ofício docente em Sergipe no século XIX justifica-se primeiramente como esforço de contribuição às pesquisas da área acerca daquela centúria. Também pela contribuição ao campo de debates sobre docência no Estado e no país. Espera-se com este estudo contribuir para um maior esclarecimento sobre períodos e objetos que têm recebido novos olhares pela historiografia da educação brasileira e sergipana. A concentração dos estudos sobre docência no século XX e em relação ao ensino primário deixa em aberto uma série de questões sobre a constituição histórica da profissão de professor e, destacadamente, acerca dos aspectos relativos ao exercício deste ofício por diferentes grupos sociais, em especial daqueles tidos como membros da elite letrada brasileira.

Neste sentido, acredita-se necessário perguntar: Quem eram esses agentes? Que tipos de formação escolar possuíam? Que lugar a docência ocupou em suas trajetórias de vida? Como chegaram à ocupação do cargo em questão? Onde exerceram o ofício docente? Ser professor estava relacionado a que tipos de formação escolar e profissional? Qual a origem social/familiar, o capital social, desses indivíduos? Há relação entre origem social/familiar e tipo de docência exercida? Quais as principais características compartilhadas, capital social e habitus, por este grupo de pessoas?

O contato inicial com as informações disponíveis fez perceber que para esta última pergunta ao menos um elemento se destacava como relevante. Trata-se do Ensino Secundário. Este elemento acabou por remeter a interrogações que tiveram início ainda nos estudos do Mestrado, a partir da constatação de que nas pesquisas acerca do Ensino Secundário, desenvolvidas por volta dos anos 1970, prevalecem duas características comuns: estão centrados no exame da legislação federal e dos dados oficiais e pautados nas expectativas políticas e sociais dos seus autores que esperavam do ensino secundário a realização de determinadas metas sociais ou de determinados modelos educacionais.

No que diz respeito à atual produção acadêmica sobre aquela tipologia escolar, pode-se dizer que, em alguns casos, a apreensão tópica do ensino secundário tem produzido resultados consistentes e auto-explicativos; em outros, os recortes empreendidos têm produzido distorções flagrantes, decorrentes do isolamento precipitado de dimensões da vida escolar. De ambos os modos, pelos próprios focos privilegiados pelos autores, os processos de configuração dos padrões escolares e pedagógicos do ensino secundário não têm sido considerados.

Fernando Azevedo, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Geraldo Bastos Silva⁶, só para citar os estudos básicos, são unânimes em afirmar que o século XIX assistiu, principalmente a partir do Ato Adicional de 1834, ao completo desajuste da educação nacional. O Estado, omissivo, não teria sido capaz de organizar um sistema de ensino, o que teria provocado a falta de mão-de-obra para o impulso necessário à industrialização e também a escassez de indivíduos com uma formação em nível secundário, capazes de conduzir o país rumo ao progresso. Em tal cenário, ganhou terreno somente a iniciativa privada no ramo do ensino e os exames de preparatórios. Cabe colocar em questionamento tais afirmações a partir da análise de situações concretas, a exemplo da pesquisa aqui apresentada.

A hipótese que norteou esta pesquisa consistiu no entendimento de que ao longo do século XIX o ofício docente, em seus diferentes tipos, foi um importante campo de atuação da elite letrada e esta atuação contribuiu para a configuração da profissão docente de modo decisivo, uma vez que, como se pretende demonstrar, mais do que qualquer outro conjunto de agentes sociais esta elite partilhava de um habitus segundo o qual a educação escolar possui um valor em si como parte dos bens simbólicos essenciais. A educação escolar era parte constituinte daqueles agentes, pode-se dizer que estava dentro deles, fazia parte de seu sistema de crenças.

Produzir o professor, por meio de uma especialização criteriosa fundamentada teoricamente, nada mais é do que inculcar este sistema de crenças no qual a escola é um valor em si, um bem simbólico, algo que extrapola o significado meramente econômico. O aumento da normatização, efetivado no início do século XX, sobre o exercício da docência é visto, assim, como estratégia da qual esta elite, ocupando determinados lugares de poder, lançou mão a fim de construir a representação social da docência. Esta premissa toma como base

⁶ Cf. AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. Parte terceira – A transmissão da cultura. 7 ed. São Paulo: EDUSP, 2010.; HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Brasil Império**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.; SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Cia Nacional, 1969.

uma série de estudos que propõem uma nova leitura acerca do Ensino Secundário e da História da Profissão Docente com a qual se estabelecerá diálogo.

A compreensão mais densa de um grupo social requer o estudo de todas as suas partes constituintes. O foco privilegiado, e quase exclusivo, que tem sido destinado nos estudos de História da Educação sobre os chamados “excluídos da história” (pobres, negros, mulheres etc.) ocasiona outro tipo de exclusão: o das elites. Toma-se como suficientemente esclarecida a atuação desses sujeitos, no que restaria apenas o olhar sobre os menos favorecidos⁷.

Entendo que a leitura cristalizada sobre a elite brasileira (seja ela social, econômica, política, intelectual etc.) não torna clara a percepção de suas nuances. No caso de Sergipe, praticamente desconhecemos a efetiva constituição e atuação deste grupo. Para efeitos da análise aqui realizada, toma-se como elite letrada um grupo restrito de pessoas que teve acesso aos tipos mais distintivos de educação escolar disponíveis no século XIX, ou seja, o Ensino Secundário (completo ou os chamados Preparatórios), as Faculdades (Direito, Medicina e Engenharia) e os Seminários para formação sacerdotal. Um pequeno percentual de pessoas com alta formação em meio a uma multidão de outras com baixa escolaridade, as Primeiras Letras, ou nenhuma.

Uma leitura possível

Pode-se dizer que, dada a estreita relação com a Pedagogia, durante bom tempo a História da Educação não se estabeleceu como campo de pesquisa específico e autônomo. Nas décadas de 1970 e 1980, os trabalhos desenvolvidos nesta área preocuparam-se predominantemente em destacar os maus usos do sistema educacional por parte das classes dominantes. A partir da década de 1990, os estudos de História da Educação guiados pela chamada Nova História Cultural – que retomou procedimentos historiográficos

⁷ “Se é verdade que a historiografia tende a magnificar o papel da elite, seria ingênuo achar que se pode resolver o problema reformando a historiografia. O que tem que ser mudado é a história e para isto é importante inclusive reconhecer o que de real existe no papel das elites. Lembre-se, aliás, que mudar a história frequentemente dependeu também da atuação de determinados grupos de elites.” CARVALHO, José Murilo. **A construção de ordem**: a elite política imperial; **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996, p. 17.

secundarizados até então – ampliaram seu conceito de fonte, os objetos focalizados, os períodos recortados⁸.

Há mais de uma década, Denice Bárbara Catani⁹ chamou a atenção para o reconhecimento de que era recente no Brasil, à época, a “História da Profissão Docente”. Isto, no sentido de trabalhos que tratem da formação, da instituição e dos saberes, do exercício concreto da atividade, das relações com o Estado e das formas de organização da categoria profissional de maneira simultânea e integrada. Ao longo dos últimos anos o quadro de estudos nesta área tem se adensado consideravelmente e é com esta perspectiva de abordagem que a presente pesquisa foi desenvolvida.

Consciente de que o processo histórico “é incognoscível como objeto real; o conhecimento histórico é produto da teoria; a teoria inventa a história, seja como ideologia ou como Teoria (‘ciência’)”¹⁰, e também de que “...o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”¹¹, não é pretensão desta pesquisa edenizar o exercício da docência até então. Também não se busca mostrar o calvário do professorado ao longo do tempo. A prática docente está aqui entendida como um ofício, uma atividade profissional sujeita a sucessos e fracassos, gozos e frustrações, como qualquer outra atividade humana, de acordo com a ideia de que “o gosto pela profissão do magistério é antes uma formação social que uma vocação”¹².

O princípio unificador e gerador de todas as práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como “escolhas” da “vocação”, e muitas vezes consideradas efeitos da “tomada de consciência”, não é outra coisa senão o habitus, sistema de interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e

⁸ Cf. LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (Coleção O que você precisa saber sobre).; JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: Editora Autores Associados, nº 01, jan./jun. de 2001, p. 09-43.

⁹ Cf. CATANI, Denice Bárbara. Estudos de História da profissão docente. IN: LOPES, Eliane Marta Teixeira; et al. **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 585-599.

¹⁰ Cf. THOMPSON, Eduard P. **A miséria da teoria ou Um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1981. p. 31.

¹¹ Cf. LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. p. 535.

¹² LORENÇO FILHO, Manoel Bergström. **A formação de professores**: da Escola Normal à Escola de Educação. Organização de Ruy Lourenço Filho. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001. p. 15.

de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas¹³.

Por entender que cada momento histórico é único, o estudo aqui realizado parte da compreensão do exercício da docência inserido no contexto das ideias e das práticas sociais próprias do século XIX¹⁴. Evita-se, assim, uma das características recorrentes dos estudos sobre professores, qual seja: a busca de indícios históricos daquilo que consideram problemas atuais da profissão. O atual perfil de professor não serve para entender a forma como esta ocupação se apresentava em outros períodos. Compreender como um ofício transmutou-se em profissão requer investigar os diferentes formatos de sua configuração. A figura do professor como conhecemos tem sua história diretamente ligada ao percurso da própria escola moderna, que conformou ao longo do tempo um modo de funcionamento e organização bastante característico.

Tais afirmações podem parecer desnecessárias, mas ao recordar o perfil da produção acadêmica sobre a profissão docente – com ênfase no processo de desvalorização do ofício – fica clara a necessidade de lançar um olhar sobre um período distante, como o aqui proposto, sob a perspectiva de que cada momento histórico pode ser mais bem entendido a partir de seus próprios elementos e da representação que teve de si. Lembre-se a observação de Carlo Ginzburg, mesmo que sob outro contexto, sobre os “...danos que podem redundar de uma tal leitura ‘fisiognomônica’ dos documentos figurados (...) O historiador lê neles o que já sabe, ou crê saber, por outras vias, e pretende ‘demonstrar’.”¹⁵

Devido às características da informação biográfica, a análise da documentação foi conduzida à luz do método indiciário. Isto porque, quando “as causas não são reproduzíveis”, nos dizeres de Ginzburg, “só resta inferi-las a partir dos efeitos”. Segundo este autor, “O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente.”¹⁶. Este método, dito

¹³ Cf. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Organização de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 201-202.

¹⁴ “...ou seja, esquemas de pensamento que organizam o real orientando e organizando o pensamento do real, fazendo com que aquilo que se pensa seja pensável para ele como tal e na forma particular pela qual é pensado.” Cf. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Organização de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 212.

¹⁵ Cf. GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 63.

¹⁶ Cf. GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 169; 152.

semiótico, por meio do qual se busca desvendar o “crime” a partir de elementos muitas vezes ignorados – como nos romances policiais – não desobriga o pesquisador de fundamentar muito bem suas afirmações.

Tais vestígios puderam ser localizados no **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. No primeiro momento, o objetivo era apenas identificar as biografias de professores ali presentes. Percebeu-se ao longo da consulta outros dados: professores que eram filhos de professores; ou mais, famílias com vários professores ou até três gerações de homens que se ocuparam deste ofício em algum momento de suas trajetórias. Esta informação fez perceber que o ofício docente ocupava um lugar de destaque na formação daqueles agentes e que este dado merecia maior aprofundamento de análise.

Realizar uma pesquisa sócio-histórica a partir de dados biográficos envolve uma série de riscos. O mais perigoso deles seria encarar estes indivíduos como pessoas iluminadas, parte de um panteão de entidades a ser cultuadas, dado o destaque social que alcançaram, que realizaram percursos de vida muito bem definidos desde antes mesmo de nascerem. A interpretação proposta por Pierre Bourdieu é uma boa ferramenta para evitar este tipo de leitura. Afinal, faz a crítica a este entendimento de que exista uma lógica naquilo que se chama de trajetória de vida e até mesmo questiona a possibilidade de se falar em trajetória, dada a noção implícita presente nesta palavra que remete a linearidade, exatidão¹⁷. Estas observações foram consideradas na leitura dos dados aqui levantados.

O **Dicionário Biobibliográfico Sergipano** de Armino Guaraná é o exato oposto desta perspectiva de Pierre Bourdieu. Escrito a quatro mãos (após a morte de Guaraná em 1924, sua esposa Maria Luísa Guaraná, junto com Epifânio Doria e Prado Sampaio, concluíram o trabalho de reunir as informações e redigir o texto final, além de buscar financiamento para publicação, editora, cuidar da divulgação e acompanhar as vendas), fruto de uma desavença com Sacramento Blake, com quem Guaraná havia elaborado o **Dicionário Bibliográfico Brasileiro** e que depois Blake negou publicamente a co-autoria, em uma época em que varias obras do tipo foram elaboradas, a exemplo do **Dicionário de Brasileiros Ilustres** e do **Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro**, afinal comemorava-se à época o centenário da Independência do Brasil¹⁸.

¹⁷ Cf. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.

¹⁸ Cf. SANTOS, MAURÍCIO DOS REIS. **Restos imortais: uma leitura do arquivo Manoel Armino Cordeiro Guaraná (1848-1924)**. 2005, 56 f. Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal de Sergipe, 2005.

É dispensável dizer que Armindo Guaraná efetuou uma seleção, um corte, na escrita de seu dicionário. Evidentemente deixou de tratar de uma série de outros sujeitos que também comporiam o grupo aqui pesquisado. Não obstante, descontados todos os superlativos atribuídos aos biografados, a produção de Armindo Guaraná constitui um bom guia para se lançar uma luz inicial sobre o objeto aqui destacado. Por meio das informações por ele disponibilizadas, tornou-se possível realizar um estudo prosopográfico, uma análise serial, acerca da relação entre elite letrada e ofício docente.

Seguem-se, aqui, fundamentalmente as indicações de Flávio Heinz acerca do estudo das elites por meio das biografias coletivas, ou prosopografia¹⁹. Não se busca glorificar estes sujeitos, mas compreendê-los na sua existência histórica. Entende-se que é preciso analisar os mecanismos pelos quais determinadas pessoas passaram à posteridade como pertencentes a um grupamento social de destaque. Fato é que o simples nascimento em um determinado grupo social não garante lugar nesta memória. Se assim o fosse, todos os chamados “bem nascidos” estariam nesta condição. Contrariamente, é possível perceber quais foram as formas pelas quais uma parcela desses atores, por assim dizer, garantiu seu nome na restrita lista de uma elite. Quais seus lugares e suas atuações nas relações de força de um determinado tempo histórico.

É realizado, assim, nesta pesquisa um esforço de micro-história social, por meio do trabalho metodológico conhecido como prosopografia. Das várias denominações em uso, optou-se aqui pela definição de biografia social. Por meio desta metodologia busca-se realizar “um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica”, revelando “as características comuns (permanentes e transitórias) de um determinado grupo social em um dado período histórico” (HEINZ, p. 9), neste caso uma parcela dos professores no século XIX na província de Sergipe. Quantificar os dados biográficos possibilita, então, observar as características morfológicas deste grupamento.

Segundo Christophe Charle, a História Social das Elites tem sido um dos campos mais frequentados pela historiografia, destacadamente a francesa. Ele identifica quatro fases deste ramo historiográfico que abrangem os primeiros trabalhos sobre o tema, seu abandono motivado em grande parte pelo fortalecimento da perspectiva de classe marxista e seu retorno a partir das décadas de 1960-1970. Este retorno, por sua vez, divide-se em dois momentos: um inicial centrado em uma metodologia quantitativa/serial e outra que faz uso dos aportes de

¹⁹ HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Este pesquisador faz parte de um grupo que, a partir do Rio Grande do Sul, tem estudando sistematicamente o fenômeno das elites brasileiras em diferentes tempos e situações. O texto aqui referenciado é apenas um de uma considerável série de publicações.

cunho mais sociológico. Este tem sido o perfil atual dos estudos prosopográfico, em que o anonimato dos sujeitos sociais analisados tem dado lugar à nominação de pessoas em seus grupos, ou seja, dando destaque às biografias individuais na construção das coletivas²⁰.

Adotar a metodologia das pesquisas prosopográficas permitiu estabelecer também um referente analítico das informações levantadas. Como apontado por Christophe Charle, os atuais estudos na área tem se relacionado intrinsicamente com a Sociologia, destacadamente com a perspectiva desenvolvida por Pierre Bourdieu. Se, como afirma Charle, a técnica prosopográfica é uma metodologia em duas etapas – definição de uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecimento de um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição da dinâmica do grupo analisado – os conceitos de habitus, campo e capital de Bourdieu permitem uma melhor compreensão do fenômeno analisado²¹.

O conceito de habitus possibilita conciliar a suposta oposição entre realidade exterior e as realidades individuais. Ele expressa o diálogo, a troca permanente e recíproca entre o mundo subjetivo das individualidades e o mundo objetivo. Trata-se de um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no plano social) e estruturantes (no plano mental), adquirido por meio do contato com as experiências práticas em condições sociais específicas de existência, que orienta as ações cotidianas. Compreender a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria habitus implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente organizados. O habitus é uma subjetividade socializada. Assim, deve ser entendido como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática.

Fundamentalmente, esta é uma categoria analítica que serve para romper com as interpretações deterministas e unidimensionais das práticas. Recupera a concepção dos sujeitos como produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas no curso de uma trajetória individual. Enfim, habitus não expressa uma ordem social funcionando pela lógica pura da reprodução e conservação; pelo contrário, parte-se da premissa de que a ordem social constitui-se por meio de estratégias e de práticas nas quais e pelas quais os agentes reagem e adaptam-se.

²⁰ CHARLE, Christophe. Como anda a História Social das Elites e da Burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. IN: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19-39.

²¹ Dada a constante retomada dos conceitos por Pierre Bourdieu em suas obras, a síntese que segue tomou por base os seguintes estudos: **A economia das trocas simbólicas** (2001), **O poder simbólico** (2007), **A distinção** (2008) e **Homo Academicus** (2011).

No caso da relação entre elite letrada e ofício docente aqui analisada, possibilita compreender os mecanismos que tornam indivíduos tão diversos em parte de um mesmo grupo, principalmente por meio dos processos formativos escolares. Desta forma, parte do exercício hermenêutico empregado neste estudo consistiu no levantamento e comparação das trajetórias escolares dos diferentes agentes a fim de determinar se houve um tipo escolar existente à época que fosse comum ao conjunto, visto ser sabido que nem todos cursaram uma das faculdades (Direito, Medicina, Engenharia), ou mesmo diante da tese recorrente de que o Brasil era um país de bacharéis. Seria, para este extrato, também as faculdades de São Paulo e Recife o locus de produção de seu habitus?

O conceito de campo diz respeito aos espaços em que ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais. Estes espaços de poder são sempre dinâmicos e possuem um funcionamento que obedece a leis próprias. O que se chama de poder pode ser caracterizado pelo acúmulo de capital (econômico, político, social, cultural) e pelas relações estabelecidas pelos atores sociais envolvidos nas disputas. É um ambiente dentro do qual os indivíduos agem, se identificam, se manifestam, lutam pelos seus interesses, estabelecem relações formais e informais e dentro das normas de funcionamento do campo.

Desse modo, o campo é o espaço em que o capital se produz e reproduz, é o lugar em que se define, se constrói, se elabora as propostas que são apresentadas como demanda da sociedade. Os grupos que melhor se articulam conseguem ocupar mais espaços e atingem um status de reconhecimento maior perante a sociedade. Estabelece-se uma relação interdependente entre campo, indivíduo e capital, de tal maneira que uma passa a ser condição para existência do outro, bem como instrumento de sua legitimação social.

Para Pierre Bourdieu, quanto maior o grau de desenvolvimento do processo de especialização e de autonomização de uma sociedade, maior o número de campos existentes e em conflito (interno e entre si). Por conta desta interpretação, é possível falar em campo econômico, campo político, campo universitário, campo artístico, campo religioso, campo científico, campo simbólico, campo jurídico, campo cultural dentre outros. A existência de menor ou maior diversidade de campos está diretamente relacionada às condições concretas de existência de cada sociedade, não sendo correto imaginar que existe em qualquer tempo e espaço social todo e qualquer tipo de campo, ou mais ainda fronteiras muito bem estabelecidas.

Quanto maior for o grau de complexidade da organização, da divisão social do trabalho e do espaço social, maior será a diversificação de campos de atuação e de busca de legitimação. Cada qual com seus mecanismos de entrada, permanência e proposição de projetos, ou seja, seu *modus operandi*, suas normas, suas regras. O modo de funcionamento de um campo pode ser alterado, mas apenas por dentro, fazendo parte dele. O reconhecimento social de um campo é o resultado da vitória nos conflitos com outros campos e de ideias dentro do próprio, a partir do uso do capital que seus membros dispõem.

Pensar a atuação de uma elite letrada no século XIX em relação à docência é compreender os limites de atuação dentro dos campos existentes naquele momento, as formas de entrada e permanência, o capital requerido para a inserção nos jogos dispostos ali. É procurar identificar os campos disponíveis e os possíveis conflitos entre eles. Desta forma, procurou-se identificar nas diversas biografias as ocupações exercidas por aqueles agentes, se havia alta ou baixa rotatividade por estas ocupações, quais capitais eram utilizados para o exercício de determinadas funções, se a docência, ou o campo educacional, era o território dos que menos dispunham de capitais, ou seja, os mais fracos nestas disputas.

Por sua vez, a concepção ampliada de capital desenvolvida por Bourdieu parte das evidências empíricas que apontam às limitações do conceito de capital econômico para explicar plenamente a relação entre nível socioeconômico e bons resultados educacionais. Em sua perspectiva, é preciso considerar que outras formas, tais como o capital social, o simbólico e o cultural, contribuem diretamente e interagem com o econômico. Não obstante as distinções entre um capital e outro, eles apresentam elementos morfológicos comuns, de tal forma que se pode entender capital como o conteúdo constituinte do poder em determinadas relações de forças nas ações. Todavia, em algumas ações um determinado tipo de capital poderá ter um valor maior e em outras, menor ou até nenhum valor. Deste modo, pode-se entender que a valorização de cada capital ocorre conforme a situação e o interesse específico da instituição ou dos grupos e campos envolvidos.

Bourdieu entende o espaço social como um campo de conflitos em que indivíduos, grupos e instituições, portadores de um *habitus* distintivo, constroem estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social. Essas estratégias estão relacionadas com os diferentes tipos de capital que aqueles fazem uso em suas batalhas, por assim dizer. Seja o capital econômico (fundado na apropriação de bens materiais), o capital social (baseado em relações mundanas que constituem fontes estratégicas de apoios para a atuação dos agentes sociais), o capital simbólico (que corresponde ao conjunto de rituais, como as

boas maneiras ou o protocolo, ligados à honra e ao reconhecimento) ou o capital cultural (que tem na posse dos títulos escolares uma de suas manifestações institucionais). Por mais distintos que sejam uns dos outros, estes tipos de capital mantêm relações estreitas e, em determinadas circunstâncias, a posse de um tipo se constitui a condição sine qua non para a obtenção de outro.

O capital, seja ele de qual espécie for, pode ser herdado (de pai para filho, de mestre para discípulo etc.), multiplicado, redirecionado (capital cultural transformado em econômico, ou político, ou mesmo o processo inverso quando a posse de bens materiais não constitui mais elemento de distinção por si só) e, claro, construído (indivíduos ou grupos que investem em capital cultural, por meio da própria formação escolar ou da de seus descendentes, por exemplo). O estudo aqui proposto teve como um dos pontos de visada identificar e analisar quais os diferentes tipos de capital envolvidos na relação entre elite letrada e ofício docente e a dinâmica com que se apresentam.

Do levantamento realizado no **Dicionário Bio-Bibliográfico Armindo Guaraná**, foi possível identificar cento e trinta e seis membros da elite letrada sergipana oitocentista, dos quais cinco mulheres. Uma vez que é sabido ser a educação feminina e o lugar social da mulher distintos em relação ao universo masculino no Brasil do século XIX, optou-se por trabalhar apenas com os dados relativos aos homens, a fim de garantir um grau mais exato de comparação²².

²² Do **Dicionário** temos as seguintes informações biográficas: **Antonia Angelina de Figueiredo Sá**, – Filha do major Manuel Xavier de Figueiredo e D Anna Gracinda de Figueiredo, e viúva de José Sotero de Sá, contemplado neste livro, nasceu a 11 de março de 1863 no engenho Tabocal, município da Capela. Exerceu com muita aptidão o magistério público, tendo sido em Aracaju adjunta da professora primária da Escola de Aprendizes Artífices e efetivo do Grupo Escolar Modelo, cargo em que se jubilou a 28 de fevereiro de 1914.; **Carlota Salles de Campos** – Filha de Bemvindo Salles de Campos e D. Emília Freire Salles de Campos, nasceu no Aracaju a 18 de novembro de 1884. Depois de um curso brilhante na Escola Normal, foi adjunta de um dos grupos Escolares, sendo em julho de 1913 nomeada professora do Povoado Calumby, município de Socorro, removida para o povoado Telha, município de Aracaju, e daí para a Barra dos Coqueiros, do mesmo município, a 14 de fevereiro de 1914. Em 28 de agosto de 1918 foi promovida para a vila de Itaporanga e a 10 de agosto de 1922 pediu disponibilidade da cadeira, seguindo para o Recife onde foi lecionar num colégio Americana Batista. A 15 de fevereiro de 1924 transferiu sua residência para a Cidade de Jaguaquara, (Bahia), onde foi empregar sua atividade num curso elementar no Colégio Brasileiro Egídio. Tem em preparo, com seu irmão, Lindolfo Salles, um livro de prosa e verso intitulado “Colméia de Rosas” o qual surgirá brevemente.; **Etelvina Amália de Siqueira**, – Irmã germana do poeta José Jorge de Siqueira (vide cate nome), nasceu no dia 5 de novembro de 1862 em Itabaiana. De posse do diploma de normalista conferido pela Escola Normal de Aracaju, a 11 de novembro de 1884, abriu em janeiro do ano seguinte um curso primário e secundário, particular, que funcionou sob sua exclusiva direção até 1900, quando a 13 de novembro foi nomeada professora pública do povoado Barra dos Coqueiros, de onde foi removida a 31 de janeiro de 1901 para a aula elementar, anexa à Escola Normal. Nomeada professora da Escola modelo por ato de 2 de setembro de 1912 e auxiliar do diretor da Escola Normal e Anexa, passou a 27 de setembro de 1912 a ser professora catedrática de português da mesma Escola, cargo em que ainda se conserva com proveito para a instrução pública. Por algum tempo frequentadora da Imprensa, colaborou na “A Discussão” de Pelotas, 1883-1885, escrevendo sobre o abolicionismo; em vários jornais de

O dicionário informa, dentre outras coisas, anos de nascimento e falecimento, as cidades em que nasceu e faleceu o biografado, filiação, ocupação paterna, formação escolar, atividades profissionais, deslocamentos geográficos para estudos e colocação no mercado de trabalho e publicações. Informações que foram organizadas em um banco de dados para tabulação. Este procedimento possibilitou identificar dentro desse conjunto aqueles que atuaram como professores em Sergipe no século XIX, nos diferentes tipos de ensino existentes, e analisar suas trajetórias de formação e experiências no campo da docência.

Os dados levantados nesta pesquisa possibilitaram a construção de um roteiro de leitura em três etapas. Na primeira, investiga-se o lugar ocupado pela docência na trajetória da chamada elite letrada sergipana. A segunda dedica-se a descrever e analisar os processos formativos e as formas de entrada no ofício docente. Por fim, lança-se um olhar sobre a origem familiar e os deslocamentos geográficos daqueles agentes, identificando os vínculos existentes dentro desse grupo.

Ao longo da narrativa são utilizadas biografias como exemplo de situações que se quer expressar. Não foi intenção deste estudo repetir todas as biografias extraídas do dicionário de Armino Guaraná. Desta forma, não estão citados todos os cento e trinta e um agentes identificados como parte da situação concreta em análise. Também foi evitado o uso ao longo do texto de exemplos biográficos de agentes já bastante comuns na literatura acadêmica em diversas áreas. Assim, figuras como Tobias Barreto, Silvio Romero e tantos outros, embora façam parte da leitura quantitativa das características do grupo, não têm suas biografias usadas como exemplos que ilustram casos determinados.

Por sua vez, a percepção de que estes agentes tão exaltados em estudos de diversas áreas fazem parte de um conjunto maior que com eles partilha uma série de

Aracaju, inclusive a “Nova Era” e nos Almanques Sergipanos de 1887 a 1902, escrevendo versos e artigos literários. Preceptora abalizada e poetisa do surtos delicados.; **Ítala Silva de Oliveira** – Filha de Silvano Auto de Oliveira e D. Marcionila Silva de Oliveira nasceu a 18 de outubro de 1897. Fez o curso integral no “Ateneu Sergipense”, recebendo o grau a 13 de dezembro de 1914. Por ato de 25 de maio de 1916 foi nomeada professora do Aribé, subúrbio da Capital, que não aceitou, sendo depois nomeada em 1916 pelo Presidente da Liga Sergipana contra o analfabetismo, para a aula noturna de português da Capital, lugar que ocupou até 6 de fevereiro de 1919, quando foi nomeada interinamente conservadora dos Gabinetes da Escola Normal, cumulativamente com as atribuições de professora adjunta de Física e Química e Historia Natural do mesmo estabelecimento. Em 1921 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, formando-se no ano seguinte em obstetrícia. Atualmente cursa o 8º ano médico. (1924).; **Sílvia de Oliveira Ribeiro** – Filha do bacharel Cândido de Oliveira Ribeiro e D. Lavínia Diniz de Oliveira Ribeiro, nasceu a 3 de abril de 1896 em Laranjeiras. É formada pelo Ateneu Sergipense, tendo recebido o grau de bacharela em ciências e letras no dia 24 de maio de 1912. Por algum tempo foi Diretora do Colégio Senhora Santa-Anna e professora do “Grêmio Escolar” Dr. Thomaz Cruz, mantido pela Fábrica Sergipe Industrial. Deixou esse lugar por ter sido nomeada por Decreto de 27 de maio de 1916, mediante concurso, catedrática da 1ª Cadeira de Português da Escola Normal de Aracaju, cargo que exerceu até 1922, quando, a pedido, ficou em disponibilidade.

características possibilita questionamentos acerca da forma como eles têm sido retratados recorrentemente. Aponta para uma leitura que os retira de um sacrário intelectual e político e os coloca no terreno dos mortais que por meio de suas escolhas e posicionamentos em seus campos de atuação os levaram a alcançar condição de destaque em seu tempo e depois. Faz pensar em formas de abordagem que procurem perceber quais as estratégias de que lançaram mão para atingir tal grau de renome, para além das perspectivas edificadoras de suas personalidades individuais sempre presentes nas análises.

QUADRO I: Relação dos sergipanos biografados por Armindo Cordeiro Guaraná destacados para o presente estudo

Nome	Ano/Nasc.	Naturalidade	Pai	Mae
Abdias Bezerra	1880	Siriri	João Amando Bezerra	Hermínia Rosa Bezerra
Adolfo Ávila Lima	1882	Estância	José Antonio de Lima	Idalina d'Ávila Lima
Alfredo Cabral	1887	Aracaju	Francisco Felix Cabral	Adelaide Passos Cabral
Alfredo de Siqueira Montes	1848	N. S. Socorro	Teodorico Rodrigues de Siqueira Montes	Clara de Faro Montes
Alípio Bittencourt Calasans	1852	Santa Luzia	João José Bittencourt Calasans	Maria Leite Bittencourt Calasans
Alvino Ferreira Lima	1888	Rosário do Catete	Eustáquio Ferreira Lima	Etelvina Maria de Lima
Antonio Dias de Barros	1871	Aracaju	Manuel Dias de Barros Junior	Maria Prisciliana de Carvalho
Antonio Diniz Barreto	1821	Capela	Antonio Diniz Barreto	Tereza de Vasconcelos Barreto
Antonio Joaquim Viana	1882	Aracaju	José Joaquim de Santa Anna	Maria Gratulina de Santa Ana
Antonio Manuel Leite	1850	Laranjeiras	Francisco Manuel Leite	Leopoldina Escóssia do Sacramento Leite
Antonio Maria Moreira Guimarães	1868	Laranjeiras	Rufino Alves da Cruz Guimarães	Ignácia Maria d'Assunção Moreira Guimarães
Antonio Militão de Bragança	1860	Laranjeiras	Francisco Alberto de Bragança	Possidônia Maria de Santa Cruz Bragança
Antonio Nobre de Almeida Castro	1822	Laranjeiras	Manuel Francisco da Cunha Nobre	Maria Joaquina de Leão e Castro Nobre
Aristides da Silveira Fontes	1881	Aracaju	Aristides da Silveira Fontes	Margarida da Silveira Fontes
Armando de Araújo Cintra Vidal	1839	Laranjeiras	Joaquim de Araújo Cintra Vidal	Adriana de Araújo Cintra Vidal
Artur Fortes	1881	Aracaju	Antonio Augusto Gentil Fortes	Antonia Junqueira Fortes
Ascendino Ângelo dos Reis	1852	São Cristóvão	João Francisco dos Reis	Rosa Florinda do Amor Divino
Ascendino Xavier Ferrão de Argolo	1889	Propriá	José Pedro Ferrão de Argolo	Emília Cavalcanti de Albuquerque de Argolo
Augusto Álvaro de Carvalho Aranha	1876	Aracaju	Manoel Antonino de Carvalho Aranha	Maria Brasilina Fontes de Carvalho Aranha
Augusto Cezar Leite	1886	Riachuelo	Francisco Rabelo Leite	Maria Virgínia Accioli Leite
Baltazar de Araújo Góes	1853	Itaporanga	Francisco José de Góes	Maria Rosa de Araújo Melo
Bernardino José de Souza	1885	Vila Cristina	Otávio José de Souza	Filomena Maciel de Faria
Braz Bernardino Loureiro Tavares	1851	Japaratus	Francisco Tavares de Sá	Catarina Angélica de Sá
Brício Maurício de Azevedo Cardoso	1844	Estância	Joaquim Maurício Cardoso	Joanna Batista de Azevedo Cardoso
Cleóbulo Amazonas Duarte	1898	Aracaju	Antonio Pedro Duarte	Irinéa Amazonas Duarte
Clodomir de Souza e Silva	1892	Aracaju	Eugênio José da Silva	Argemira de S. Pedro e Silva
Daniel Campos	1855	Capela	Daniel Caetano da Silva Campos	Antonia Pinto da Silva Campos

Nome	Ano/Nasc.	Naturalidade	Pai	Mae
Deodato da Silva Maia	1876	Maruim	Deodato da Silva Maia	Umbelina de Oliveira Borges Maia
Edgard Coelho	1886	Aracaju	Estevão Coelho	Jesuína Sampaio Coelho
Elziário Prudêncio da Lapa Pinto	1839	São Cristóvão	José Pinto da Cruz	Maria de S. José da Lapa Pinto
Ernesto Pinto Lobão Cedro	1836	Itabaiana	Antonio Correia de Araújo Cedro	Inácia Lobão Cedro
Eugênio Guimarães Rebelo	1848	São Cristóvão	Henrique Jorge Rebelo	Carolina Freire do Prado
Eugênio Teles da Silveira Fontes	1845	N. S. Socorro	Joaquim Martins Fontes	Ana Maurícia da Silveira Fontes
Eustáquio Pinto da Costa	1838	Laranjeiras	Não identificado	Anna Joaquina de S. José
Eutíquio de Novais Lins	1852	Lagarto	Joaquim de Pádua Lins	Maria Joaquina de Pádua Lins
Fabrcício Carneiro Tupinambá Vampré	1852	Estância	João Gualberto Carneiro	Josefa Carlota da Silva
Fausto de Aguiar Cardoso	1864	Divina Pastora	Felix Zefirino Cardoso	Maria do Patrocínio de Aguiar Cardoso
Felix Barreto de Vasconcelos	1817	Capela	Antonio Diniz Barreto	Tereza de Vasconcelos Barreto
Felix Diniz Barreto	1846	Itabaiana	Antonio Diniz Barreto (filho)	Mariana Joaquina de S. José Barreto
Fernando Rangel de Melo	1870	Gararu	João Francisco Rangel	Josefa Maria Rangel
Filinto Elísio do Nascimento	1860	São Cristóvão	José Carlos do Nascimento	Maria dos Prazeres do Nascimento
Floduardo de Brito Fontes	1892	Aracaju	Codolino Jardim Fontes	Maria da Glória Brito Fontes
Francisco Antonio de Carvalho Lima Júnior	1859	Itabaiana	Francisco Antonio de Carvalho	Josefa Maria da Conceição
Francisco Carneiro Nobre de Lacerda	1869	Laranjeiras	Luis José Carneiro de Souza Lacerda	Adelinda Nobre de Lacerda
Francisco Monteiro Filho	1866	Itabaiianinha	Francisco Monteiro da Carvalho Filho	Ana Joaquina de Carvalho Silveira
Francisco Teixeira de Faria	1860	Estância	Francisco Teixeira de Faria	Leonor Maciel de Faria
Galdino Teles de Menezes	1857	Japaratuba	João Nepomuceno Teles de Menezes	Eulália Maria de Jesus
Geminiano Pais de Azevedo	1837	São Cristóvão	Manoel Pais de Azevedo	Josefa Narcisa Gomes de Azevedo
Gilberto Amado	1887	Estância	Melquisedeque Amado	Ana Amado
Guilherme Pereira Rebelo	1858	Aracaju	Guilherme Pereira Rebelo	Francisca Ribeiro Viana Rebelo
Guilhermino Amâncio Bezerra	1847	Itabaiana	Amâncio José da Paixão	Maria Joaquina do Sacramento Bezerra
Heitor de Souza	1871	Estância	Jucundino Vicente de Souza	Maria Heitor de Souza
Helvécio Ferreira de Andrade	1864	Capela	José Ferreira de Figueiredo	Tereza de Jesus Andrade
Hermes Fontes	1888	Boquim	Francisco Martins Fontes	Maria de Araújo Fontes
Jackson de Figueiredo Martins	1891	Aracaju	Luiz de Figueiredo Martins	Regina Jorge de Figueiredo Martins

Nome	Ano/Nasc.	Naturalidade	Pai	Mae
João Antonio Pereira Barreto	1876	Estância	Odorico Antonio Pereira Barreto	Maria Petronila Barreto
João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes	1860	Laranjeiras	Manoel Joaquim Fernandes	Guilhermina Ribeiro Fernandes
João Cândido Lima	1859	Campos	Luiz Cirilo de Lima	Carolina da Rocha Lima
João Fernandes de Lima Cortes	1854	Propriá	Francisco de Assis Cortes	Maria Umbelina da Silva Porto
João Gomes Ribeiro	1840	Laranjeiras	João Gomes Ribeiro	Miquilina Ribeiro
João Gomes Vieira de Melo	1866	Rosário do Catete	Francisco Vieira de Melo	Maria Rosa de S. José Melo
João Ramos de Barros	1883	Campos	José da Silva Barros	Maria Ramos de Barros
Joaquim do Prado de Sampaio Leite	1865	Aracaju	Joaquim do Prado de Araújo Leite	Lídia Carolina Alves Sampaio
Joaquim José de Montalvão	1828	Campos	Antonio José de Montalvão	Maria José de Nazareth
Joaquim Marcolino Brito	1853	Laranjeiras	Luiz Barbosa Acioli de Brito	Cândida Madureira Acioli de Brito
Josafá da Silveira Brandão	1880	Estância	Benjamin Francisco Brandão	Maria Philonilla Brandão
José Alves Pitangueira	1812	Espírito Santo (Indiaroba)	Antonio Alves Pitangueira	Margarida Francisca de São José
José Antonio de Abreu Fialho	1874	Aracaju	Tito de Abreu Fialho	Maria José de Abreu Fialho
José de Magalhães Carneiro	1880	Aracaju	Augusto de Magalhães Carneiro	Francisca Barreto de Magalhães
José de Santa Cecília	1809	São Cristóvão	Manuel Ciríaco de Sales	Maria Rosa de S. José Sales
José Egídio da Fonseca	1856	Estância	Caetano da Fonseca Pinto	Josefa Maria da Conceição Pinto
José Gonçalves Barroso	1821	Laranjeiras	Antonio Gonçalves Barroso	Martinha Maria do Sacramento
José Ignácio de Barros Pimentel	1832	Maruim	José de Barros Pimentel	Maria Victória de Almeida Barros
José Matheus de Aguiar Cardoso	1864	Divina Pastora	Félix Zefirino Cardoso	Maria do Patrocínio de Aguiar Cardoso
José Moreira de Magalhães	1857	Estância	Joaquim Moreira Magalhães	Emília Barbosa de S. Calixto
José Paes Azevedo Melo	1851	Rosário	Não identificado	Maria Josepha Paula de Sta. Anna
José Rodrigues da Costa Dória	1859	Propriá	Gustavo Rodrigues da Costa Dória	Maria Soledade Costa Dória
José Rodrigues da Silva	1862	Santa Luzia	Lourenço Rodrigues da Silva	Joseja Umbelina da Costa
José Sizenando Avelino Pinho	1823	Vila Nova	Pedro José de Pinho	Anna Joaquina do Sacramento Pinho
José Thomaz de Aquino Menezes	1889	Gararu	Misael da Graça	Maria Joaquina de Menezes
Josino Corrêa Cotias	1850	Estância	Antonio Joaquim Corrêa	Beliza Corrêa Cotias
Justiniano de Melo e Silva	1853	Laranjeiras	Félix José de Melo e Silva	Maria Alexandrina de Melo e Silva
Juvêncio de Siqueira Montes	1856	São Cristóvão	Theodorico de Siqueira Montes	Clara de Faro Montes

Nome	Ano/Nasc.	Naturalidade	Pai	Mae
Leonídio Augusto de Sousa Porto	1859	Capela	Não identificado	Não identificado
Luiz Barbosa Madureira Freire	1862	Maruim	Francisco da Silva Freire	Maria Accioli de Madureira Freire
Manoel dos Passos de Oliveira Telles	1859	N. S. Socorro	Antonio Moniz Telles	Maria Luiza de Oliveira Pita
Manoel Fernandes da Silveira	1858	São Cristóvão	Manoel Fernandes da Silveira	Felismina da Silveira Sobral
Manoel José Bonfim	1868	Aracaju	Paulino José do Bonfim	Maria Joaquina do Bonfim
Manoel Raimundo de Melo	1872	Capela	Raimundo Ezequiel Henriques	Maria Rosa de Melo Henriques
Manoel Virgílio da Silva	1854	Laranjeiras	José Antonio da Silva	Joanna da Santa Cruz Silva
Manoel Xavier de Oliveira	1900	Capela	Manoel Xavier de Oliveira	Esilina Campos de Oliveira
Manuel Alves Machado	1852	Propriá	Domingos Alves Machado	Maria Lucinda Alves Machado
Manuel Barbosa de Araújo	1832	Estância	José Vicente de Araújo	Não identificado
Manuel Curvelo de Mendonça	1870	Riachuelo	Antonio Curvelo de Mendonça	Bárbara de Menezes Mendonça
Manuel Francisco Alves de Oliveira	1849	Laranjeiras	Francisco Alves de Oliveira	Thereza de Jesus e Oliveira
Manuel Joaquim de Oliveira Campos	1818	Itabaianinha	Antonio José Montalvão	Maria José de Oliveira
Manuel Ladislau Aranha Dantas	1810	São Cristóvão	Policarpo José de Santa Rita Dantas	Maria Rosa Aranha Dantas
Manuel Luiz Azevedo de Araújo	1838	Estância	Antonio de Araújo Pimenta	Ignez de Azevedo Araújo
Manuel Prudente Dantas	1852	São Cristóvão	José Corrêa Dantas	Maria Rosa Dantas
Manuel Vicente de Santa Cruz Baiense	1841	Laranjeiras	Antonio José Pereira Fortes	Claudiana Maria da Conceição
Marcolino Pacheco do Amaral	1845	Propriá	Manuel Pacheco do Amaral Miranda	Rosa de Oliveira Amaral
Mário Guaraná de Barros	1881	Aracaju	José de Barros e Almeida	Maria Guaraná de Barros
Martinho César da Silveira Garcez	1850	Laranjeiras	Manoel de Freitas César Garcez	Clara Júlia da Silveira Garcez
Maximino de Araújo Maciel	1866	Rosário	João Paulo dos Santos	Maria Clara dos Santos de Araújo Maciel
Melchisedech Mathusalem Cardoso	1860	Estância	Joaquim Maurício Cardoso	Joana Batista de Azevedo Cardoso
Narciso da Silva Marques	1862	Laranjeiras	Narciso da Silva Marques	Maria Joaquina de S. José Marques
Olímpio de Souza Campos	1853	Itabaianinha	José Vicente de Souza	Porfíria Maria de Souza Campos
Olímpio Freire d'Ávila	1850	Santa Luzia	Leonardo Freire de Mesquita Ávila	Maria Joaquina de Andrade Ávila
Olímpio José Chavantes	1838	Laranjeiras	Anacleto José Chavantes	Maria Pastora Alves Chavantes
Olímpio Rollemberg de Oliveira Chaves	1860	N. S. Socorro	Estácio Rollemberg de Oliveira Chaves	Joanna Francisca Rolemberg de Oliveira
Olynto Rodrigues Dantas	1861	Itabaiana	Geminiano Rodrigues Dantas	Josefa Maria Dantas

Nome	Ano/Nasc.	Naturalidade	Pai	Mae
Orestes de Sousa Andrade	1854	São Cristóvão	José Gregório de Sousa	Maria Joaquina de Andrade
Oséas Alves dos Santos	1867	Maruim	Manoel José dos Santos	Margarida Rosa dos Santos
Ovídio Alves Manaya	1858	Laranjeiras	Felisberto Alves Manaya	Felismina Alves Manaya
Pedro Ribeiro Moreira	1848	Laranjeiras	Joaquim José Ribeiro	Francisca Senhorinha do Coração de Jesus
Raphael Archanjo Montalvão	1854	Campos	José Esteves de Montalvão	Anna Manoela do Rosário
Remígio Ribeiro Aboim	1872	Estância	Gabriel Florentino da Mota Aboim	Adelaide Josefina de Aboim
Sebastião Pinto de Carvalho	1827	Maruim	José Pinto de Carvalho	Anna Aguiar Pinto
Severiano Cardoso	1840	Estância	Joaquim Maurício Cardoso	Joana Batista de Azevedo Cardoso
Silvestre Moreira	1874	Laranjeiras	Guilhermino dos Santos Moreira	Maria de Jesus Moreira
Sílvio Romero	1851	Lagarto	André Ramos Romero	Maria Vasconcelos da Silveira Ramos Romero
Sinfrônio Cardoso	1850	Estância	Joaquim Maurício Cardoso	Joanna Batista de Azevedo Cardoso
Sisínio Ribeiro Pontes	1851	Santo Amaro	Manuel Ribeiro Pontes	Anna Joaquina de São José
Solano Dantas de Menezes	1890	Divina Pastora	Manoel de Menezes Barreto	Mariana Dantas Barreto
Teodoreto Archanjo do Nascimento	1886	Lagarto	Miguel Archanjo do Nascimento	Josefa Maria do Nascimento
Teotônio Felix da Costa	1847	Propriá	Felix José da Costa	Delfina da Conceição Costa
Terêncio Manoel de Carvalho	1857	Estância	Manoel Luiz de Carvalho	Alexandrina da Fonseca Carvalho
Tiburtino Mondim Pestana	1854	Estância	Domingos Mondim Pestana	Ana da Rocha Leite Mondim
Tobias Barreto de Menezes	1839	Campos	Pedro Barreto de Menezes	Emerenciana Barreto de Menezes
Tobias Moreira de Magalhães	1842	Estância	Joaquim Moreira de Magalhães	Emília de S. Calixto de Magalhães
Urbano da Silva Monte	1844	Japaratuba	João José do Monte	Maria Bárbara da Silva Monte

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados do **Dicionário Biobibliográfico Sergipano** de Armino Cordeiro Guaraná

Capítulo I – Um lugar de passagem: atuação docente

Aos 18 anos, Manoel Xavier de Oliveira formou-se engenheiro agrimensor. Nascido em 27 de junho de 1900, na cidade de Capela, era filho do Capitão Manoel Xavier de Oliveira e Esilina Campos de Oliveira. Em 1924, quando estudante de Direito na Faculdade Livre da Bahia, foi diretor do Colégio Tobias Barreto na capital Sergipana e professor interino de Aritmética e Álgebra do Atheneu Sergipense e da Escola de Comércio Conselheiro Orlando. Os dados biográficos indicam ter encerrado aí sua atuação docente.

Ao longo de sua vida, dedicou-se à atuação na imprensa, destacadamente em Minas Gerais. Entre 1917-1918 colaborou na revista **A Alvorada**. Fundou a **Revista da Escola Militar** de Minas Gerais e foi diretor de outra de mesmo nome do Rio de Janeiro. Foi também redator do **Correio de Aracaju** entre 1923 e 1924. Além disso, participou de várias associações literárias e culturais, deixando a docência como um lugar ocupado em algum momento de sua vida.

A leitura das biografias dos membros da elite letrada sergipana oitocentista, relacionados por Armindo Guaraná, que atuaram como docentes denota uma característica marcante. Muitos foram os que não se dedicaram a esta ocupação por longo tempo, ou que passaram à posteridade sob a identidade social de professor. O exercício da ocupação docente aparece como um lugar social de passagem, um espaço provisório de atuação, parte da formação para a vida pública, elemento constituinte do habitus daquele grupo, posicionamento nos embates não só no campo educacional, mas também político.

Em seu estudo sobre as profissões imperiais, Edmundo Campos Coelho²³ aponta as incertezas que rondavam a vida de um intelectual formado nos cursos superiores no século XIX brasileiro. Tanto a dificuldade de exercício da profissão, quanto as diferentes remunerações para a mesma carreira. Eugênia Andrade Vieira da Silva, em seu trabalho acerca da elite letrada sergipana, também destaca como a entrada no mercado de trabalho em muitos casos dependia da rede de sociabilidade da qual o sujeito fazia

²³ Cf. COELHO, Eduardo Campos. **As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

parte²⁴. Assim, apesar da variação salarial do trabalho como professor, em um ambiente de não muitas oportunidades, a ocupação docente, ainda que provisória, parece ter sido bastante atrativa.

A partir disso, é certo questionar o modo como a docência tem sido interpretada pela historiografia da educação. No caso sergipano, uma leitura marcada pela perspectiva de ausência de interesse das elites locais não parece dar conta com maior clareza da configuração construída ao longo do tempo para esta ocupação. O objetivo deste capítulo é analisar as formas como atuaram na docência aqueles agentes. Para tanto, faz-se necessário conhecer melhor as interpretações sobre a educação e a docência em Sergipe e sobre esta no plano internacional.

1.1 Um ponto de partida: a leitura de Maria Thetis Nunes

Do conjunto historiográfico produzido sobre a experiência educacional sergipana, o livro **História da Educação em Sergipe**, de Maria Thetis Nunes²⁵, consiste no único trabalho de síntese cobrindo o universo educacional sergipano dos primórdios da colonização até as primeiras décadas do século XX. No que tange ao século XIX, para construir sua análise, Thetis Nunes baseou-se na legislação provincial, oferecendo um valioso mapa legislativo para estudos sobre a temática.

Em relação ao exercício da docência no período, elencou as cadeiras do ensino Primário e Secundário, com suas respectivas localizações e ocupantes; destacou a supremacia do ensino particular em relação ao público; também descreveu as condições materiais sob as quais se realizava o exercício da docência, destacadamente as questões de infraestrutura e remunerações; tratou, ainda, da implantação do Atheneu Sergipense e das várias tentativas de instalação de uma Escola Normal. Por cobrir tão variados aspectos e por ser uma obra de inegável valor, **História da Educação em Sergipe** é um livro

²⁴ Cf. SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. **A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)**. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe. 2004.

²⁵ Cf. NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. 2 ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2008. A primeira edição desta obra data de 1984 e foi publicada pela editora Paz e Terra. Passadas três décadas continua única obra de síntese sobre o caso sergipano e referência indispensável pelo volume de informações, embora sua análise interpretativa careça sempre de novo olhar (embora nem sempre os novos pesquisadores o façam).

indispensável para os que se aventurarem nas sendas da educação sergipana, no caso específico os aspectos da profissão docente, que merecem aqui um trato mais aprofundado.

No que diz respeito a localização e ocupação das cadeiras do ensino primário e do secundário, Thetis Nunes informa que a 03 de dezembro de 1828, foi lançado um edital abrindo concurso para todas as cadeiras de Primeiras Letras e Gramática Latina. A seleção foi marcada para 21 de janeiro do ano seguinte. No entender da autora, o edital configura o primeiro documento da história da educação sergipana, sendo assim um marco para os estudos da oficialização da docência em Sergipe (Cf. Nunes, 2008, p.46).

Um aspecto que não recebeu muita atenção por parte da pesquisadora foi a preceptoria. Pode-se atribuir esta quase ausência ao tipo de testemunhos evocados pela autora, aqueles de caráter oficial, o que não lhe permitia dizer muito a respeito dos indivíduos que exerciam esta ocupação em foro doméstico. Sua palavra limita-se a informar que escapam às estatísticas o contingente de pessoas, em sua maioria mulheres, que tinha por responsabilidade educar as crianças no interior das casas-grandes e fazendas e que só tornaram-se assalariadas a partir da segunda metade do século XIX (idem, p. 35).

A implantação do método de ensino mútuo, ou lancasteriano, também figura na obra de Thetis Nunes. Além da data de implantação, 1827, a autora informa ainda que teria sido “Elzébio Vanério, baiano ligado à vida de Sergipe a partir da autonomia política, o primeiro a utilizar, no Brasil, o método lancasteriano desde 1817”. (idem, p. 40). Todavia, a abordagem empreendida pela autora não lhe permitiu adentrar nos debates gerados ao longo do século em torno da implantação do método, limitando-se a fazer coro às críticas que lhe são comuns²⁶.

Sobre a criação de uma Escola Normal em terras sergipanas, segue a perspectiva de que houve precursores com ideias além de seu tempo até que a conjuntura local tornou-se favorável e, enfim, instalou-se a Escola. Assim, Thetis Nunes apresenta a figura de Manuel Clemente Cavalcante de Albuquerque, presidente da Província de Sergipe d’El Rey, como o responsável pela primeira tentativa de instalação da Escola

²⁶ Para uma leitura sobre a questão dos métodos de ensino em Sergipe no século XIX cf. SIQUEIRA, Luís. **De La Salle a Lancaster**: os métodos de ensino na escola de primeiras letras sergipana (1825-1875). São Cristóvão, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação), Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe.

Normal. Sua proposta, todavia, não teria encontrado solo fértil, não vingando seu projeto (idem, p. 44).

A saga da Escola Normal acompanhada na história da educação escrita por Thetis Nunes teve seu ápice no ano de 1871, quando foram iniciados seus trabalhos em terras sergipanas. A instituição foi criada pelo Regulamento de 24 de outubro de 1870 e funcionava anexa ao Atheneu Sergipense (idem, p. 113). Não obstante a instalação da Escola, a pesquisadora informa que já no ano de 1874 não se apresentava animadora sua situação. Segundo a autora, faltava estímulo à clientela, “que deveria sair da classe média urbana sem recurso para buscar, em outras terras, o cobiçado grau de doutor”. Além disso, Thetis Nunes elenca, ainda, a baixa remuneração do magistério primário e o clientelismo político, “que podia transformar qualquer pessoa em professor, como fatores do pouco sucesso da Escola Normal” (idem, p. 128).

A conturbada história da Escola, segundo Thetis Nunes, teve seu grande momento ainda no final da década de 1870, tempos de apaixonada polêmica, pela imprensa, sobre a extinção da Escola Normal. A autora destaca o empenho de Brício Cardoso na defesa da permanência da instituição. Não obstante sua campanha, a Resolução Provincial de 31 de março de 1879 extinguiu a Escola Normal restando aos alunos prestar exames das matérias que lhes faltavam para conseguirem obter o diploma (idem, p. 135).

Outro elemento destacado por Thetis Nunes é o surgimento de cursos particulares. Segundo a autora, “o fato está diretamente relacionado à prosperidade crescente da economia açucareira e o desenvolvimento trazido aos núcleos urbanos a ela ligados” (idem, p. 49). Ainda de acordo com a pesquisadora, o que levava os professores a abrirem cursos particulares era a baixa remuneração a que estavam submetidos na condição de funcionários públicos. Por sua vez, a clientela dava preferência ao ensino particular devido ao renome alcançado pelos professores. Diante desse quadro, Thetis Nunes constatou que era crescente a importância dos colégios particulares ao longo do século XIX, sendo os mais destacados o de Florentino Teles de Menezes, Manuel Carlos de Moraes e Possidônia Maria em Santa Cruz (idem, p. 103s).

Some-se a isto, informa a pesquisadora, a falta de responsabilidade profissional dos docentes, o que era motivo de constantes reclamações dos moradores da Província (idem, p. 119). Esta situação, para a autora, pode ser entendida ao se considerar o pouco estímulo financeiro recebido pelos profissionais da educação, bem

como ao despreparo resultante da falta de uma formação própria ao exercício da docência visto não haver em terras sergipanas uma Escola Normal para preparar os indivíduos que ocupavam cargos no magistério.

Clássico pela abordagem empreendida, pela coleta e interpretação de vasta documentação, pelas conclusões apresentadas e pelo entendimento sobre a educação sergipana não em anos, mas em séculos, que transmitiu a diversas gerações de pesquisadores, o estudo de Thetis Nunes pode ser visto não somente como um documento sobre o assunto a que se propôs, bem como um monumento, que vem sendo reiteradamente utilizado como lastro fundamental de novos empreendimentos nesse ramo do saber. Justamente por tudo isso, a crítica historiográfica faz-se necessária, em acordo com a tese de que cada geração deve reescrever o saber histórico.

Assim, é preciso dizer que a corrente interpretativa a que se prendeu a pesquisadora em questão não lhe possibilitou ir além da ideia de que o exercício da docência em Sergipe no século XIX, o que na sua leitura quer dizer as mazelas e deficiências, estava diretamente relacionado ao estado de desenvolvimento das forças econômicas. É o que pode ser acompanhado nas referências ao desestímulo com que os professores públicos primários desenvolveram suas atividades ou no caso da supremacia do ensino particular nas localidades beneficiadas com os frutos da produção açucareira.

A mesma visão economicista está presente nas interpretações sobre a trajetória da Escola Normal. É sempre um conflito entre indivíduos provenientes de províncias economicamente adiantadas em relação a Sergipe (os presidentes provinciais), logo possuidores de um pensamento de vanguarda, e os membros da velha aristocracia rural local, pouco afeitos aos ventos da modernidade educacional. Neste ponto, a interpretação da autora é ora fazer a crítica aos reformadores por desconhecerem a “realidade” sergipana, ora criticar os membros do poder local por sua falta de visão deixando Sergipe no “atraso”.

O retrato da docência em Sergipe no século XIX pintado por Maria Thetis Nunes reflete a perspectiva teórica a qual a autora filiou-se. Todos os sucessos relacionados à vida dos professores foram analisados à luz dos acontecimentos de ordem econômica. Assim, em uma sociedade controlada por uma aristocracia rural não haveria de se esperar que a educação, e conseqüentemente o exercício da docência, recebesse maiores cuidados por parte do poder público.

Desta forma, a imagem que se pode ter por meio da leitura de **História da educação em Sergipe** dos professores daquele período é a de indivíduos totalmente desamparados pelo poder oficial, que desenvolviam suas atividades sob as mais precárias condições. A leitura de Thetis Nunes é partícipe da perspectiva de que o século XIX foi um hiato entre a ação pedagógica jesuítica e a ação dos chamados Pioneiros da Escola Nova. Todavia, esta interpretação não basta para o entendimento acerca dos mecanismos de efetivação da prática docente, uma vez que se limita a fazer uma abordagem com vistas a identificar no passado as origens das supostas deficiências do tempo presente.

Alguns estudos têm contribuído para descortinar os efeitos da Reforma Pombalina no Brasil Colonial e, sem dúvida, possibilitam outros olhares sobre a questão educacional no oitocentos brasileiro. Os estudos de Thais Nivia de Lima e Fonseca²⁷, por exemplo, constituem um esforço de leitura diferenciada deste período ainda pouco estudado, ou em muitos casos ainda insuficientemente compreendido, pela História da Educação Brasileira.

Muito frutífera é a observação da autora para o fato de que não se deve tentar encontrar neste tempo/espço as mesmas práticas educativas presentes em períodos posteriores e que melhor é procurar entender como se davam os processos de formação daquelas pessoas. Assim, a autora consegue questionar a literatura corrente e basear-se em estudos recentes para pintar um retrato bastante desconhecido acerca da educação colonial, com suas variadas nuances, desafios, sucessos e fracassos. Longe de traçar um perfil idílico sobre o objeto, Thais Fonseca fornece uma representação deste um tanto mais complexa, em que se pode acompanhar mais detidamente a ação das pessoas que vivenciaram aquele tempo.

Cabe, então, investigar como esse processo se deu em uma província periférica, o caso de Sergipe d'El Rey, para que se tenha um mosaico mais aproximado da realidade com que se concretizou a reforma perpetrada pelo Marquês de Pombal, com base no Iluminismo regalista proposto por Verney. Embora esteja se falando de um período anterior ao tratado no presente estudo, compreender a questão educacional no século XIX requer o conhecimento

²⁷ Cf. FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Como leitura complementar ver também da mesma autora **O ensino régio na Capitania de Minas Gerais (1772-1814)**, publicado pela mesma editora em 2010.

do debate Iluminista acerca da formação das almas. Projeto que, sem dúvida, foi continuado pelos intelectuais do oitocentos.

1.2 Iluminismo e Pedagogia Moderna: a docência no projeto de reformar o Estado e organizar a sociedade

É sabido que o movimento Iluminista é o traço filosófico característico do século XVIII no mundo ocidental. Geralmente identificado com os ideais da Revolução Francesa de 1789 (liberdade, igualdade, fraternidade), o Iluminismo como perspectiva de mundo teve alcance e presença muito maior do que o limitado ao território francês. Pode-se perceber a ação dessas ideias inclusive na conhecida Inconfidência Mineira de 1789, ou mesmo no processo de independência das treze colônias inglesas da América do Norte em 1776.

Com mais ou menos força, o Iluminismo se fez presente não só na França, mas também na Itália, Prússia, Áustria, Inglaterra e, no caso que mais interessa discutir aqui, na Península Ibérica. Com variáveis locais, os conflitos que estavam postos no século XVIII fizeram-se presentes neste vasto território, com apropriações também diversas em cada um dos casos²⁸.

De modo geral, as ideias iluministas se colocavam no contraponto da cultura gestada pelo cristianismo, em suas versões católica e reformada. Fazia-se o discurso da reconstrução social pautada na racionalidade. Isto, porém, não deve ser confundido com ceticismo radical. Mesmo no caso da fé, pregava-se que ela deveria alicerçar-se na descoberta racional da existência divina, e não na religião revelada, como defendida pelos credos oficiais.

Além destes aspectos, defendia-se que o Estado Moderno nascente deveria assumir a responsabilidade da organização da vida social. Esta organização passaria pela formação de um corpo burocrático que atendesse às necessidades desta instituição, com bases na laicidade e na preocupação com a vida civil. É neste terreno fértil que ganha força a defesa de uma escola pública estatal com um corpo de profissionais

²⁸ Para estas e outras informações e análises cf. CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

formado pelo Estado. Segundo Franco Cambi, foi por meio da difusão do Iluminismo que a Pedagogia se afirmou como um dos centros motores da vida social e das estratégias da sua transformação.

No caso da Península Ibérica, mais detidamente do reino de Portugal, um personagem foi central na difusão desses ideais. Trata-se de Luís António Verney, que em sua obra **Verdadeiro método de estudar** abordou a questão do ensino de Retórica e Poética em Portugal no século XVIII, para propor um novo método de ensino dessas matérias²⁹. Em um conjunto de cartas trocadas com um interlocutor fictício, o autor faz uma análise comparativa entre a forma como a Retórica e Poética eram ensinadas em Portugal e a forma como ele apresenta que seja o mais produtivo para o ensino desses saberes. Ao longo de sua explanação, apresenta seu diagnóstico da situação e elenca os elementos que considera necessários para produzir um bom aprendizado.

A leitura de Verney ilustra bem os debates que estavam postos no século XVIII acerca da reforma do Estado Moderno e da educação escolar. Estes dois elementos faziam parte do projeto de modernização que se entendia necessário à sociedade daquele período a partir dos modelos apresentados pelo Iluminismo. Em sua fala, percebe-se a reivindicação de um ensino com finalidades mais pragmáticas e voltadas para os elementos constituintes da nação, como a defesa aberta do ensino de Retórica em língua vernácula.

É com base nas proposições de Verney que D. Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, Primeiro Ministro de Portugal durante o reinado de D. José I, organizou sua reforma educacional, conhecida como Reforma Pombalina. Longe da perspectiva longamente difundida da teoria de “terra arrasada”, a reforma empreendida por Pombal foi responsável por redirecionar a ação do Estado português no que tange à educação. Uma de suas ações mais significativas consistiu na estatização do exercício da docência, tornando os professores funcionários do Estado³⁰.

²⁹ Cf. VERNEY, Luís António. **Verdadeiro método de estudar**. Lisboa: Presença, 1991. A obra em questão foi publicada originalmente no ano de 1746. Seu subtítulo apresentava bem o principal objetivo: atender as necessidades de Portugal.

³⁰ Cf. NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Duas cartas de Luís Antonio Verney: o Verdadeiro método de estudar e a reforma pombalina. IN: OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)**. Maceió: EDUFAL, 2010. p. 147-164. O pesquisador Luiz Eduardo Oliveira tem desenvolvido uma série de estudos sobre a questão da Reforma Pombalina e o ensino de línguas no Brasil.

Embora apareça em Verney com tintas vibrantes, o tema da reconstrução da escola para atender as demandas da modernidade, e o papel ocupado aí pelo professor, não era tão novo assim e já figurava na pauta das reflexões intelectuais havia tempo. A escola é reconhecida como uma organização composta de um corpo administrativo, um quadro docente e um conjunto de alunos. Destes elementos, os mais representativos dessa instituição ao longo de sua história são os discentes e os professores. Antes mesmo de apresentar a forma hoje conhecida, evento praticamente de fins do século XIX³¹, pensar escola significa encontrar um professor e seus alunos.

Pode-se entender a educação como o mecanismo pelo qual uma geração transmite a cultura a outras. A docência é uma atividade, um ofício, relacionado àquele mecanismo. Todavia, não é o único artifício para que se efetue o projeto de perpetuação da sociedade. Existem vários outros instrumentos – como desportos, lazer, artes – que também estão encarregados desta tarefa. A docência constitui um elemento específico por meio do qual a educação se realiza. Cabe, portanto, inquirir sobre seu processo histórico de configuração.

Neste sentido, pode-se entender que a constituição histórica da docência pode ser mais bem entendida como parte da trajetória da própria escola moderna. A arte de ensinar algo a alguém é tão antiga quanto à própria história da humanidade. Todavia, com os elementos morfológicos que conhecemos, inclusive identificada como uma profissão, a arte de ensinar só começa a se formar na modernidade a partir de uma série de componentes difusos. Ou seja, na sua forma atual a docência não apresenta um marco zero, um mito fundador. Pode-se, sim, encontrar em vários autores as indicações daquilo que viriam a compor a representação do ser docente. É o caso, por exemplo, dos escritos de Erasmo, Comenius e Rousseau, apenas para retratar três matrizes diferentes.

Dois textos de Erasmo, **Dos meninos** e **A civilidade pueril**³², estão situados em um período bastante conturbado, que envolvia a ascensão das ideias protestantes, a contestação dos valores medievais e o chamado “renascimento urbano”. A reorganização do Estado, com o desenvolvimento de hábitos ditos civilizados (que

³¹ Cf. HAMILTON, David. Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 01, 2001, p. 45-73, texto que apresenta uma das mais frutíferas interpretações acerca do surgimento da escola moderna e contribui para a quebra de vários modelos interpretativos sempre em voga.

³² Cf. ERASMO DE ROTTERDAM. **De Pueris (dos meninos). A civilidade pueril**. São Paulo: Escala, s/d.

incluíam a substituição da coerção física pela violência simbólica), permeia toda a discussão do autor.

Embora destinado à instrução em foro privado, o texto apresenta a escolha da escola pública como a preferida por Erasmo, por retirar do preceptor o controle total da ação pedagógica. A leitura destes textos revela um momento importante da reflexão acerca da organização da pedagogia moderna, em que elementos como combate ao uso da violência, organização dos estudos, diferenciação da aprendizagem por idades e definição da infância como etapa específica da vida humana estão presentes.

A leitura da **Didática Magna** de Comenius³³ é reveladora das preocupações acerca da organização da escola que se consolidaram na virada do século XVI para o XVII. Uma escola que atendesse um número maior de alunos ao mesmo tempo e que fosse organizada de modo a dinamizar o processo educacional. Para ele, educar as crianças o quanto antes era uma medida necessária para evitar que elas fossem corrompidas pelos pecados do mundo. A proposta de Comenius estava centrada na ação do professor, que ao desempenhar bem a sua função alcançaria melhores resultados na sua tarefa de formar o bom súdito e o bom cristão.

Por sua vez, o texto de Rousseau, **O Emílio ou Da Educação**³⁴, está, em muitos aspectos, na contramão de outros discursos da modernidade. Enquanto vários autores escreveram para tratar da socialização dos indivíduos pela contenção de suas pulsões naturais, Rousseau fará a defesa de que apenas pelo que há de natural na espécie é que a razão poderia se desenvolver. Seus embates com a religião e a filosofia do período são evidentes. Todavia, como intelectual de seu tempo, não foge das questões fundantes do pensamento moderno. Rousseau não é um ateu, é um homem de fé e defende que Deus proveu o homem de inteligência racional e que é a razão que a responsável pelo conhecimento da existência de Deus. É também um filósofo iluminista e crê, de fato, no poder da educação para ordenação social.

António Nóvoa³⁵ identifica no século XVI os inícios da atividade docente. Segundo ele, grupos de leigos e, principalmente, religiosos já se dedicavam a este ofício. Todavia, defende que tais indivíduos não exerciam a docência como ocupação primordial,

³³ COMENIUS, Jan Amos. **Didática Magna**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

³⁴ ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou Da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

³⁵ Cf. NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria e Educação**, v. 4, 1991

mas como atividade de caráter secundário. Somente a partir do século XVIII é que a docência passou a ser exercida como principal atividade por algumas pessoas. Este traço se intensificou com a estatização da educação, intensificada nesse mesmo período, a exemplo do caso português na Reforma Pombalina.

As reformas do ensino então empreendidas afetaram a docência à medida que estabeleceram padrões seletivos para o exercício da profissão. Criou-se um perfil de profissional, o que, todavia, ocasionou um processo de missionarização do docente. Este seria um indivíduo encarregado de formar o bom cidadão, dentro dos moldes que o Estado o entendia. O professor seria uma espécie de “clérigo-leigo”. Por outro lado, o controle estatal interessava à classe docente por lhe garantir o status social de que não dispunha até então. Este status seria acompanhado de uma maior organicidade para o exercício da profissão, permitindo, ao menos em tese, melhores condições de trabalho e a valorização do profissional.

Assim, ao realizar as leituras aqui comentadas, pode-se perceber que o Estado Moderno fez uso da educação escolar como parte de seus dispositivos para a configuração do tipo humano ideal do qual demandava, a saber: um sujeito de comportamento civilizado, ciente do seu lugar social e preparado para participar da consolidação daquelas sociedades. O professor, elemento constituinte da escola, figura como uma tecnologia da qual o Estado dispôs para garantir tais objetivos.

Um aspecto desta pesquisa é que a docência em Sergipe no XIX deve ser entendida como campo profissional que se constituiu e legitimou ao longo do período em questão, seja por meio da legislação, seja por meio da prática social. Daí o enfoque sobre o processo de aquisição de conhecimentos, de formação desses indivíduos, no que muito favorece a leitura do **Dicionário Biobibliográfico Sergipano Armindo Guaraná**. Analisar como a elite letrada local formatou a partir de si mesma o ideal de professor possibilita compreender a forma como socialmente esta profissão se caracterizou e as exigências de formação defendidas ao longo dos séculos XIX e XX.

1.3 Reflexões sobre História da profissão docente e a Pedagogia Moderna

A História da profissão docente é parte constituinte da própria História da Educação, no sentido de que pensar a educação escolar é refletir sobre seus elementos constituintes (professores, alunos, práticas pedagógicas, teorias educacionais, arquitetura, tempo escolar etc.). Evidentemente, o foco sobre a docência acompanhou as mudanças da análise historiográfica sobre o objeto educação. Ao longo da sua constituição como campo de saber, a História da Educação tem lançado olhares distintos sobre a figura do professor – principalmente no que diz respeito à mudança do centro da ação pedagógica, do ensino ao aprendizado.

Fato é que o professor desperta a atenção dos estudiosos da instituição escolar e tem gerado uma série de perguntas sobre este sujeito da ação educativa. Muito se tem falado inclusive acerca da extinção desta figura devido a, de um lado, as novas tecnologias educacionais, de outro ao suposto descaso dos gestores educacionais, com relevo maior a este fator do que àquele. Seja como for, a docência tem sido um componente de grande destaque quando o assunto é a educação escolar (ainda que crescentemente a História da Educação tenha se voltado para outros espaços formativos das pessoas em convívio social, a escola ainda é o locus privilegiado da maioria das análises).

Estudar a docência é também um objeto de interesse, dentre outras razões, pelo fato de que História da Educação (e da Profissão Docente por extensão) é um campo de atuação preferencialmente de professores. Dito de outro modo: a docência é um objeto de estudo da própria categoria. É a categoria docente refletindo sobre sua formação histórica como tal, analisando suas perspectivas no tempo presente e, em muitos casos, arriscando-se previsões (ainda que isto não deva ser objetivo do discurso histórico, uma breve leitura acerca da composição histórica do campo da História da Educação esclarece o perfil dos pesquisadores desta área e suas motivações e conclusões).

O presente estudo, como já anunciado anteriormente, pretende analisar a relação entre elite letrada e ofício docente no Brasil do século XIX, a partir do estudo do caso da província de Sergipe. Não é uma proposta que se pretende esgotar a análise sobre este objeto. O entendimento primordial é que a profissão docente, no seu percurso histórico de desenvolvimento, apresenta várias variantes, dentre elas a atuação de membros da chamada elite letrada, entendidos como sujeitos com as altas formações escolares disponíveis à sua época. Ainda para o caso específico deste trabalho, dentro deste conjunto anunciado serão analisados aqueles constantes em uma determinada fonte. Ou seja, conscientemente fica de fora desta leitura uma série de outros sujeitos que atuaram nesta mesma seara, mas que não atendem ao perfil aqui objetivado ou não constituem o conjunto elencado na fonte privilegiada.

O ano 2000 foi marcado pelo advento das celebrações dos 500 anos do Brasil. Naquele momento, intelectuais de diversas áreas elaboraram estudos que analisavam diferentes aspectos da formação brasileira. Dentre estes a questão educacional. Um dos estudos sobre o universo educacional no Brasil ao longo dos cinco séculos aludidos pela efeméride foi o livro **500 anos de educação no Brasil**, publicado pela editora Autêntica. Do conjunto de estudos ali apresentados, um, de autoria de Denice Bárbara Catani, se propôs à reflexão sobre a História da Profissão Docente como campo de pesquisa³⁶.

Segundo a autora, seu texto tinha como finalidade “apresentar questões relativas à produção dos estudos históricos sobre a profissão docente no Brasil” (p. 585). Para tanto, principia pela discussão sobre a ideia de profissionalização, apresenta alguns estudos realizados em História da Educação sobre a temática em questão e finaliza com um resumo de um estudo realizado pela própria pesquisadora. Um dos pontos altos do texto de Catani é a apresentação de uma série de autores no plano internacional que se dedicaram em algum momento recente à questão da profissionalização da docência. Alguns deles serão tratados aqui também. Destaque para a produção de Antonio Nóvoa, que vem sendo há algum tempo referência obrigatória para aqueles que pretendem estudar a História da Docência.

³⁶ Cf. CATANI, Denice Bárbara. Estudos de História da profissão docente. IN: LOPES, Eliana Marta Teixeira; et al. **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 585-599.

Destas informações iniciais presentes no estudo de Catani, destaca-se o fato de a profissão docente ser um objeto que está na fronteira dos interesses da Sociologia e da História. Ressalte-se que é bastante consolidado o campo da Sociologia das Profissões, principalmente nos Estados Unidos, mas com um foco mais privilegiado sobre as profissões liberais. É inclusive a partir das reflexões desta área que Nóvoa desenvolveu seu trabalho mais importante sobre o tema, declaradamente um estudo sócio-histórico.

Este não é o caso do texto de Catani. Sua abordagem segue a característica da produção brasileira de analisar a docência do ponto de vista histórico e muito pouco do ponto de vista da Sociologia, ou de um diálogo entre as áreas. Catani destaca ainda outra característica da produção nacional, qual seja: o fato de ser recente, àquela época e hoje ainda pode-se dizer. Também que o foco privilegiado das análises recaia sobre a chamada feminização do magistério, ou as relações de gênero. Outro dado era a abordagem voltada para períodos mais recentes da História da Educação brasileira, destacadamente o pós-1930. Estas características, mais de uma década depois, continuam vigorando na historiografia educacional sobre o tema.

Estas e outra muito marcante: a dispersão das análises, a falta de um esforço conjunto e organizado. Este último ponto, inclusive, é o que contribui para o “ser recente” da História da Profissão Docente. Estudar o caso da docência não é tão novo, mas fazê-lo sob essa ótica, de um campo de estudos específico, com sua forma própria de se realizar, com abordagens e interpretações teóricas específicas, é recente. Recente e dispersa, com uma identidade frágil. Ainda hoje, muitos trabalhos que se dedicam ao caso da docência o fazem sem recorrer aos parâmetros desta área propriamente dita.

Aquele texto publicado em 2000 apresentava uma breve revisão da bibliografia existente à época, mostrando um panorama das principais produções historiográficas produzidas em diferentes Estados, privilegiadamente das regiões sul e sudeste. Naquela produção, outra característica se ressaltava: a abordagem a partir da relação entre os professores e o Estado (característica esta também ainda muito presente).

Os autores procuram aí mostrar de um lado o esforço estatal no sentido de formatar a profissão e, por outro, o suposto descaso do mesmo agente para com a docência. Ambíguo, como ambígua é a condição docente como profissão. Por fim, o

resumo da pesquisa realizada pela própria Catani aponta para todos os padrões por ela mesma evidenciados: o estudo da profissão docente, na sua relação com o Estado, no chamado período republicano.

Na mesma coletânea alusiva aos 500 anos de Brasil, outro texto se propunha apresentar a questão da docência em um período anterior. Trata-se do estudo intitulado “O mestre-escola e a professora”, de Heloisa de Oliveira Santos Villela³⁷. Tomando como base interpretativa as proposições de Antonio Nóvoa, Villela analisa a configuração da docência no século XIX no Brasil. Para tanto, recua até o período final da época colonial brasileira e as iniciativas da Coroa Portuguesa no sentido de formatação da educação escolar. Dentre as medidas implementadas à época, destaca-se neste caso a instituição das aulas régias (objeto que será aprofundado aqui por outra obra) e a criação das escolas normais.

A partir da leitura do estudo em tela, é possível perceber como a questão escolar, e a docência em seu bojo, compuseram o âmago dos Estados Nacionais que se consolidaram ao longo do oitocentos. Tanto do ponto de vista da formação de um quadro de burocratas aptos a conduzir a carruagem estatal (e Portugal reconhecidamente teve a primazia neste movimento, a partir da expulsão da Companhia de Jesus e a laicização da formação dos súditos), quanto no que diz respeito ao desenvolvimento de uma identidade nacional, por meio das tentativas de fortalecimento da instrução primária e sua ramificação pelo território.

Em ambas as frentes, a função docente possuía lugar privilegiado, visto serem os professores a ponta de lança desta ação pedagógica. Todavia, como é comum à literatura educacional sobre o tema, o olhar de Villela tem o foco sobre os professores primários. O destaque é para a formação nas escolas normais e a tese principal é que tornar-se funcionário do Estado, com uma formação específica, garantia ao conjunto de professores um status social e profissional diferenciado e destacado.

Concordo, em partes. Isto porque estas ações estatais não geraram frutos imediatos. A própria análise de Heloisa Villela aponta para isto e o chega a afirmar. Instituir um espaço próprio para a formação de professores, e apenas da instrução

³⁷ Cf. VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Estudos de História da profissão docente. IN: LOPES, Eliana Marta Teixeira; et al. **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 585-599

primária, não foi um movimento que obteve sucesso instantâneo, nem mesmo ocorreu de modo linear. Escolas foram criadas e “descriadas”. Esta descontinuidade tão pouco era motivada pelo descaso das autoridades como tem se repetido na historiografia educacional. Esta é a explicação mais simplista. É preciso considerar que visões de mundo não se desfazem como as brumas da noite ao contato com os primeiros raios de sol (não que as ações relativas à escola e à docência tenham sido atos iluminados, longe disso, visto que não passam de outra visão de mundo tentando se sobrepor à existente).

O texto aqui citado de Heloisa Villela, como dito anteriormente, parte dos pressupostos interpretativos propostos por Antonio Nóvoa. Neste sentido, sua análise recai sobre a formação docente (por meio das escolas normais, em que, inclusive, a autora aborda as intermitências deste tipo de instituição ao longo de seus primeiros anos), os mecanismos de controle estabelecidos pelo Estado para selecionar e controlar o exercício profissional e, por fim como última etapa neste processo de constituição da profissão docente, a organização inicial dos professores como categoria profissional por meio de associações.

Estes diferentes aspectos têm sido abordados em vários estudos mais específicos sobre cada uma dessas nuances. O caso dos estudos acerca da formação docente, em uma instituição específica para tal – as escolas normais – ganhou no ano de 2008 um reforço substantivo (que conta novamente com a participação de Heloisa Villela). Trata-se da obra **As escolas normais no Brasil: do Império à República**³⁸. É certo que há vários estudos de peso sobre o tema da Escola Normal. O diferencial positivo deste novo trabalho é condensar estudos que tratam das diferentes iniciativas ao longo do século XIX (desde a criação da primeira escola em 1835) até a consolidação desta instituição no século XX. Ao todo, são abordadas vinte iniciativas, dentre as quais o caso de Sergipe.

A leitura deste texto colabora para a compreensão das vicissitudes por que passou a Escola Normal como locus privilegiado da formação de professores para a escola primária. Não foi um movimento simples, aceito prontamente, nem pela sociedade, nem pelos professores. Até mesmo do ponto de vista prático, garantir o funcionamento deste espaço, com os materiais necessários e os recursos humanos, não

³⁸ Cf. ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (orgs.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008.

foi tarefa fácil. Mas é certo que crescentemente tornou-se uma tendência internacional, pelo menos no que diz respeito ao mundo ocidental, já a partir do século XVIII.

A ideia de que o professor deveria passar por uma formação específica remonta à própria invenção da escola moderna, por motivos óbvios. Se o que se esperava da escola é que ela garantisse uma formação homogênea e massificada, uma peça fundamental para o sucesso desta empreitada era a figura do professor. Autores como Lutero, Erasmo, e mesmo Comênio ressaltaram esta necessidade. Ideia que ganhou força ao longo do século XVIII, com ênfase para os escritos de Pestalozzi. Todavia, esta proposta somente ganhou força quando os Estados Nacionais nascentes tomaram para si este discurso e passaram a criar mecanismos para sua institucionalização. Sem dúvida, a disseminação do controle estatal sobre a função docente foi acompanhada da preocupação com a criação de uma instituição capaz de formar o professor dentro dos parâmetros esperados, de modo a produzir um *habitus*.

Os organizadores do livro sobre a Escola Normal no Brasil apresentam como a noção da necessidade de um espaço próprio para a formação docente foi tomando corpo na Europa e na América ao longo da modernidade, primeiro naquela e depois nesta. Informam que a primeira iniciativa, de que se tem notícia ao menos, foi do abade francês Charles Démia no século XVII. Na mesma centúria, e talvez uma ação que se fez mais conhecida, Jean Batiste de la Salle fundou uma instituição com fim semelhante. Apesar de ambas terem sucumbido com a morte de seus idealizadores, deram o tom das discussões que se estabeleciam ali àquela época e após.

Mas foi com as reformas educacionais implementadas ao longo do século XIX que a Escola Normal ganhou uma composição mais sólida, o que não quer dizer menos intermitente. Seja na Prússia com Humboldt, com Guizot na França ou na Itália quando da consolidação da unificação daquele país, estabelecia-se, àquela altura, que a construção dos Estados Nacionais passava efetivamente pelo fortalecimento da escola de massa e pela formação de seus professores. Era uma ideia que se disseminava entre as autoridades públicas como rastilho de pólvora, o que não quer dizer que entre os professores a aceitação fosse a mesma. Outras formas de formação sobreviveram ainda durante muito tempo em paralelo a Escola Normal (mas disto tratar-se-á adiante).

O livro “As escolas normais no Brasil” traz um apanhado de 22 estudos regionais que apresentam um mosaico da difusão daquele tipo institucional pelo país.

No que diz respeito à distribuição espaço-temporal, são quinze escolas referentes ao período Imperial e cinco durante a República, cobrindo um intervalo de tempo entre 1835 a 1960. Percebe-se que as ações iniciadas em 1835-36 tornam-se mais evidentes entre as décadas de 1860-1880, quando se pode visualizar o surgimento de onze das vinte escolas analisadas. Segundo ainda os organizadores da obra, estas escolas foram pensadas a partir não apenas do modelo francês (tese bastante conhecida do afrancesamento do Brasil), mas também por meio do contato físico ou teórico com as experiências alemã e norte-americana.

A criação de um espaço próprio para a formação do professor primário foi um dos instrumentos desenvolvidos pelo Estado para garantir, de um lado, um controle maior sobre a ação pedagógica e, por outro, disseminar e fortalecer a instituição escolar como locus de formação da sociedade brasileira. Estes movimentos não ocorreram de modo pacífico, a escola e a escola normal não foram aceitas prontamente nem passivamente. Contribui para esta compreensão o estudo realizado por Maria Celi Chaves Vasconcelos, publicado em 2005 e intitulado **A casa e seus mestres**³⁹.

Neste estudo, a autora trabalha com um tipo de formação das pessoas pouco abordado pela historiografia da educação: a educação doméstica (conceito, segundo a pesquisadora, tomado de empréstimo de estudos europeus sobre a temática, notadamente em Portugal). Vasconcelos informa que esta prática remonta a tempos distantes, podendo ser identificada até na Idade Média, mas muito difundida no Brasil entre os séculos XVI e XIX, ou seja, da chegada dos europeus a estas terras até o alvorecer da República.

Sua análise recai sobre o oitocentos por ser neste século que se pode acompanhar um aumento da força do Estado no sentido de estabelecer uma rede de ensino público, aceito e legitimado pela sociedade. No contraponto a esta ação estava justamente a educação doméstica, já bastante conhecida e aceita por aqueles que a escola pretendia atender. Vasconcelos destaca que seu estudo recai sobre a análise das elites brasileiras, cabendo ainda futuros estudos que investiguem como esta modalidade de educação e instrução agia sobre a maioria da população que não compunha este grupo, mas que dela não estava totalmente alijada.

³⁹ Cf. VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e seus mestres**: a educação no Brasil de oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

Conhecer a educação doméstica é ter contato com um professor diferente daquele pensado pela lógica da escola normal, desejado para o exercício da docência principalmente nas escolas públicas. Em seu estudo, Vasconcelos identificou, estabelecidas inclusive na legislação da época, três modalidades predominantes de educação: o ensino público (mantido prioritariamente pelo Estado); o ensino particular (oferecido em colégios particulares ou na casa dos mestres); e a educação doméstica (bancada pela família e desenvolvida no espaço privado da convivência familiar).

Para esta última, atuavam como agentes educacionais professores particulares, preceptores, parentes ou agregados e, ainda, os padres das paróquias. Os tipos de professores estavam diretamente relacionados ao poder econômico das famílias. Preceptores, na maioria do caso preceptoras, moravam com a família, geralmente desenvolviam outra atividade doméstica que não apenas a educação e instrução das crianças da casa, e representavam um investimento financeiro maior.

O alto custo da preceptoria não era impedimento para aqueles que não dispunham de tantos recursos e que não abriam mão de manter a formação dos seus no espaço doméstico. Para estes, havia a possibilidade de contratar os professores particulares, que ensinariam determinados conhecimentos e receberiam apenas por isto. Ou, ainda, o ensino promovido por mães, tios e tias, avôs e avós, irmãos mais velhos, primos etc., que não representavam custo algum ou muito baixo. Mesmo caso dos padres paroquiais.

Enfim, a consolidação da escola oficial, e com ela do professor oficialmente formado e instituído, enfrentou a convivência destes outros agentes educacionais e a resistência da sociedade à idéia de enviar seus filhos para a escola pública. Os temores não eram poucos: era possível acreditar na competência daquele professor estatal? Na segurança daquela instituição? Na qualidade da formação moral e afetiva ali oferecida por aqueles professores? Haveria acompanhamento do desenvolvimento de cada aluno individualmente e no seu ritmo como era possível na educação doméstica? Dentre outras questões levantadas à época e que, em muitos casos, persistem até hoje.

Seja como for, a formação do professor em uma escola própria para este fim não foi uma ação fácil de ser executada. Há de se levar em consideração, ainda e fundamentalmente, que este “Estado” de que se tanto fala na literatura acadêmica, não é um ente superior a conduzir a vida das pessoas. É um lugar ocupado por pessoas, com

suas idiossincrasias. No caso do século XIX, estas pessoas eram pertencentes, em boa parte, ao mesmo grupo social que detinha os meios econômicos para garantir uma sólida e confiável, à sua vista, educação dos seus no ambiente doméstico, contratando preceptores. A difusão da idéia da escola pública e do professor formado para tal tarefa foi também um movimento de convencimento desta elite difusa.

Os estudos sobre Profissão Docente no Brasil e a própria configuração deste campo de pesquisa recebeu um reforço a partir da publicação em 1991 do texto “Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente” de Antonio Nóvoa na revista *Teoria e Educação*⁴⁰. É possível dizer que a própria publicação deste artigo foi parte da estratégia de reordenamento dos estudos sobre professores em terras brasileiras. O referido artigo consiste na tradução do segundo capítulo da primeira parte um estudo maior intitulado “Le temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe- XXe siècles)”, publicado em 1987⁴¹.

Nesta pesquisa mais densa, resultado de sua tese de Doutorado defendida em 1986 sob a orientação de Daniel Hameline, Nóvoa propôs um novo entendimento acerca do desenvolvimento da profissão docente e lançou as bases com as quais boa parte dos pesquisadores vêm trabalhando de modo mais sistemático desde os anos 2000, pelo menos. Antes, porém, de adentrar nos principais aspectos de sua análise, faz-se necessário uma breve referência à Sociologia das Profissões, área com a qual Antonio Nóvoa dialoga e da qual retira seu substrato teórico interpretativo.

A Sociologia tem se ocupado há algum tempo acerca da questão das profissões, principalmente nos países de língua inglesa. Segundo Elliot Freidson⁴², esta tradição sociológica remonta a teóricos clássicos da área, como Herbert Spencer e Emile Durkheim, ou mesmo aos escritos de Economia Política de Adam Smith. Este, porém, não teria chegado a definir mais detalhadamente o conceito de profissão, algo realizado com maior ênfase pelos outros dois autores.

De acordo ainda com Freidson, foi no pós-guerras que o interesse sociológico pelas profissões se intensificou, com destaque para os trabalhos de Talcott

⁴⁰ Cf. NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria e Educação*, v. 4, 1991.

⁴¹ Cf. NÓVOA, António. **Le temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe-XX siècle)**. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

⁴² FREIDSON, Eliot. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. São Paulo: EDUSP 1998.

Parsons e sua sistematização teórica sobre o assunto. Este campo de estudos passou por transformações ao longo da década de 1960, incorporando a chamada perspectiva crítica dominante naquele período, principalmente a partir do paradigma marxista, mas também dos princípios interpretativos do neoliberalismo.

Duas décadas depois, os pesquisadores procuraram realizar análises comparativas, entre diferentes profissões e seus tempos e espaços de desenvolvimento. Esta guinada deve-se, em grande parte, à crítica da hegemonia dos trabalhos voltados para as profissões relacionadas à Medicina e ao Direito, mais aquela do que esta, consideradas, por muito tempo, como as profissões por excelência (menos pelo prestígio social e mais por seu grau de organização, ainda que um fato tenha relação direta com o outro).

O entendimento que passou a ser predominante na Sociologia das Profissões envolve uma dupla reflexão. De um lado, defende-se que outros ramos de trabalho apresentam em seu desenvolvimento características distintas dessas duas ocupações e isto não impediu sua organização profissional propriamente dita. De outro, chegou-se à conclusão que mesmo médicos e advogados tiveram trajetórias de profissionalização distintas em países diferentes. Acrescente-se a estas novas interpretações o aumento do número de pesquisas que não de língua inglesa e a incorporação dos conceitos sociológicos por estudos da área de História.

Desta trajetória dos estudos sobre profissões, depreende-se que a definição mesma de profissão é imprecisa. Ganhou contornos mais definidos a partir dos estudos efetuados a partir da década de 1960, mas ainda assim com variações interpretativas e linguísticas. Também se percebe que a ideia de profissão e profissionalização é entendida, majoritariamente, nas análises sociológicas, e mesmo na maioria dos estudos históricos realizados à luz desses substratos conceituais, como algo prejudicial ao desenvolvimento das relações de produção (fabril e até mesmo intelectual). Esta crítica reside no entendimento de que a profissionalização está na gênese do monopólio de um determinado ofício por parte daqueles que se ocupam deste trabalho. Este monopólio, no mínimo, dificultaria o exercício de um determinado ofício de modos diferentes daqueles aceitos e determinados pelo grupo de profissionais estabelecidos.

Por fim, registre-se que o desenvolvimento das profissões é tido como um fenômeno característico das sociedades industriais e dentro dos contornos do Estado Moderno, figurando este inclusive como o maior empregador dos trabalhadores profissionalizados. A partir dos elementos aqui apresentados, para fins deste estudo acerca da relação entre elite letrada e ofício docente, parece cabível tomar como um dos pilares interpretativos o entendimento de que as profissões distinguem-se dos ofícios por serem uma especialização criteriosa fundamentada teoricamente, não baseadas apenas na formação pela prática. Dito de outro modo, esta pesquisa trata da docência quando esta ainda não era uma profissão.

A relação entre docência e profissão também tem sido objeto da Sociologia, principalmente a partir das novas análises descritas por Freidson, que não se limitam à análise das profissões liberais. É o que revela a leitura do estudo de Raymond Bourdoncle, pesquisador do Institut National de Recherche Pédagogique, publicado na *Revue Française de Pédagogie*. Intitulada “La professionnalisation des enseignants: analyses sociologiques anglaises et américaines”, a pesquisa apresenta uma reveladora perspectiva sobre a questão, inclusive do ponto de vista do uso do termo profissão nos países de língua inglesa e na França⁴³.

Algo que pode parecer banal, mas que revela o lugar social da discussão acerca da profissionalização de diferentes atividades em locais distintos. Sobre este aspecto, Bourdoncle informa que em língua francesa, tem se tornado mais recorrente em textos oficiais o uso do termo profissão (e demais palavras derivadas) a partir de meados dos anos 1980, enquanto nos países de língua inglesa a expressão já aparecia no início do século XX. Seja como for, esta informação revela como a definição de profissão é imprecisa e até mesmo recente. Todavia, em qualquer definição, o termo profissão remete a um processo de racionalização de uma determinada ocupação trabalhista.

Segundo Bourdoncle, há três domínios clássicos da Sociologia inglesa e norte-americana que se dedicam a esta temática: uma Sociologia do Trabalho, uma dos Ofícios e mais recentemente uma dita das Profissões. Esta última durante muito tempo exercida por pesquisadores ligados à teoria funcionalista, preocupada em identificar as

⁴³ Cf. BOURDONCLE, Raymond. La professionnalisation des enseignants: analyses sociologiques anglaises et américaines. **Revue Française de Pédagogie**, n. 94, jan./mar. 1991, pg. 73-92. Ver do mesmo autor “La professionnalisation des enseignants: les limites d’un mythe”, publicado na mesma revista, n. 105, pg. 83-119. Neste artigo o autor debate com a literatura sobre o tema, mostrando diferentes pontos de interpretação sobre a profissionalização docente.

funções de satisfação das necessidades de interesse geral desempenhadas por determinadas ocupações a partir do que construíram um tipo ideal que se adequa melhor às profissões liberais. Por esta linha de raciocínio, se estabeleceu um debate em torno das “verdadeiras profissões” e daquelas que não seriam verdadeiras porque não atendiam ao perfil do tipo ideal, caso da docência.

Autores se dividiram sobre esta questão, mas Bourdoncle aponta estudos que interpretam a docência como uma profissão, com características distintas das chamadas profissões liberais. Deste ponto de vista, é preciso entender que profissões distintas têm distintas trajetórias históricas e sociais e que é necessário expandir o leque interpretativo para dar conta destas particularidades. Todavia, apesar das distinções, as profissões guardam características comuns, como o processo de racionalização (fundamentado em uma longa formação específica), de controle do exercício profissional, reconhecimento social e organização dos trabalhadores. Além disso, todas as profissões exercem um fascínio social, ou seja, uma vez estabelecida esta condição, não se consegue pensar a organização do trabalho fora da profissionalização e as mais diferentes atividades acabam por percorrer este caminho rumo ao reconhecimento.

Antonio Nóvoa dialoga fortemente com estas matrizes interpretativas da Sociologia das Profissões. Em sua tese de doutoramento aqui referida, o primeiro capítulo da primeira parte tem o sugestivo título “Em torno da Sociologia das Profissões: em busca de uma nova abordagem teórica”. No capítulo em tela, Nóvoa faz um levantamento das pesquisas desenvolvidas naquele ramo de estudos, elencando as principais características de cada tendência, semelhante ao trabalho de Freidson aqui referenciado, identificando ao menos duas correntes vigentes nos estudos sobre a questão: uma de caráter mais tradicional, pelo foco nas profissões liberais e nas conclusões a que chegam; e outra que procura incorporar os elementos já apontados aqui pelo estudo de Freidson.

A partir dos trabalhos de Terence Johnson, Harold Wilensky e Luciano Vicentini (todos publicados no início da década de 1980 a partir daquela perspectiva revisionária já apresentada aqui), Nóvoa propõe que a compreensão sócio-histórica da gênese e desenvolvimento da profissão docente é possível a partir do conceito de profissão de tipo oficial ou burocrático. Este conceito permite pensar o desenvolvimento de uma profissão fora dos parâmetros próprios das profissões liberais

(Medicina e Direito), sem, contudo, desconsiderar aspectos comuns constituintes de qualquer campo profissional. Adiciona novas perspectivas e abordagens, sem perder o foco do essencial.

Antonio Nóvoa, em sua propositura teórica, retira das vertentes mais tradicionais da Sociologia das Profissões e das novas leituras, duas dimensões de análise: daquelas, o fato de que o exercício de uma profissão incorpora o que se considera como o saber e a ética necessários àquele exercício. Da segunda perspectiva, o fato de que a profissionalização constitui um processo longo, composto por quatro etapas, a saber: exercício em tempo integral, licença estatal, formação especializada e associação de classe. Sobre isto, Nóvoa ressalta que a sucessão destas etapas não é uma questão inexorável, mas um exercício interpretativo que possibilita uma melhor compreensão do fenômeno em questão.

O historiador português realizou em sua tese de doutoramento um estudo de longa duração. Sua abordagem engloba ao menos três séculos acerca do desenvolvimento sócio-histórico da docência em Portugal (e um pouco mais, visto que retrocede até a Idade Média quando trata de alguns aspectos). Sua análise recai sobre as reformas implementadas pelo Marquês de Pombal e chega até o advento da Escola Nova. Seu foco privilegiou a questão do professorado do ensino primário e suas afirmações são bastante claras quanto a não rigidez da proposta por ele defendida. É enfático em destacar que é preciso considerar as particularidades locais e temporais para outras análises.

Para concluir este balanço, ressalte-se que estudar a relação entre elite letrada e docência em Sergipe no século XIX constitui um passo importante para a compreensão do desenvolvimento sócio-histórico da profissão de professor para o caso sergipano e contribui para os estudos sobre o tema no Brasil. Partindo dos pressupostos apresentados tanto pela Sociologia das Profissões, quanto de sua apropriação por António Nóvoa, pode-se afirmar que esta pesquisa flagra um determinado momento desta trajetória, bem como um segmento deste grupo. Isto revela o quanto é inapropriado pensar a história da profissão docente como um evento monolítico, portador de uma escatologia e uma teleologia. Perceber as diferentes variações deste movimento parece conduzir a melhores interpretações do conjunto.

1.4 Docência: um lugar social de destaque, um negócio possível

A leitura das biografias identificadas no **Dicionário Armindo Guaraná** possibilitou estabelecer os tipos de ocupação de trabalho exercidos pelos sujeitos identificados nesta pesquisa. A partir disso, se organizou essas ocupações na linha de tempo da trajetória de vida deles, identificando ao menos três postos mais relevantes por eles ocupados. Essa tipificação fez surgir um conjunto de cerca de quarenta diferentes ocupações, dentre as quais a docência. Destaque-se que, apesar da dispersão (que revela por sua vez um quadro muito mais dinâmico do que se costuma imaginar sobre o século XIX), junto às carreiras médicas e jurídicas, o ofício docente surge como uma das mais recorrentes. Outro destaque é o fato de essa ser uma ocupação possível para as mais diversas formações. Do total de biografados destacados neste estudo, quarenta e oito tiveram na docência sua primeira ocupação relevante.

Esse é o caso do laranjeirense Justiniano de Melo e Silva. Filho de Félix José de Melo e Silva e Maria Alexandrina de Melo e Silva, nasceu em 1853. Sua formação escolar começou em sua cidade natal e prosseguiu em Pernambuco. De volta a Sergipe em 1871, foi aprovado em concurso para a cadeira de Inglês do Atheneu Sergipense. Três anos depois, alegando motivo de doença procurou tratamento no sul do país e na Argentina, onde voltou a estudar e recebeu o grau de doutor em Ciências Sociais pela Faculdade de Córdoba. Voltou ao Brasil, assumiu cargo de secretário de governo no Paraná em 1875, foi eleito Deputado e lecionou várias matérias no Instituto Paranaense e na Escola Normal. Após este período, tornou a Sergipe e ao Atheneu Sergipense, para a cadeira de História Universal e da Civilização. Não permaneceu em seu Estado natal por toda vida e faleceu em 1940 na cidade de Colatina, no Espírito Santo.

QUADRO II: Principais ocupações exercidas logo após a formação escolar dos sergipanos biografados por Armindo Cordeiro Guaraná destacados para o presente estudo

Ocupação	Qtd
Professor	48
Médico	17
Promotor	13
Funcionário Público	5
Promotor público	5
Coadjutor	4
Comércio	3
Sacerdote	3
Jornalista	2
Tipógrafo	2
Advogado	2
Secretário do Bispo	2
Dentista	1
Delegado de Higiene	1
Correios	1
Compositor	1
Arquivista	1
Coronel da Guarda Nacional	1
Deputado Provincial	1
Intendência Municipal	1
Censor e capelão	1
Cadete	1
Corpo de saúde do Exército	1
Diretor	1
Exator e coletor	1
Exército	1
Hospital Nacional	1
Vendedor ambulante	1
Juiz	1
Oftalmologista	1
Opositor da Seção de Ciências Acessórias	1
Padre	1
Polícia	1
Procurador	1
Secretário da Instrução Pública	1
Segundo cirurgião do Corpo de Saúde da Armada	1
Guarda-marinha	1

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados do **Dicionário Biobibliográfico Sergipano** de Armindo Cordeiro Guaraná

Outras situações são possíveis de ser identificadas. Nascido na mesma localidade que o já citado Manoel Xavier, mas quase 50 anos antes, em 25 de maio de 1855, Daniel Campos, também teria no ofício da docência um lugar de passagem. Filho de Daniel Caetano da Silva Campos e Antonia Pinto da Silva Campos, concluiu o curso de Humanidades no Colégio São João em Salvador e se formou em Medicina no final do ano de 1882. Retornando a Sergipe, estabeleceu-se em Aracaju e passou a clinicar.

Dentre vários cargos que ocupou no funcionalismo público, exerceu a docência desde abril de 1882. Primeiro como lente de Elementos de Ciências Físicas e Naturais, depois professor de Filosofia e retornou à primeira onze anos depois, ambas no Atheneu Sergipense. Após esta experiência, quando governava o recém Estado de Sergipe o coronel Oliveira Valadão, foi nomeado Inspetor de Higiene, lugar que ocupou de 1896 até 1903, quando se aposentou. Durante o mesmo período atuou como Deputado, chegando inclusive a assumir, por breve período, o governo do Estado na condição de presidente da Assembléia (de 8 de julho de 1898 a 25 de abril do ano seguinte).

Não só como etapa da trajetória de políticos pode-se encontrar o exercício provisório da docência. Veja-se o caso de José Alves Pitangueira. Filho de Antonio Alves Pitangueira e Margarida Francisca de São José, nasceu em 4 de dezembro de 1812 em Indiaroba, antigo município do Espírito Santo, e faleceu em fevereiro de 1858. Neste percurso de vida, sua primeira ocupação profissional foi como professor de Latim em Lagarto, em que fora provido em junho de 1833, aos 20 anos.

O fato de ter atuado como professor até fins de 1856, quando foi jubilado, pode transparecer uma idéia equivocada acerca do lugar do ofício docente em sua trajetória. O fato é que, decorridos alguns anos de exercício no magistério público, solicitou e obteve da Assembléia Provincial licença para estudar no Seminário da Bahia, no qual recebeu as ordens de presbítero em abril de 1843. Dez anos após iniciar como professor e 13 antes de se afastar da função. Ser professor, além de tudo de Latim, nada mais era, ao que tudo indica, uma ocupação muito possível a um sacerdote. Além de padre e docente, atuou como político, jornalista e advogado. Foi Deputado provincial nas legislaturas de 1848-1849 e de 1858-1859, chegando a ser Presidente da Câmara Municipal de Lagarto.

Uma das teses presentes na escrita de Maria Thetis Nunes e bastante reproduzida pela historiografia da educação sergipana afirma que a província de Sergipe d'El Rey era carente de estabelecimentos escolares no século XIX. A análise realizada por Eugênia Andrade Vieira da Silva já discordou desta assertiva, ao levantar uma série de escolas existentes em terras sergipanas naquela centúria. A leitura das biografias aqui destacadas corrobora esta última informação ao detectar uma série de espaços formais de atuação docente, fundados por professores e que serviram de local de atuação de muitos dos intelectuais aqui retratados. Ou seja, se para uns o ofício foi passageiro, para outros se tornou uma possibilidade real de acumular capital cultural e mesmo econômico.

Um desses casos é o de Ascendino Ângelo dos Reis que nasceu em São Cristóvão, em 20 de abril de 1852 e era filho de João Francisco dos Reis e Rosa Florinda do Amor Divino. Após estudar na Bahia, onde se formou em Medicina em 1874, atuou no Corpo de Saúde do Exército em sua terra natal e em São Paulo. Quando ainda estudante de Medicina, dividiu seu tempo entre os estudos e uma primeira experiência como docente, possivelmente para garantir alguma fonte de renda, mas também para cultivar os bens simbólicos próprios da elite letrada.

No período em que se estabeleceu em Aracaju após se formar, atuou como delegado especial dos exames de preparatórios em 1876, foi lente das cadeiras de Inglês e de História do Atheneu Sergipense. Também foi professor de História da Escola Normal em 1882. Ao se mudar para São Paulo, cursou a Faculdade de Direito e se formou bacharel em 1889. Após concluir esta segunda formação fez concurso para a cadeira de Geografia Geral, Corografia do Brasil e Cosmografia, da Escola Normal Secundária de São Paulo, na qual foi nomeado em agosto de 1907 e exonerado sete anos depois por ter sido nomeado lente catedrático da 2ª cadeira do 1º ano do curso geral da Faculdade de Medicina e Cirurgia paulista.

A lista de atuações profissionais é vasta, em locais e tipos (em São Paulo ainda estabeleceu um consultório médico) e corrobora a observação anterior acerca do lugar da docência na vida dessa elite letrada. Mas Ascendino Reis ainda faz parte de um outro grupo dentro dos sujeitos aqui retratados: o daqueles que fundaram estabelecimentos escolares. Quando de sua temporada em Aracaju, fundou, em 1879, e dirigiu o colégio Parthenon

Sergipense. Estes estabelecimentos de ensino, a exemplo do Parthenon, foram espaços de atuação de outros membros da elite letrada que se ocuparam com a docência e de formação de alguns que vieram depois a ser professores também.

No Parthenon atuou como professor Severiano Cardoso. Natural da cidade de Estância, filho de Joaquim Maurício Cardoso e Joana Batista de Azevedo Cardoso, nasceu em 1840 e faleceu em 1907, na capital do Estado. Nesta trajetória de vida, após os estudos de Humanidades, mudou-se para a Bahia, onde trabalhou no comércio e na imprensa. De volta a Sergipe, atuou como escriturário e professor de Literatura e Lógica do Atheneu Sergipense, professor de Italiano, Aritmética e Lógica da Escola Normal de Aracaju. Lecionou também Português, Francês e Aritmética em Estância.

Foi, ainda, Secretário e Oficial Maior da Instrução Pública. Em 1878 exonerou-se desta função e assumiu a direção do colégio Parthenon Mineiro no Rio Novo, Estado de Minas Gerais. Neste vasto leque de ocupações é que dedicou um período à atuação como lente de Português, Aritmética e Álgebra no colégio Parthenon Sergipano de Ascendino dos Reis. A exemplo deste, e denotando uma das características deste grupo de intelectuais aqui destacados, quando de volta a Estância em 1880 fundou e dirigiu o colégio Minerva.

Outro estabelecimento com essas características foi o Liceu Laranjeirense. Nesta escola foi professor Antonio Militão de Bragança, que se formou em Medicina na Bahia em 1883. Filho de Francisco Alberto de Bragança e Possidônia Maria de Santa Cruz Bragança, nasceu em 1860 na cidade de Laranjeiras. Ocupou-se durante a vida da atividade médica, tendo sido no Liceu Laranjeirense sua única experiência registrada no campo da docência. Esta teria sido pra ele um lugar de passagem, uma das possíveis ocupações a um membro da elite letrada.

Dois outros professores deste liceu guardam muitas características em comum com o caso aqui já relatado. São eles Galdino Teles de Menezes e João Candido Lima, ambos formados em Medicina pela Faculdade da Bahia. O primeiro nasceu em Japarutuba no ano de 1857. O segundo, na antiga Vila de Campos dois anos mais tarde. Ambos também deixaram Sergipe após retornarem à terra natal e dedicaram a maior parte da vida profissional ao exercício médico. E foi no Liceu Laranjeirense que tiveram sua primeira experiência com a docência. No campo da educação, Galdino Teles de Menezes ocupou o posto de Diretor da Instrução Pública e da Escola Normal. João

Candido Lima foi lente de História Natural e Higiene de uma Escola de Farmácia e Odontologia no interior de São Paulo.

O Liceu Laranjeirense foi uma iniciativa de outro dos intelectuais analisados neste estudo. Baltazar de Araújo Góes fundou e dirigiu o estabelecimento particular de ensino entre os anos de 1883 e 1888. Baltazar Góes é um caso singular que representa muito bem a morfologia do grupo de biografias destacadas aqui. Filho do capitão Francisco José de Góes e Maria Rosa de Araújo Melo, viveu entre 1853 e 1914. Nasceu em uma fazenda na cidade de Itaporanga e faleceu em Aracaju.

Fez o curso de Humanidades do Atheneu Sergipense e, ainda bem jovem, aos 16 anos, iniciou sua carreira no funcionalismo público, quando trabalhou no Correio da Alfândega. Aos 19 anos teve sua primeira passagem pela docência, lugar no qual se estabeleceria posteriormente na vida profissional. Começou como substituto da 1ª Cadeira Primária da capital, onde ensinou gratuitamente durante os anos de 1871-1872 no curso noturno de adultos, criado pelo então presidente da Província, Antônio Cândido da Cunha Leitão.

Depois de uma breve passagem pela Tesouraria Provincial, voltou à docência nas Cadeiras de Francês e Aritmética de Laranjeiras. Após o advento da República, foi removido para a Escola Normal. Depois passou para o Atheneu Sergipense como lente de Geografia Geral e Astronomia, jubilandando-se aí em 1898. Esta interrupção das atividades foi breve, visto que, em 1900, foi convidado pelo Monsenhor Olímpio de Sousa Campos, Presidente do Estado, para ocupar uma cadeira na Escola Normal e depois retornou ao Atheneu Sergipense. Foi ainda Diretor Interino da Instrução Pública e dos grupos escolares Modelo e Central.

A trajetória de Baltazar Góes é bem ilustrativa do percurso realizado por um membro da elite letrada brasileira do século XIX, em particular sergipana. A disposição de mais ou menos recursos financeiros sem dúvida tinha seu peso na constituição do leque possibilidades ao alcance desses homens. A mobilização das redes de sociabilidade para ocupação e reocupação de determinados postos é bem perceptível. A consagração em um lugar de destaque como a docência parece garantir um porto seguro em um campo bastante disputado. Baltazar Góes, por exemplo, foi capaz de se locomover bem neste cenário.

Com a República, foi membro da Junta Provisória que governou o Estado de Sergipe até que assumisse o primeiro Presidente local (Felisbello Freire). As relações de grupo não se encerraram aí, como se pode depreender. Os contatos possibilitaram a ele, e a outros, espaços de participação e destaque social. Junto com outros intelectuais, Baltazar esteve à frente de várias iniciativas de difusão do habitus civilizado, a exemplo do Clube Letras e Artes; o Clube Democrata (que contava com biblioteca, tribuna de conferências populares e escolas, em que atuaram personagens como Fausto Cardoso); o Clube Dramático; o Clube Republicano e o Liceu Laranjeirense.

Os dados esboçados até aqui possibilitam inferir que a ocupação docente detinha um lugar importante na trajetória de formação e inserção dos membros da elite letrada sergipana. Após a fase de dedicação aos estudos, seja no âmbito doméstico, seja na forma escolar, e atingir o nível minimamente requerido (neste caso, pelo menos o Secundário, ou equivalente), esses sujeitos procuraram se inserir na vida econômica. A leitura das biografias indica que esse movimento não era tão simples como se costuma supor. A concorrência de vários deles pelos poucos espaços disponíveis tornava, ao que tudo indica, o ofício de professor uma possibilidade muito atraente, ou como lugar de passagem, ou como negócio possível. Veja-se, agora, como se dava a constituição formativa desse grupo e a criação de perspectivas comuns, a construção do habitus por eles partilhado.

Capítulo II – Formação de elite, constituição de grupo

No dia 02 de maio de 1904, Eutíquio de Novais Lins estava de volta ao magistério. Próximo de completar 52 anos de idade, seria professor interino de Aritmética e Álgebra do Atheneu Sergipense. Naquele mesmo ano, em 29 de novembro, foi nomeado professor vitalício de Aritmética Elementar daquela escola. Sete anos depois assumiria a regência da cadeira de Português do 1º e 2º ano, posto que ocupou até sua morte em 22 de março de 1918. O retorno de Eutíquio ao ofício do magistério em 1904 é apenas um dos estágios na sua trajetória pelo terreno da docência.

Nascido em 30 de maio de 1852 na Vila de Nossa Senhora da Piedade, atual cidade de Lagarto, filho de Joaquim de Pádua Lins e Maria Joaquina de Pádua Lins, após estudar Português e Latim na terra natal, abriu um curso particular. Por volta dos 20 anos de idade, foi nomeado professor interino da cadeira do ensino primário no povoado Santo Antônio. Um ano depois, lecionava na Vila, posto do qual solicitou licença para se matricular na Escola Normal, de onde saiu formado em 1874. Para financiar seus estudos foi revisor do Jornal do Aracaju e fiel do Asilo Nossa Senhora da Pureza.

Concluído o curso Normal, prestou concurso e retornou à cadeira do povoado Santo Antonio, sendo desta vez declarado professor vitalício. Em 15 de dezembro de 1884, foi removido para a cidade de Estância. Jubilou-se menos de cinco anos depois e passou a integrar a classe dos inativos do magistério. Mudou-se para a Bahia e lá se empregou como guarda-livros e caixa de uma farmácia.

Esta passagem foi rápida, visto que em 25 de fevereiro de 1890 seria nomeado vitaliciamente Tabelião de Notas, Escrivão do Cível e Crime da cidade de Estância, em Sergipe, e pouco mais de um mês depois oficial do Registro Geral de Hipotecas da mesma comarca e se transferiu para Lagarto para exercer a mesma função. Pouco depois pediu demissão da função e em fins de 1890 foi admitido como guarda-livros da agência do Banco Emissor da Bahia em Aracaju, onde trabalhou desde a sua instalação até fevereiro de 1892. Depois fez o mesmo serviço de escrita na casa Rodrigues de Moraes & C. até 1904, quando retornou ao Atheneu Sergipense como professor da escola em que um dia fora aluno do curso Normal.

O breve relato da trajetória do professor Eutíquio revela uma série de aspectos do exercício da docência por membros da elite letrada em Sergipe no século XIX. Estão aí a origem familiar, a formação escolar e profissional, os primeiros passos como professor, as outras ocupações concomitantes à vida em sala de aula e as experiências profissionais fora dela. Denotam o trânsito formativo desses sujeitos e sua inserção na vida social, tendo a docência como um desses mecanismos. Denota, ainda, o perfil de bom professor aos olhos da sociedade: alguém com boa origem e formação, participe de um projeto civilizador da sociedade sergipana.

Após vislumbrar como se deu a atuação docente de membros da elite letrada sergipana no século XIX, cabe inquirir sobre seu processo formativo. Qual o tipo de formação escolar que ostentavam aqueles sujeitos? Por quais instituições passaram? Quais as formas disponíveis e utilizadas por eles para alcançar o status de representante da intelectualidade a ponto de serem formadores de novas gerações? Quais experiências formativas compartilhavam? Estas são as questões norteadoras deste capítulo.

2.1 Formação de elite: o Ensino Secundário em Sergipe

A formação escolar dos membros da elite letrada sergipana, que em algum momento de suas vidas se dedicaram à docência, tinha no Ensino Secundário, certamente, seu locus fundamental. Como nem todos eles chegaram a cursar uma das formas de estudos superiores (algo já apontado pela pesquisa de Eugênia Andrade Vieira da Silva), o Secundário figurou como o tipo de escolarização comum a eles.

O Ensino Secundário público teve, sem dúvida, na província de Sergipe o seu ápice com a instalação do Atheneu Sergipense, criado como parte do Regulamento de 24 de outubro de 1870. No plano inicial, a instituição ofereceria dois cursos: o de Humanidades e o Normal, aquele com duração de quatro anos e este com dois anos de estudos. O primeiro grupo de professores da instituição foi indicado pelo presidente da província, e as cadeiras vagas postas a concurso.

Durante sua trajetória de existência, o Atheneu Sergipense tem sido objeto de diversas pesquisas. Dentre elas, destaque-se a de Eva Maria Siqueira Alves⁴⁴.

⁴⁴ ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense**: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908). Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, PUC/SP, 2005.

Embora o foco primordial da análise da pesquisadora tenha sido os planos de estudos, ela apresenta uma série de dados compilados de vários autores que possibilita compreender bem o lugar daquela instituição na sociedade sergipana.

O Atheneu Sergipense foi instituído quando Aracaju, segunda capital da província de Sergipe (a primeira foi a cidade de São Cristóvão fundada em 1590), completava quinze anos. O ato oficial de criação foi o Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 1870. A escola teria dois cursos: um chamado de Humanidades, com foco na preparação dos alunos para prestar os exames aos cursos superiores e duração de quatro anos, e outro denominado Normal, para formar os professores das escolas primárias e compreendia dois anos.

Para efetivar o Regulamento estava à frente da Diretoria Geral da Instrução Pública o estanciano Manuel Luiz Azevedo de Araújo. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, ao retornar a Sergipe no início dos anos 1860 aliou-se ao Partido Conservador, que à época era liderado por João Gomes de Melo, Barão de Maruim. Por esta agremiação elegeu-se Deputado Estadual para o biênio 1862-1863. Fora do exercício de cargos eletivos, dedicou-se à advocacia em Laranjeiras, mas não abandonou a política. Passou a militar na imprensa e fundou o **Jornal do Aracaju**, que dirigiu entre 1870 a 1874, período que coincide com seu cargo de Diretor da Instrução Pública e de estabelecimento do Atheneu Sergipense.

A instalação do Atheneu Sergipense ocorreu em 03 de fevereiro de 1871 e foi um evento político e social de bastante destaque. Afinal, após várias tentativas se criava novamente em terras sergipanas uma escola pública de Ensino Secundário e que abrigava, também, um curso Normal (outra reivindicação sempre presente nos discursos de muitos daqueles que se dedicavam a refletir sobre a situação educacional da província). Para compor o primeiro grupo de docentes da instituição o Regulamento de 1870 garantia ao Presidente da Província a prerrogativa de indicar as pessoas “mais aptas” e abrir concurso público para as cadeiras que continuassem vagas.

Este primeiro grupo de docentes foi composto por Thomaz Diogo Leopoldo, Antonio Diniz Barreto, Geminiano Paes de Azevedo, Justiniano de Melo e Silva, Tito Augusto Souto de Andrade, Raphael Archanjo de Moura Mattos, Sancho de Barros Pimentel e Ignácio de Souza Valadão. Estes professores deveriam ministrar as aulas no curso de Humanidades e no curso Normal. Ou seja, em seus inícios o Atheneu Sergipense compartilhou espaço e professores entre os dois tipos de formação que oferecia.

O primeiro prédio destinado ao Atheneu Sergipense, e que seria compartilhado pelos dois cursos, foi uma casa cedida pela Câmara Municipal. Para a construção do edifício definitivo, a presidência da província recorreu ao auxílio financeiro de alguns membros mais abastados da sociedade sergipana, que patrocinaram a construção inaugurada em dezembro de 1872.

Segundo as informações levantadas por Eva Maria Siqueira Alves, a instalação do Atheneu Sergipense no início da década de 1870 está diretamente relacionada a um processo de expansão e modernização da cidade de Aracaju, a “debutante” capital sergipana. Problemas como o combate a doenças infecciosas, saneamento básico, calçamento de ruas, abastecimento de água potável estavam no leque de discussões da época. O Atheneu Sergipense seria uma das ferramentas promotoras dos modos civilizados, um dos símbolos de cultura para aquela sociedade sergipana.

É preciso ter em mente que a criação do Atheneu Sergipense em 1870 não foi a primeira ação oficial para garantir na província de Sergipe a oferta de Ensino Secundário. Ao longo de todo o século XIX foi constante a oferta de cadeiras diversas distribuídas estrategicamente pelo território⁴⁵. Essas cadeiras, se não proporcionavam toda a formação exigida pelos exames aos cursos superiores da época, ao menos funcionaram como espaço de formação para uma parcela, ainda que restrita, dos estratos sociais médios então existentes (isto porque as famílias com maiores posses econômicas claramente enviavam os filhos para estudar fora tão logo podiam).

Estas cadeiras isoladas chegaram a ser reunidas mais de uma vez para funcionarem no mesmo espaço e estabelecendo uma instituição de ensino. Na maioria das vezes, a criação destas instituições não avançou para além do marco legal, mas é possível destacar na trajetória do Ensino Secundário sergipano momentos anteriores a 1870 de efetivação da reunião das cadeiras isoladas existentes.

Este é o caso do chamado primeiro Liceu de São Cristóvão, que foi instalado no final de 1833, no Convento do Carmo, e reunia as aulas de Latim, Francês, Geometria, Filosofia e Retórica. Sua existência foi breve, cerca de um ano apenas. As despesas exigidas para sua manutenção não foram aprovadas nem pelo Governo

⁴⁵ Cf. NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. 2 ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2008. Para um conhecimento sobre a distribuição das cadeiras que compunham os Estudos Secundários ver em especial os capítulos I-IV.

Imperial nem pela Assembléia Provincial. Em 1835 as aulas, apesar de continuarem sendo ministradas no Convento, não estavam mais reunidas.

Na província de Sergipe, a existência das cadeiras constituintes do Ensino Secundário está diretamente ligada à sua trajetória de consolidação da independência em relação à Bahia. A demanda por pessoas aptas minimamente a compor a burocracia local tornou cada vez maior a necessidade de formação deste tipo. Segundo Maria Thetis Nunes, o primeiro edital para concurso de professores foi publicado em dezembro de 1828, e tinha como objetivo preencher as cadeiras vagas de Primeiras Letras e Gramática Latina. Em 1830 seriam criadas também as cadeiras de Retórica, Filosofia, Geometria e Francês.

A expansão da oferta de cadeiras do Ensino Secundário prosseguiu após o Ato Adicional de 1834. Um ano após sua publicação, seria promulgada em Sergipe a Carta Lei de 05 de março. Dentre outras deliberações, este documento estabelecia que o funcionamento das Aulas de Preparatórios estaria condicionado à matrícula mínima de seis alunos. Também criava na Vila de Estância, que ganhava mais e mais destaque político e econômico, as cadeiras de Filosofia e Moral, Retórica e Francês. Ainda transferia a aula de Gramática Latina de Santo Amaro das Brotas (que, ao contrário de Estância, vinha perdendo destaque) para Rosário do Catete. Em 1836 estavam instaladas 14 cadeiras distribuídas pelo território sergipano.

O funcionamento desses espaços de formação sempre esteve condicionado às condições financeiras da província, que variaram bastante ao logo do século XIX. Para ser ter uma idéia, em 1838, alegando falta de recursos, a presidência extinguiu, dentre outras, as cadeiras existentes em Estância, apesar de contarem com bom número de alunos frequentando. Em 1845, funcionavam apenas cinco cadeiras, uma redução considerável em apenas uma década.

Na segunda metade da década de 1840, porém, parece ter havido uma melhoria das condições financeiras da província. É neste período que o Ensino Secundário sergipano ganhará novo fôlego. O fato mais relevante foi, sem dúvida, a reunião das cadeiras de Francês, Filosofia, Geometria e Retórica novamente em São Cristóvão, passando a constituir o segundo Liceu de São Cristóvão, como ficou conhecido (o primeiro teve uma breve existência entre 1833-1835). Àquelas cadeiras juntaram-se posteriormente as de Inglês e Geografia e História. Em 1849 criou-se ali a cadeira de Comércio, como curso anexo, extinto três anos depois.

O Liceu de São Cristóvão esteve ativo entre os anos de 1847 a 1855. Neste período enfrentou diversas dificuldades para continuar funcionando. De um lado a falta de recursos financeiros provinciais suficientes para atender as demandas reivindicadas por seus diretores e professores. Junte-se a isto a frequência irregular dos alunos e os altos índices de reprovação. Também se deve acrescentar a concorrência de ao menos duas escolas particulares na antiga capital sergipana. Fato é que a transferência da capital para Aracaju foi o ponto final da trajetória dessa instituição.

Não obstante os percalços por que passou o Liceu, por ali passaram professores que já haviam se destacado em terras sergipanas e outros que ganhariam ainda mais destaque nos anos futuros. Por seus bancos também passaram alunos que mais tarde se tomaram parte da elite letrada sergipana, dos quais alguns atuaram como professores ao longo de suas vidas. O Liceu de São Cristóvão foi mais uma tentativa de estatizar a oferta de Ensino Secundário, antes do bem sucedido Atheneu Sergipense.

Ressalte-se o fato de que antes do encerramento das atividades do Liceu na antiga capital, o governo provincial promoveu outra ação: a criação de dois internatos no interior. Um em Estância e outro em Laranjeiras, nos quais foram criadas as cadeiras de Latim, Filosofia, Geografia e História, Geometria, Francês, Música e Dança. Instituições que tinham como foco atender as famílias do interior que não tinham recursos para enviar seus filhos a estudar na capital sergipana, quanto menos fora da província. Também tiveram vida efêmera⁴⁶.

Não obstante as vicissitudes por que passaram as instituições de Ensino Secundário, o fechamento do Liceu em São Cristóvão não deve ser caracterizado como o fim de um capítulo (como afirma Thetis Nunes, com a qual muitos pesquisadores posteriores concordam). Pensar a história deste tipo de formação pela lógica da oferta pública organizada no formato institucional impede de perceber a dinâmica existente no século XIX, as formas como se apresentava a possibilidade de adquirir a formação de tipo Secundário, preparatório.

É preciso considerar, por um lado, a permanente existência de cadeiras isoladas distribuídas pelo território. Por outro, e de fundamental importância, não

⁴⁶ Para uma compreensão maior acerca do Liceu de São Cristóvão cf. LIMA, Aristela Aristides. **A instrução da mocidade no Liceu Sergipense: um estudo das práticas e representações sobre o Ensino Secundário na Província de Sergipe (1847-1855)**. São Cristóvão, 2005, 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Núcleo de Pós-Graduação em Educação, UFS. Sobre o Internato criado em Estância cf. ALMEIDA NETO, Dionísio de. O Internato Provincial da Estância (1855-1860). In: **Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação Escolar em Perspectiva Histórica**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004.

esquecer as escolas particulares criadas por aqueles membros da elite letrada (que formaram outros iguais), nas quais tantos atuaram como professores. Esta observação é indispensável quando se observa um período no qual o entendimento de que o Estado deve assumir a responsabilidade sobre a oferta de educação em diferentes frentes ainda não estava consolidada (ainda mais quando se está falando de um tipo de instrução voltado para poucos membros da sociedade).

A compreensão sobre o funcionamento do Ensino Secundário na província de Sergipe d'El Rey, e no Brasil de modo geral, torna-se mais clara quando se conhece a realidade deste tipo de ensino no plano internacional. Afinal, não se pode esquecer que o Brasil e suas províncias não constituíam uma ilha isolada dos acontecimentos educacionais no mundo ocidental. Partilha-se aqui do entendimento que uma compreensão mais densa do fenômeno educacional brasileiro é possível a partir da localização do caso nacional na sua relação com o plano internacional, não no sentido da cópia mal fadada, mas da circulação de modelos.

2.2 Elementos para compreender o Ensino Secundário

Como já afirmado, o lugar de formação escolar comum aos diferentes sujeitos aqui analisados foi o Ensino Secundário. Embora a maioria deles tenha concluído um dos cursos superiores disponíveis em seu tempo, ter passado por aquele tipo de ensino, em qualquer de suas variações, foi elemento chave para sua atuação social e sua identificação, ao menos para fins deste estudo, como pertencentes a uma elite letrada, ou seja, sujeitos que possuíam uma formação escolar restrita a poucos e que lhes possibilitava almejar determinados lugares sociais.

O Ensino Secundário, reafirme-se, é aqui entendido como um tipo de ensino, dentre outros existentes no século XIX, que não estava ao alcance de todos, nem a todos era destinado, mas que não era exclusivo de uma elite econômica, uma vez que recebeu em seus bancos escolares indivíduos oriundos, não das camadas sociais mais desvalidas obviamente, mas de estratos intermediários, que a ele tiveram acesso, em muitos casos, por meio da rede de sociabilidade na qual estavam inseridos.

Desse modo, o Ensino Secundário não deve ser confundido, embora o seja frequentemente, como o antepassado do Ensino Médio hodierno. Não se constituía àquela época uma etapa obrigatória da escolarização das pessoas (ao fim e ao cabo nenhum dos tipos existentes era ainda de fato obrigatório, visto que as ferramentas da obrigatoriedade efetiva ainda não estavam firmadas, embora já fossem existentes para o caso da escola elementar).

Sequer era obrigatória a conclusão do Secundário em sua totalidade. Era possível cursar disciplinas (se é que se pode usar este termo com exatidão para o oitocentos) em isolado, nos conhecidos Cursos de Preparatórios, restringindo-se às matérias de estudos exigidas nos exames das faculdades existentes, ou nem isso. Se esta é uma verdade, o mesmo não pode ser dito acerca da interpretação de que isto era a norma geral. É sabido que houve quem concluísse o curso completo como estava previsto, e fazê-lo garantia alguma possibilidade de vantagem no concorrido mercado de trabalho da época (sim, concorrido, uma vez que outro equívoco que fica evidente é afirmar que os membros deste grupo que detinha um grau de formação escolar maior estavam com todas as garantias de sucesso em suas trajetórias de vida).

Seja como for, com o Ensino Secundário completo ou em sua variante dos preparatórios, ou mesmo concluindo um dos cursos superiores, era no Secundário que acontecia uma formação comum a este grupo, que corta transversalmente suas trajetórias escolares, independente de sua completude ou consecução. O secundário caracterizava-se como traço distintivo deste grupamento social aqui analisado. Cabe compreendê-lo um pouco melhor.

Há estudos já clássicos sobre o Ensino Secundário no Brasil⁴⁷. Para o caso do século XIX, certamente o texto de Maria de Lourdes Mariotto Haidar, **O Ensino Secundário no Brasil Império**⁴⁸, é o mais representativo. Nesse estudo, Haidar trabalha para confirmar a hipótese de que o Secundário no Brasil do século XIX não obteve sucesso devido à presença dos exames parcelados de preparatórios. Estes exames

⁴⁷ Muitos estudos foram desenvolvidos sobre o tema a partir dos anos 1960 devido ao aumento tanto da demanda, quanto da oferta, além da reformulação do Ensino Secundário que este movimento expansionista demandava. Ver, a título de exemplo o estudo de João Batista Borges Pereira, **A escola secundária numa sociedade em mudança**, sobre a implantação de uma escola secundária na periferia da cidade de São Paulo.

⁴⁸ HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Brasil Império**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008. (A primeira edição deste livro é de 1972, sob o título “O Ensino secundário no Império Brasileiro”).

eram o que garantiam de fato a possibilidade de acesso a um dos cursos superiores existentes à época.

No geral, o quadro pintado acerca do Ensino Secundário por Haidar não é dos mais animadores. Dentre as várias informações que se pode acessar nesta leitura, pode-se saber que o Ato Adicional de 1834 dividiu as responsabilidades no que diz respeito à oferta pública de educação, ao conferir às províncias o direito de legislar sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la. Segundo a autora, foi a partir de 1834 que se efetivaram as primeiras providências para garantir alguma organização aos estudos públicos secundários, que se encontrariam à época fragmentados no modelo das aulas régias instituídas pela Reforma Pombalina.

Essa organização teria sido prejudicada por diversos fatores, dos quais (além dos já citados Exames de Preparatórios) a instabilidade dos presidentes provinciais, que se sucediam às vezes a razão de dois ou mais por ano, o que gerava, na visão de vários estudiosos, uma descontinuidade administrativa. Somava-se a isso a precariedade financeira da maioria das províncias. Mas o mais grave seria o não reconhecimento das aprovações conferidas pelos liceus provinciais para fins de matrículas nos cursos superiores disponíveis.

A partir destes elementos, Haidar formula a tese da pseudo descentralização dos estudos secundários, uma vez que apenas os candidatos egressos do Colégio Pedro II teriam acesso garantido às academias. Isto desestimularia nas províncias a conclusão do Ensino Secundário e, por consequência, favorecia a procura pelos cursos de Preparatórios e os exames parcelados. Com o fortalecimento desta prática, outros problemas teriam se agregado.

De um lado, professores públicos, que a despeito dos regulamentos sobre o ofício, ministravam aulas particulares das disciplinas exigidas nos exames. Por outro, a proliferação de instituições de ensino particular que ofereciam em sua grade de estudos apenas os saberes exigidos pelos exames. De acordo com Haidar, esta situação fez com que os liceus mantidos pelo poder público entrassem em decadência e o Ensino Secundário nas províncias fosse oferecido quase exclusivamente pela iniciativa privada.

No que diz respeito ao Colégio Pedro II, Haidar afirma que este foi a única instituição pública de Ensino Secundário na Capital durante o Império e que, apesar de no plano ideal ter sido pensado e organizado para servir de padrão a todas as instituições congêneres pelo território brasileiro, o padrão real foi estabelecido pelos preparatórios e exames parcelados.

Em relação ainda à iniciativa privada, Haidar informa que devido à precária fiscalização das autoridades e à propagação da teoria do ensino livre, a partir de meados da década de 1860 os estabelecimentos particulares, em todo o Brasil, estavam ramificados. Na perspectiva da autora, isto era mais um problema para o fortalecimento do Ensino Secundário. Isto porque, salvo raras exceções (escolas particulares que propunham um curso completo), a maioria delas funcionava oferecendo apenas os saberes exigidos nos exames prestados junto às Faculdades.

Esta perspectiva interpretativa não difere muito de outra leitura sobre o Ensino Secundário no Brasil do século XIX bastante difundida. Trata-se do texto de Fernando de Azevedo, que serviu de base a várias interpretações futuras⁴⁹. Em sua escrita, Azevedo apresenta o oitocentos como um período marcado pela desorganização, pouca ação do poder público e desenvolvimento da iniciativa privada. Neste aspecto, talvez, a maior discordância entre Haidar e Azevedo, uma vez que este entende ter sido positiva a ação das instituições particulares e delas terem surgido os melhores resultados no que diz respeito à formação da elite letrada brasileira.

Ambos concordam com o papel de destaque do Colégio Pedro II, embora Azevedo não se detenha ao fato de poucos alunos concluírem o curso proposto ali em sua completude, como faz Haidar. Seja como for, tanto um autor quanto outro concordam com a tese de que o Ato Adicional, ao transferir para as assembleias provinciais os poderes sobre a instrução pública elementar e secundária, trouxe prejuízos para o desenvolvimento harmônico do ensino no Brasil de modo geral.

Elitista. Aristocrático. Desinteressado. Fracassado. A leitura de textos fundantes acerca do entendimento sobre o Ensino Secundário no Brasil do século XIX conduz à rápida compreensão dele nestes termos. Cópia mal sucedida de experiências

⁴⁹ AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. Parte terceira – A transmissão da cultura. 7 ed. São Paulo: EDUSP, 2010. (Esta obra foi concebida originalmente como peça introdutória ao Censo de 1943 e publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística naquele ano).

estrangeiras, principalmente do caso francês, mal adaptado às particularidades da realidade brasileira. Espaço de especulação da “indústria escolar”, meio de enriquecimento de alguns. Todavia, a investida em estudos que se dedicaram a compreender o Secundário no mundo Ocidental, particularmente na Europa, propicia outra perspectiva interpretativa.

Quando surgiu o Ensino Secundário? Esta pergunta foi respondida (ao menos para o caso francês) por André Chervel em um artigo homônimo⁵⁰, e é bastante revelador da situação do Secundário da França oitocentista. Entender esta situação contribui para um mínimo questionamento acerca das “influências”, das escolhas equivocadas, dos desarranjos aos quais foi supostamente submetido o Secundário no Brasil.

Segundo Chervel, foi aproximadamente em 1815 que se empregou pela primeira vez o termo “secundário”, no sentido moderno, para se referir na França a todos os estabelecimentos tipificados como liceu ou colégio. Além disso, as fases da Revolução e do Império não criaram escolas secundárias do Estado. O ensino de tipo secundário teria, então, sua gênese na ação das congregações religiosas que perderam suas instituições educacionais com os eventos de 1789 e reviveram estabelecimentos intermediários entre a instrução primária e a universidade, muito comuns no século XVIII, como escolas latinas, regências latinas, pedagogias, seminários e pequenos colégios, que passaram a ser chamadas de escolas secundárias.

O sucesso deste tipo escolar fez com que o Consulado e o Império, a fim de preservar os liceus, criassem mecanismos de controle sobre aqueles estabelecimentos novos. Apesar de por volta de 1808 a definição “escola secundária” ter desaparecido dos textos oficiais, na linguagem comum o termo já estava firmado e positivamente reconhecido, não obstante nestas escolas o ensino limitar-se às classes de gramática e chegar, quando muito, à classe final do ginasial.

A difusão e aceitação da escola secundária e a preocupação oficial em normatizá-la de alguma forma, tem sua explicação no debate acerca das relações entre a instrução primária e o ensino superior. Segundo Chervel, desde o final do Antigo

⁵⁰ CHERVEL, André. Quando surgiu o Ensino “Secundário”? *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 18, nº 01, jan./jun. 1992, p. 99-112.

Regime na França, estava posto o problema: o ensino elementar deveria ou não ser pensado como preparatório aos cursos superiores, mesmo sabendo-se que a maioria dos alunos não passaria do primário?

Em resposta, ao longo da primeira metade do oitocentos firmou-se o entendimento de que o ensino primário constituía-se em um conjunto fechado em si mesmo, que deveria haver dois sistemas completos de instrução que nada possuíssem de comum. Visando estabelecer tal demarcação, o governo de Napoleão, ao reformar os estatutos da Universidade francesa, estabeleceu um duplo imposto sobre professores e alunos e esta cobrança, que não se aplica às escolas primárias, é que cria a unidade entre as instituições que dão acesso ao ensino superior. A este conjunto de estabelecimentos educacionais atribui-se então o nome Ensino Secundário.

De acordo ainda com Chervel, a base da cobrança tributária se deu sobre o ensino de certas disciplinas, destacadamente de uma: o Latim. Segundo o autor, na realidade o Latim foi a única discriminação efetiva entre o primário, livre da taxação, e o secundário. Esta tributação só será extinta em 1844. O evento da tributação promoveu uma mudança de hábitos na rede escolar francesa. Se no início do século XIX várias escolas procuram se beneficiar junto ao público com o título de escola secundária, a partir da criação do imposto várias delas, ao ver seu contingente de alunos diminuir, optaram por retirar o Latim de sua grade de estudos. O poder público conseguiu, assim, conter a expansão daquele tipo de escolas e estabelecer uma linha distintiva de acesso à universidade.

Este movimento regulatório garante um dos princípios do pós-Revolução. A função da instrução era garantir a ordem social. Para efetivar este plano, considerou-se imprescindível distinguir dois tipos de instrução: a primária, ramificada por todo o território, educação de massa, apoiada em metodologias que garantissem o maior número de atendimento possível; e uma outra, destinada às classes mais abastadas, cujo objetivo seria garantir a transmissão da cultura de classe média. A taxação sobre o ensino de Latim controlava, e assim contribuía neste plano, a quantidade de alunos que chegavam aos chamados estudos clássicos.

Chervel destaca que, a partir destas regulamentações, o adjetivo secundário ganhou nova conotação e passou-se a falar menos em escola secundária e mais em instrução, ensino e estudos secundários. Este entendimento ganhou força a partir da década de 1830, quando se definiu ainda mais que um ensino sem Latim não seria secundário, seria apenas primário. A instrução primária foi reformulada por esta época, mas não com a inclusão daquela disciplina. O que se fez foi criar as escolas primárias superiores, mantendo o espaço distintivo do ensino secundário.

Para o autor francês, a adoção pela linguagem corrente do termo ensino secundário pode ser considerada, assim, tardia. Ocorreu por volta de 1845. Isto pode ser percebido observando a inclusão do termo no sentido moderno pelos dicionários. O ensino secundário é, por definição corrente, de classe e elitista, controlado pelo Estado, destinado àqueles que poderão cursar uma universidade. Ainda que os alunos egressos do secundário não chegassem ao ensino superior, seu traço distintivo já estava estabelecido, uma vez que poucos tinham condições de cursá-lo.

Por fim, ressalte-se que o perfil formativo do Secundário na França passou por mudanças apenas no início do século XX. O currículo conhecido como clássico, enciclopédico, de formação pouco pragmática e desinteressada passou a ser questionado. Em seu lugar foi pensada uma formação mais científica e destinada a um público mais abrangente. Passou então a constituir um segundo grau de ensino, dentro de uma escala formativa, e não mais como um tipo destinado a uma camada da sociedade. Mas este não era o perfil do secundário francês no século XIX.

Um olhar mais ampliado sobre o ensino secundário na Europa do oitocentos possibilita compreender ainda melhor estas questões. Isto é o que proporciona a leitura do artigo “The idea of the Secondary School in nineteenth century Europe”, de Robert Anderson⁵¹. Para ele, as principais características do modelo Lycée (francês) e Gymnasium (alemão) – tomados como as principais referências institucionais no período – podem ser assim resumidas: eram instituições públicas, laicas, administrada pelo Estado ou pelas autoridades locais; constituíam uma educação de elite com pouca conexão orgânica com a educação popular;

⁵¹ ANDERSON, Robert. The idea of the Secondary School in nineteenth century Europe. IN: **Pedagogica Historica**, v. 40, n 1-2, abril/2004, p. 93-106.

uma de suas funções, muitas vezes vista como a principal, era preparar para a entrada no ensino superior; um currículo predominantemente clássico, com destaque para o ensino de Latim e Grego (mais aquele do que este); ministrado por professores especialistas formados nas universidades, estes professores, selecionados pelo Estado, procuravam compartilhar seus valores acadêmicos e científicos; e com uma duração entre oito ou nove anos que culminava em um exame (o baccalauréat francês, o abitur alemão) que definia a conclusão dos estudos secundários.

Estas definições gerais, segundo Anderson, produzem um entendimento equivocado sobre o ensino secundário. Não que os elementos listados não caracterizem bem este tipo de ensino. Pelo contrário, constituem uma boa síntese. O problema seria pensar que este modelo surgiu desta forma, pronto e acabado, ou mesmo que sua aceitação foi imediata e que com estes contornos se estabeleceu em todos os países (pode-se pensar na sempre lembrada expressão “influência”, por exemplo).

O Ensino Secundário é uma invenção do século XIX, isto é fato. Durante aquela centúria, foi ajustado a diferentes configurações sociais. Segundo Robert Anderson, a nova relação entre o ensino secundário e as universidades de forma definitiva foi tardia em muitos países. Além disso, o termo “secundário” foi usado em diferentes sentidos, e com limites diversos. De um lado, as universidades que tinham definido as formas de instrução geral e preparatória, definida como secundário, e que às escolas caberia desenvolver. De outro (como na Baviera, Áustria, Holanda e Inglaterra), viu-se o desenvolvimento de instituições intermediárias pensadas dentro de um sistema que interligava o ensino secundário e o superior.

A assimilação ao novo padrão geralmente foi acompanhada da adoção do ideal universitário humboldtiano (que pensava a universidade não apenas como local de ensino, mas também de pesquisa), e ocorreu principalmente entre 1848 e 1870, chegando, em alguns casos, até a década de 1890. Junte-se a estes elementos a aceitação de 18/19 anos como uma idade natural de transição entre o secundário e a universidade, fato que está claramente relacionado com a história social da adolescência (como outras fases da vida, a adolescência e uma construção social).

A existência de uma rede de escolas do tipo Secundário, muitas vezes como parte das estruturas do Estado, o que incluía precisas definições legais sobre sua função, pode dificultar a percepção de grandes variações no papel real dessa forma escolar no seu contexto local. Formar a elite por meio de uma educação intensivamente humanista foi apenas parte das funções de tais escolas. Generalizações históricas têm negligenciado tanto o fato de que muitos alunos abandonavam os estudos após poucos anos, quanto a diversidade de modelos existentes (escolas religiosas na França, escolas modernas na Alemanha, escolas particulares na Grã-Bretanha etc.). Pesquisas que procuram compreender o Ensino Secundário dentro de seu contexto urbano sócio-cultural têm apresentado resultados potencialmente mais consistentes.

A partir desta observação e com base em autores como Emile Durkheim, Anderson afirma que qualquer idéia de que a natureza do ensino secundário dependia de desenvolvimento social e econômico sempre enfrentou o problema de "incongruência". Afinal, por que em uma sociedade moderna, capitalista, industrial persistia uma educação de caráter humanista, aparentemente incorporando valores aristocráticos de modo tão forte? Por que eram as alternativas baseadas na ciência introduzidas por muitas reformas governamentais iluministas, e pela Revolução Francesa, nas escolas centrais de 1795, se deu de modo tão reservado?

Segundo Anderson, respostas a questões como estas foram tratadas por pesquisadores como Fritz Ringer, Detlef Muller, Hartmut Kaelble, Brian Simon e Limore O'Boyle que, nos anos 1970 e 1980 como parte da chamada Nova História Social, produziram estudos que procuravam quantificar em grande escala dados referentes a matrículas, origens sociais dos alunos, mobilidade social, profissionalização e formação de elite.

Por meio dos trabalhos de Ringer, fundamentalmente, difundiram-se os conceitos de inclusão (quantas pessoas frequentavam a escola secundária?) e de progressividade (quão baixo na escala social chegava o atendimento dessa escola?). Ringer também colocou em circulação o conceito de segmentação, argumentando que, como a demanda pelo Ensino Secundário se expandiu na segunda metade do século XIX, essa demanda foi desviada para novos tipos inferiores de

escola, permitindo que a função das antigas escolas de elite permanecesse intacta com mínimas concessões ao utilitarismo.

As constatações dos trabalhos daqueles autores, com foco privilegiado sobre o eixo Alemanha-França-Inglaterra, remetem ao fato de que mesmo em tais países (com forte tradição sobre o Ensino Secundário), o modelo era um quadro conceitual, financeira ou juridicamente imposto a uma realidade muito diversa, e que havia uma lacuna entre a retórica elitista da escola, sustentada principalmente pelo treinamento universitário dos professores, e seu papel social real que era mais diversificado. Diante disso, dois aspectos devem ser examinados: as fronteiras ainda mutáveis entre o ensino secundário e superior, bem como a diversidade de sistemas de ensino no início do século XIX.

De um lado, a remodelação das escolas secundárias geralmente está associada a uma redefinição da fronteira com as universidades e este movimento tomou corpo, em diferentes países, em algum momento entre os anos de 1850 e 1870: na Suécia em 1852; no Piemonte em 1857, mais tarde estendido para o novo reino da Itália; na Holanda em 1876; na Suíça na década de 1870. De outro, aqueles historiadores descobriram que os alunos cuja origem social seria de corte estritamente elitista poderia corresponder apenas a 20% das matrículas. A maior parte seria proveniente das famílias de artesãos, pequenos comerciantes, camponeses e funcionários públicos de baixo e médio escalão. Para estes grupos, o secundário oferecia uma possível mobilidade social.

Dois elementos foram muito comuns a vários países. Um é que escolas com taxas relativamente baixas de matrícula poderiam ser usados pelas famílias de artesãos, pequenos comerciantes, camponeses e funcionários públicos de baixo e médio escalão – sempre os grupos sociais mais inclinados a usar a educação como um instrumento de mobilidade social. O segundo é o que os pesquisadores chamaram de “pirâmide etária”, o modo pelo qual a frequência caía abruptamente a cada ano do curso visto que muitos desses alunos encerravam os estudos o mais rápido possível para trabalhar em lojas, escritórios e empresas. Apenas aqueles cujo objetivo era adquirir alguma profissão ou entrar nas universidades concluíam o curso secundário.

Apesar das variações locais, junte-se aos elementos comuns mais um fato. Como as escolas secundárias tinham um papel social mais amplo – dada a sua maior

ramificação e forma de acesso – do que a universidade, elas foram mais eficazes do que esta última para criar um sentimento nacional homogêneo, especialmente onde as lealdades provinciais tiveram que ser superados. E se o ensino secundário tinha esse papel nos Estados-nação estabelecidos a partir dos anos 1870, foi igualmente fundamental para os planos das nações aspirantes. Isto porque uma nação em formação precisava de uma intelligentsia nacional, e a escola secundária acabou se tornando o locus de formação dos intelectuais de segundo escalão que eram a espinha dorsal de movimentos nacionalistas.

Em resumo, Anderson defende que o modelo da nova escola secundária, criado por volta de 1802, se tornou um padrão adotado em momentos diferentes em diferentes países. Estas diferenças podem estar relacionadas a fatores políticos, como a formação do Estado e do nacionalismo, bem como a questões sociais. Para os governos, a função elitista do ensino secundário era o que importava, e isso foi o que dominou o discurso oficial e também justificou a negligência do Ensino Secundário para meninas.

Por fim, Anderson afirma que as pesquisas mais frutíferas atualmente são aquelas que analisam o ensino secundário em seu contexto urbano, que procuram compreender os anseios das famílias em relação à escola e como elas realmente fizeram uso dessa instituição. A verdadeira cultura da escola secundária, diferente do currículo oficial, está na forma como a estrutura desse sistema foi afetada por questões de gênero, etnia e divisões religiosas e em como as escolas funcionavam para integrar as elites locais e regionais em culturas nacionais e (às vezes) lealdades supranacionais.

Muitas leituras acerca da escolarização no Brasil do século XIX têm dificuldade em entender o modo de funcionamento próprio daquele período e consideram como insuficiências da escola oitocentista a ausência de características que só seriam hegemônicas no século XX (como o acesso democratizado, a centralização curricular, a formação dos professores em licenciaturas etc.). A leitura de obras que tratam da questão em outros países àquela época evidencia como a definição sobre as formas escolares ainda era incerta para diferentes realidades.

Já se tratou aqui da interpretação de Maria Thetis Nunes acerca da relação entre a oferta pública e privada e sua procura pela população. No seu entendimento, partilhado por autores que inclusive se dizem membros de uma proposta de releitura da História, a escola carecia de interesse do poder público, o que teria como uma das consequências a

preferência da população pelas aulas ou colégios particulares. Pode-se ver como em diferentes realidades no momento de constituição do Ensino Secundário esta questão também estava colocada e como diferentes estratégias de enfrentamento foram pensadas.

Partilho do entendimento que a relação entre o Estado, a família e a escola apresentava suas próprias nuances no XIX e que conflitos existiram até que a educação escolar como conhecemos tornou-se o padrão⁵². No caso dos professores aqui investigados, destacam-se os casos de educação doméstica, ou intrafamiliar (com parentes como professores) e em instituições fundadas ou dirigidas por outros membros dessa mesma elite letrada. Essas instituições já foram apresentadas aqui. Resta observar ainda aqueles que passaram por elas como alunos. Penso ser muito frutífero analisar esses espaços formativos para além da pura tarefa de ensinar conteúdos, mas também como espaço de distinção de um grupo, de consolidação de uma identidade, de constituição daquilo que Pierre Bourdieu denomina *habitus*.

2.3 Espaços de formação intelectual e identitária

A instituição mais citada nas biografias aqui analisadas é o Parthenon Sergipense, fundado e dirigido por Ascendino Reis e já tratado aqui. No Parthenon estudou João Antônio Pereira Barreto (1876-1926). Filho do Major Odorico Antônio Pereira Barreto e Maria Petronila Barreto, nascido na cidade de Estância, ainda criança mudou-se para Aracaju, onde fez os estudos primários e secundários na referida escola. Findo esta etapa, em 1887, partiu para a província da Bahia para trabalhar no comércio.

Mudou-se para São Paulo. Doente, voltou para Sergipe. Após um período como guarda-livros na cidade de Maruim, foi nomeado lente interino da cadeira de Escrituração Mercantil do Atheneu Sergipense em 1896. O posto de efetivo da cadeira de História, assumida em outubro daquele ano, não durou mais de um mês, visto que sofreu acusação de ter sido nomeado sem o necessário concurso. Foi sócio do Gabinete de Leitura de Maruim, eleito seu presidente e orador oficial em dois mandatos (1895-1896), e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Teve participação ativa na imprensa da época, publicando em vários periódicos.

⁵² Para uma introdução ao tema cf. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da História da Educação. **São Paulo em Perspectiva**, n. 14, 2000, pg. 44-50.

Antônio Dias de Barros (1871-1928), filho de Manuel Dias de Barros Junior, foi aluno da mesma escola, mas teve uma trajetória de formação escolar bem distinta do outro Antônio. Natural de Aracaju, vivenciou a experiência da educação doméstica em um primeiro momento. Com sua mãe, Maria Prisciliana de Carvalho, aprendeu os rudimentos da língua portuguesa. Depois foi aluno das professoras Maria Damásio e Angélica Teles de Menezes, que muito provavelmente ministravam aulas em suas próprias casas.

Sua passagem pelo Parthenon foi breve, logo depois passou ao Atheneu Sergipense. Em 1886, mudou-se junto com a família para a Bahia e lá deu continuidade não só aos estudos, como também à peregrinação por várias instituições escolares. Para concluir os estudos das Humanidades, já bem adiantado em Aracaju, foi aluno nos colégios Manoel Florêncio, São Salvador, Sete de Setembro e no Liceu Baiano. Mesmo quando entrou no curso superior de Medicina, em 1889, não deixou de ser um tanto quanto um aluno nômade. Estudou na Faculdade da Bahia até o oitavo ano de curso, depois deu prosseguimento na congênere do Rio de Janeiro, talvez seduzido pelos ares da capital da nação. Seja como for, recebeu grau de doutor em 1895.

Sua experiência como docente não foi em Sergipe, mas na Capital Federal. Lá foi, primeiro, lente de Bacteriologia em 1906. Cinco anos depois, lente da cadeira de Anatomia Microscópica e regente do curso de Anatomia e Fisiologia do Sistema Nervoso e de Sintaxe Portuguesa no Colégio Pedagogium. Apesar de seu afastamento da terra natal, foi Deputado Federal por seu Estado entre 1912 e 1914 e sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Outro aluno do Parthenon foi o laranjeirense, filho de Rufino Alves da Cruz Guimarães e Ignácia Maria d'Assunção Moreira Guimarães, Antônio Maria Moreira Guimarães. Antes de ser aluno daquela escola, fez as primeiras letras muito provavelmente na já referida modalidade doméstica. Em 1890, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, para os estudos superiores. Todavia, não chegou a concluir este curso, pois em 1893 foi dispensado por ser considerado fisicamente incapaz para o serviço militar.

Uma vez na Capital Federal, e com a interrupção dos estudos, dedicou-se à ocupação docente – e muito. O grau de formação que havia atingido, apesar de incompleto, lhe possibilitou trabalhar no Colégio Universitário Fluminense, no Colégio Abílio, no Colégio Antônio Teixeira, no Colégio Santana, na Escola Normal Livre e no Asilo São Francisco. Ainda foi, juntamente com o Francisco Inácio Marcondes (o Barão

Homem de Melo), Laudelino Freire e outros, fundador do Instituto Didático. Esta investida no ofício docente, possivelmente, contribuiu para que tivesse condições materiais para fazer o curso jurídico na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau de bacharel em 1902. Depois disso, dedicou-se à carreira jurídica, exercendo cargos em várias cidades do país.

Um último caso de ex-aluno do Parthenon. O filho do tenente-coronel Zephyrino Cardoso e Maria do Patrocínio de Aguiar Cardoso, e irmão de Fausto Cardoso (umas das figuras mais proeminentes da política sergipana no início do século XX), José Matheus de Aguiar Cardoso. Ele nasceu na propriedade da família, o engenho São Felix (em Divina Pastora) em 1864, e faleceu em Manaus, onde residiu boa parte da vida, em 1895. Sua passagem pela referida escola se deu quando realizou os estudos preparatórios para os exames ao curso superior. Não estudou apenas lá. Passou também por escolas em Maruim e no Colégio 07 de Setembro, este na Bahia.

Em 1879 estava matriculado na Faculdade de Direito de Recife, de onde saiu bacharel cinco anos depois. Sua vida profissional foi dedicada quase que exclusivamente à carreira jurídica. Formado, atuou como promotor nos municípios de Riachuelo, Boquim e Lagarto. Em 1887, mudou-se para o Amazonas, ainda na carreira jurídica. Lá foi também diretor da Biblioteca Pública e teve sua passagem pelo ofício docente. Foi lente de Pedagogia da Escola Normal, depois catedrático, por concurso, de Sociologia e Moral no Instituto Nacional Superior. Passou pouco tempo nesta ocupação. Em 1891 já estava no Rio de Janeiro, de volta à carreira jurídica e às colaborações com a imprensa da época. Chegou a ser juiz municipal, mas regressou, por questões de saúde, ao Amazonas em 1894 e foi reintegrado à cadeira docente que ocupava quando saiu. Pouco depois, faleceu.

O Parthenon destaca-se, então, como uma instituição escolar da qual saíram formados, total ou parcialmente, sujeitos pertencentes ao perfil constituinte da elite letrada sergipana que atuaram aqui e em outras partes do Brasil. Pode-se inferir que a matrícula dos filhos nesta escola representava a busca das famílias não apenas por uma boa formação do ponto de vista dos conteúdos escolares, mas também dos hábitos, dos modos, dos projetos de vida, daquilo que se constitui como o habitus de um grupamento social. Uma convivência que propiciasse a formação de uma identidade, que mantivesse a unicidade da identidade deste grupo, ou a entrada nele.

Outros espaços, fundados ou dirigidos por agentes aqui destacados, também figuram no cenário das instituições de cujos bancos escolares saíram os sujeitos aqui analisados. Veja-se o caso do Ginásio Sergipano, dirigido por Alfredo Montes⁵³. De lá, saíram aptos a tentar uma vaga em um dos cursos superiores existentes no país, ou adentrar em um dos ramos de carreira do funcionalismo público (ou ambas as coisas), intelectuais como Alfredo Cabral.

Nascido em Aracaju no ano de 1887, filho de Francisco Felix Cabral e Adelaide Passos Cabral, terminou o curso de Humanidades no Atheneu Sergipense, após tê-lo iniciado no colégio dirigido por Alfredo Montes (que também era professor do Atheneu). Em 1907 formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Recife e começou a atuar na promotoria – primeiro em Estância, depois Laranjeiras e por fim em Maruim. Das possibilidades ao alcance de um intelectual sergipano naquela época, parece que o ofício docente se apresentou mais vantajoso para ele. Em 1911 assumiu a cadeira de História Universal do Atheneu Sergipense, de onde fora aluno. Cinco anos depois foi transferido para a cadeira de Educação Moral e Cívica, Noções de Sociologia e Direito Usual da Escola Normal.

Outro egresso do Ginásio Sergipense, que teve uma trajetória similar a de Alfredo Cabral, é o filho Benjamin Francisco Brandão e Maria Philonilla Brandão, Josafá da Silveira Brandão. Natural de Estância, onde nasceu em 1880, foi aluno interno da referida instituição escolar, depois do que entrou no curso de Medicina da Bahia e de lá saiu formado em 1902. Desde logo se envolveu nas questões educacionais. Foi Inspetor do Ensino na cidade natal e, já na capital de Sergipe, em 1912, foi nomeado Diretor do Atheneu Sergipense, cargo que ocupou nos quatro anos seguintes. Dividiu sua atividade docente entre o Atheneu e a Escola Normal, onde regeu a cadeira de Física e Química aplicada à vida prática.

Essas trajetórias reforçam o entendimento de como as instituições escolares, sejam os colégios particulares, seja o Atheneu Sergipense, foram locus de reprodução da elite sergipana. Elite da qual saíram os agentes que se dedicaram à ocupação docente aqui retratados. Sujeitos que estabeleceram a partir de si a representação do bom professor. Professores que fundaram e dirigiram escolas, que depois constituíram o quadro docente da única escola de Ensino Secundário mantida pelo Estado e que

⁵³ Para mais informações acerca de Alfredo Montes, cf. AMORIM, Simone Silveira. **A trajetória de Alfredo Montes, 1848-1906**: representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe. Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira; São Cristóvão: Editora da UFS, 2009.

formaram novos quadros para a vida pública sergipana. Definiram a partir de si o perfil do ser docente, do ponto de vista da formação e da constituição do habitus civilizado, no qual a formação escolar detinha valor substancial como mecanismos de produção de progresso social.

2.4 Racionalizar a sociedade pela lei e pela medicina, mas não só

É recorrente a tese de que o Brasil se constituiu historicamente a partir da ocupação dos lugares de poder pelos bacharéis em Direito, principalmente a partir dos estudos de José Murilo de Carvalho⁵⁴ acerca da temática. É inegável a força dessa vertente explicativa, todavia o olhar sobre o universo educacional tem revelado outras nuances. Marta Maria Chagas de Carvalho⁵⁵ demonstrou, ao analisar a Associação Brasileira de Educação fundada em 1924, que este era um espaço de debate muito bem ocupado pela classe médica brasileira. O discurso higienista foi presente em boa parte das discussões daquela entidade antes da ocupação maciça pelos autodenominados profissionais da educação. Para o caso sergipano, no que diz respeito à formação escolar da elite letrada, Eugênia Andrade Vieira da Silva já demonstrou que em sua maioria os membros deste grupo não eram formados em Direito, mas sim em Medicina.

A leitura das biografias de membros da elite letrada sergipana aqui analisada corrobora esta interpretação, divergente da tese nacional, ao menos para o caso daqueles que se ocuparam da docência. Do total de agentes destacados para este estudo, trinta e sete se formaram em Direito. Quanto à formação na área de saúde, foram identificados trinta e oito. Há também um com formação nas duas áreas. A diferença numérica é pequena, mas parece ser reveladora de um perfil menos hegemônico do que a mera concentração nos bacharéis. Parece demonstrar que a docência se constituía, sim, em uma possibilidade muito viável para os egressos dos cursos médicos (incluídos aqui Farmácia e Odontologia) e jurídicos.

⁵⁴ Para conhecer esta tese cf. Carvalho, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro das sombras**: a política imperial. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁵⁵ CARVALHO, Marta Maria Chagas. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

QUADRO III: Principais formações escolares dos sergipanos biografados por Armindo Cordeiro Guaraná destacados para o presente estudo

Maior formação escolar	Qtd
Academia de Belas Artes	1
Ciências Sociais	1
Conservatório de música	1
Escola Normal	2
Escola Normal (inconcluso)	2
Escola Politécnica (incompleto)	1
Faculdade de Direito	37
Faculdade de Filosofia e Letras	1
Faculdade de Medicina	30
Faculdade de Medicina (Farmácia)	3
Faculdade de Medicina (incompleto)	1
Faculdade de Medicina (Odontologia)	4
Faculdades de Direito e Medicina	1
Filosofia	1
Geologia	1
Humanidades	13
Liceu de Artes e Ofícios	1
Militar	4
Não identificado	2
Preparatórios	7
Seminário	16
Teologia	1

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados do **Dicionário Biobibliográfico Sergipano** de Armindo Cordeiro Guaraná

Um desses casos é o de José Moreira de Magalhães, nascido em Estância em 1857, filho de Joaquim Moreira Magalhães e Emília Barbosa de São Calixto. Toda a sua formação escolar se deu na Bahia, de onde saiu doutor em Medicina em 1883 para se estabelecer na cidade de Capela. Passados quatorze anos, mudou-se para Penedo, em Alagoas. Lá se dedicou a clinicar e teve também seu primeiro contato com a docência no Atheneu Penedense, ministrando aulas de Física e Química. Em 1899, foi nomeado lente da mesma cadeira no Atheneu Sergipense e dois anos depois se transferiu para a de Ciências Físicas e Naturais da Escola Normal, depois Geografia Geral, Geografia do Brasil e Noções de Cosmogonia. Sua atuação na seara da educação não se limitou ao exercício da docência. Participou da reforma da instrução pública de 1912 e foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Outro médico professor foi Narciso da Silva Marques. Natural de Laranjeiras, nasceu em 1862 e faleceu longe da terra natal, na cidade de Casa Branca/SP, em 1924. Após fazer o curso de Humanidades em Aracaju, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, onde recebeu o grau de doutor no final de 1890. Logo após a conclusão do curso, exerceu a docência como lente de Geografia do Atheneu Sergipense. Esta atividade foi concomitante ao cargo de Inspetor de Higiene do Estado de Sergipe durante o ano de 1892. A atividade de professor foi interrompida no ano seguinte. Como já visto neste estudo, a docência foi para muitos intelectuais do século XIX um lugar de passagem. Em 1893, Narciso da Silva Marques fixou residência em Casa Branca, interior de São Paulo, onde exerceu a clínica, dedicando-se também à lavoura em Vila Costina, município de São José do Rio Pardo.

Trajetória distinta realizou o filho de Policarpo José de Santa Rita Dantas e Maria Rosa Aranha Dantas. Nascido em 1810, em São Cristóvão, então capital da província de Sergipe d'El Rey, Manuel Ladislau Aranha Dantas, foi agraciado já perto do fim da vida, faleceu em 1875, com o título de Conselheiro do Império. Seu percurso de vida até aí começou provavelmente com uma formação escolar doméstica, bem comum à época. Em 1827 entrou na Escola Médico-Cirúrgica da Bahia e se formou cinco anos após. Poucos meses depois foi aprovado em concurso para a Cadeira de Filosofia de sua cidade natal. Esta não seria sua primeira experiência no terreno da docência. Antes de partir para a Bahia já havia lecionado interinamente Latim na mesma localidade. No mesmo ano em que fora aprovado no concurso em Sergipe, foi também

nomeado lente substituto da seção cirúrgica da Escola de Medicina da Bahia e em 1837 aprovado em concurso para a cadeira de Patologia Externa, na qual permaneceu até 1873, ano em que encerrou suas atividades docentes.

Ao longo de sua vida atuou em diversas frentes. Participou da Guerra do Paraguai, foi cirurgião ajudante da Guarda Municipal Permanente da Bahia, membro do Conselho do Governo de Sergipe, membro do Conselho de Instrução Pública e presidente interino da Comissão de Higiene Pública da Bahia. Foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, efetivo do Instituto Histórico da Bahia e honorário da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro. As investidas em tais ações lhe proporcionaram angariar uma série de homenagens e titulações, como o oficialato da Ordem da Rosa, o hábito da Ordem de Cristo, a comenda da Rosa e, em maio de 1874, a comenda da Ordem Cristo pelos serviços no exercício do magistério.

No tocante aos advogados professores, destaque-se como exemplo o caso de Manuel Barbosa de Araújo. Natural de Estância, nasceu em 1832 e faleceu na cidade de Recife em 1894. Começou jovem no ofício docente, como professor primário da cidade natal, e posteriormente, em 1860, da então vila de Capela. Para conseguir adentrar nos estudos superiores disponíveis à época, Manuel Barbosa lançou mão de um artifício bastante comum no seu tempo e que parece indicar um dos motivos pelos quais alguns intelectuais do período se enveredaram pelo terreno da docência: solicitou ao Estado, e conseguiu, licença das atividades de trabalho para realizar um curso superior. Partiu para Recife e de lá saiu bacharel em Direito em 1863.

Com o diploma, permaneceu em Pernambuco e ocupou o cargo de Oficial da Secretaria do Governo. Deste cargo foi demitido algum tempo depois devido a suas ideias religiosas, quando do evento envolvendo a Maçonaria e a Igreja Católica em 1873. Este contratempo o fez retornar ao seu antigo ofício da docência e de uma forma nova. Primeiro, associou-se a Joaquim José de Campos na direção do colégio São Joaquim. Depois, fundou e dirigiu seu colégio, dois na verdade – o São Thomaz de Aquino e o Sete de Setembro. Em 1882 foi nomeado professor de francês da Escola Normal de Recife, função que possivelmente deve ter acumulado com a administração de suas escolas.

Trajetória docente um pouco mais linear realizou o laranjeirense Ovídio Alves Manaya. Filho de Felisberto Alves Manaya e Felismina Alves Manaya, nasceu em meados de 1858. Após estudar as primeiras letras na cidade natal, mudou-se para Aracaju e matriculou-se no curso da Escola Normal. Ainda estudante, fundou e dirigiu até 1877 o Colégio Parthenon. Com o curso normal concluído, foi para Recife, onde recebeu o diploma em Ciências Jurídicas e Sociais no final de 1888.

Quando da criação do curso de preparatórios anexo à Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, a Congregação da instituição o nomeou professor da cadeira de Latim em 1911. Doutor em Direito, foi lente catedrático de Direito Civil da Faculdade de Niterói, lente de Latim do Colégio Abílio e lente de Geometria no Instituto Afonso Pena. Foi professor em diversos outros estabelecimentos escolares no Rio de Janeiro e colaborador em periódicos de Recife.

A proximidade numérica entre médicos e advogados corresponde à maioria dos perfis aqui investigados (setenta e seis de cento e trinta e um), mas é sem dúvida reveladora de um panorama menos hegemônico do que a mera concentração nos bacharéis. Parece demonstrar que a docência se constituía, sim, em uma possibilidade muito viável tanto para os egressos dos cursos médicos (incluídos aqui Farmácia e Odontologia) quanto dos jurídicos. A contestação da tese de um país de bacharéis fica mais evidente quando se destaca aqueles que ou não tinham uma formação em nível superior, ou fizeram estudos em áreas diferentes das duas sempre mencionadas. Do conjunto de biografados em destaque, cinquenta e cinco se enquadram neste panorama dissonante.

Destes casos, um primeiro destaque deve ser feito aos sacerdotes da Igreja Católica. Entender a forte presença de padres no ofício docente no século XIX requer o exercício de contestação de teses ainda cristalizadas acerca da atuação católica no campo educacional. A expulsão da Companhia de Jesus em 1759 não significou a imediata laicização da docência. Foi um passo importante, sem dúvida, mas também abriu espaço para que outras ordens sacerdotais, que já realizavam ações de cunho educacional, se ramificassem de uma forma mais abrangente.

O próprio Estado precisou recorrer aos membros do clero católico para efetivar sua política de Aulas Régias, uma vez que em muitas localidades estes eram os agentes com melhor formação escolar à disposição da Coroa Portuguesa. Dito de outro modo, mesmo com o advento da laicização da oferta pública de educação no Império Português, continuou havendo espaço a ser preenchido por esses sujeitos que constituíam parte da elite letrada da época. E esta característica permaneceu mesmo após o advento da Independência do Brasil.

Um exemplo dessa presença em Sergipe d'El Rey foi Antonio Manuel Leite. Filho de Francisco Manuel Leite e Leopoldina Escóssia do Sacramento Leite, nasceu em 1850 na cidade de Laranjeiras. Realizados os estudos primários, partiu para Salvador onde se matriculou no Curso Teológico do Seminário da Bahia. Após concluir esta formação em 1877, atuou como sacerdote nas terras sergipanas em Riachuelo, Nossa Senhora das Dores e Maruim. Voltou depois disso para a Bahia, atuando em Itaparica e na capital baiana. Sua passagem pela docência foi breve. Ocorreu em 1879, quando foi nomeado para reger interinamente a cadeira de Latim e Francês de Laranjeiras. Em 1894 faleceu no Rio de Janeiro.

Outro padre que teve uma breve passagem pela docência foi João Ramos de Barros. Nascido em 1883 na antiga Vila de Campos, filho de José da Silva Barros e Maria Ramos de Barros, foi ordenado Presbítero também no Seminário da Bahia. Sua primeira experiência docente se deu naquele estabelecimento escolar. Foi vigário da Freguesia dos Mares, Conselheiro Municipal na Bahia. Foi, ainda, examinador de Humanidades nas Faculdades de Medicina e de Direito. Além disso, atuou como professor do Ginásio Baiano. Destacou-se na imprensa periódica da época e pelos sermões em igrejas.

A formação recebida para o exercício do sacerdócio parece ter sido importante mecanismo de colocação social até para aqueles que não fizeram carreira eclesiástica. Veja-se o caso do capelense Leonídio Augusto de Sousa Porto. Nascido em 1859, em 1874 seguiu para a Bahia a fim de tornar-se seminarista. Todavia, após completar sete anos de estudos, inclusive o curso em Teologia Moral, abandonou a vida eclesiástica e dedicou-se ao magistério. Seu primeiro passo foi fundar um colégio na cidade de Brotas, no interior da Bahia. Depois partiu para o Rio de Janeiro, onde foi nomeado secretário do Liceu de Artes e Ofícios. Na cidade de Piracicaba, interior de

São Paulo, foi professor no colégio Ipiranga. Partidário da abolição e da República, publicou textos sobre no jornal **Laranjeirense**, na **Revista Literária** de Maruim e em jornais do sul do país. Ainda em Piracicaba, onde faleceu em 1899, foi redator de um periódico intitulado **A Gazeta**.

Há aqueles que cogitaram a formação eclesiástica e mudaram de trajetória sem mesmo iniciar este percurso. Esse é o caso de Manuel Joaquim de Oliveira Campos, mais conhecido pela autoria do Hino Sergipano, que obteve licença da Assembléia Provincial em 1842 para estudar no seminário da Bahia, mas não chegou a fazer uso deste bônus. Antes deste episódio em sua vida, o filho de Antônio José Montalvão e Maria José de Oliveira, natural de Itabaianinha, nascido em 1818, dedicou-se desde jovem ao ofício docente.

A leitura de seus dados biográficos indica que a família não era detentora de grandes recursos econômicos e sua trajetória formativa teve uma boa dose de autodidatismo e, possivelmente, algum aprendizado doméstico-familiar. E foi com esta formação que iniciou sua vida docente. Antes, porém, administrou a tipografia do **Noticiador Sergipense**, em São Cristóvão, até outubro de 1837. No ano seguinte, foi nomeado professor vitalício de Língua Latina em Capela. Dez anos depois, estava lecionando na antiga Vila de Campos quando se deu o episódio da licença para estudar no Seminário. Em 1858 jubilou-se como professor daquela vila e passou a dedicar-se a outras atividades, principalmente no ramo da política, no que foi eleito Deputado por duas oportunidades até falecer em 1891.

O caso Manuel Joaquim de Oliveira Campos é ilustrativo de uma situação muito recorrente entre esta elite letrada e que aponta em um sentido diametralmente oposto à tese do país de bacharéis tão recorrente na historiografia brasileira. Retrata a forte presença entre os elementos que compunham esse grupo socialmente distinto, que ocupavam posto na burocracia e na vida política brasileira, daqueles que não possuíam um diploma de nível superior, seja em Direito, Medicina ou Engenharia. Sujeitos que com uma formação às vezes autodidata, com o curso de Humanidades completo ou não, que tendo cursado não mais do que componentes dos exames de preparatórios, atuaram efetivamente como parte de grupos dirigentes e formativos.

Faz parte desse recorte, por exemplo, o estanciano, filho de Manoel Luiz de Carvalho e Alexandrina da Fonseca Carvalho, Terêncio Manoel de Carvalho. Nascido

em 1857, aprendeu as primeiras letras e os rudimentos da língua francesa com um professor que mantinha uma escola em sua terra natal. Com este aprendizado, e como outros de seu tempo, aventurou-se na carreira comercial como vendedor ambulante. Possivelmente em busca de melhores condições materiais, apesar da pouca formação, dedicou-se ao ofício docente como professor particular.

Pouco tempo depois, interrompeu esta atividade e voltou a se enveredar pelo ramo comercial, abrindo um pequeno estabelecimento em Boquim. Esta empreitada parece não ter dado muito resultado, visto que pouco mais de um ano depois estava de volta à vida de professor, desta vez abrindo um colégio próprio. Ação passageira, até que foi nomeado funcionário da Intendência de Riachão, onde esteve dois anos e meio. A docência parecia ser um lugar de maior estabilidade e prestígio e, em 1894, foi provido professor da cadeira do Ensino Primário do povoado São Paulo, removido dez anos depois para a vila de Arauá, desta para a de Boquim e, por fim, para a cidade da Estância em 1908, onde faleceu um ano depois.

Outro que exemplifica esta questão, mas com nuances um pouco diversas, é Juvêncio de Siqueira Montes. Filho do tenente coronel Theodorico de Siqueira Montes e Clara de Faro Montes, nasceu em 1856 em São Cristóvão. Diferentemente de Terêncio Manoel de Carvalho, concluiu o curso Secundário e tornou-se funcionário público, lotado como arquivista da Tesouraria Provincial. Passou depois a secretário da Instrução Pública e, neste período, abriu um curso particular de preparatórios, em que foi lente da cadeira de Matemáticas. Em 1882, foi aprovado em concurso, e nomeado, lente vitalício da Escola Normal de Sergipe. Sua experiência docente, todavia, não se efetivou neste episódio visto que não pode ocupar esta função.

Soube galgar os degraus do funcionalismo público, até certo ponto. Ao longo de sua carreira foi segundo escriturário da Alfândega de Aracaju, ocupou lugar semelhante na Tesouraria Geral da Fazenda de Sergipe, terceiro escriturário do Tesouro Nacional. Em outras províncias foi conferente das alfândegas do Rio de Janeiro, do Pará, de Santos e da Bahia, dentre outros postos ocupados em Sergipe e além. Seu trajeto até então bem sucedido teve um revés quando se tornou segundo escriturário do Tribunal de Contas, cargo do qual foi demitido.

Depois disto, tentou entrar para o corpo consular e diplomático. Foi aprovado em concurso, mas não convocado a assumir. Também concorreu à vaga da

cadeira de Inglês da Escola Militar. Aprovado novamente, outra vez não ocupou o lugar. Após estes atropelos, foi na docência que se ancorou. Tornou-se professor particular de Matemáticas e assim chegou ao fim da vida em 1906, residindo na Capital Federal.

Pode-se perceber que dentro do conjunto de biografados aqui analisados que exerceram a atividade docente sem possuir diploma de nível superior, muitos são os casos daqueles que fizeram da docência um lugar de passagem, um estágio para outras etapas da vida funcional. Mas há situações que fogem desse cenário, apresentando sujeitos que adotaram a ocupação docente como atividade ao longo de quase toda a vida e que buscaram, inclusive, formação específica para este ofício, com o advento da criação do curso Normal anexo ao Atheneu Sergipense.

É exemplo disto Orestes de Sousa Andrade. Natural de São Cristóvão, era filho de José Gregório de Sousa e Andrade e Maria Joaquina de Andrade e nasceu no final de 1854. Com 16 anos partiu para Estância, a fim de empregar-se na tipografia do jornal **Rio Real**. Um ano depois o periódico findou sua circulação e o jovem Orestes fez da docência sua ocupação. Tornou-se professor de Primeiras Letras dos filhos dos proprietários dos engenhos Cedro e Riachão. Decidido a seguir neste ramo, três anos depois partiu para Aracaju e matriculou-se na Escola Normal. Diplomado, em 1878 foi aprovado em concurso e nomeado para reger a Cadeira Primária em Curral das Pedras, atual Gararu.

A partir disto, deu início a sua peregrinação docente pelas mais diversas localidades. Em 1880 estava em Pacatuba, 1881 em Nossa Senhora das Dores, no ano seguinte em Siriri. Quatro anos depois voltou para Pacatuba e, no mesmo ano, novamente para Siriri e Curral de Pedras. Demorou-se dois anos naquela localidade e, em 1888, estava em Divina Pastora, cadeira na qual foi jubilado em 1894.

O fim da sua jornada docente não significou o término de suas atividades laborais. Investiu em novas áreas. Dedicou-se ao comércio durante 14 anos. No mesmo período aventurou-se na vida política. Foi Delegado de Polícia, Membro e Presidente do Conselho Municipal de Divina Pastora, Intendente e findou eleito Deputado Estadual para o biênio de 1896-1897. Em 1899 mudou-se para Nossa Senhora das Dores com a sua casa comercial e lá encerrou seu tempo de comerciante em 1906. Cinco anos depois retornou às lides da política eleito membro do

Conselho Municipal, do qual foi Presidente. Em 1913 foi eleito novamente Deputado Estadual e Presidente da Assembléia em 1915. Ocupou outros cargos eletivos até falecer em 1945 na capital sergipana.

Investigar os perfis formativos dos membros da elite sergipana que atuaram, pelo menos em algum momento, como professores denota a constituição de uma determinada perspectiva sobre a sociedade da qual faziam parte. Formados na escola humanística do Secundário e, na maioria dos casos, nos cursos superiores disponíveis àquela época, detinham quase homogeneamente o entendimento de que era preciso construir hábitos civilizados na população, dentre os quais a valorização da educação escolar, para garantir o projeto de progresso esperado.

Produzir a partilha desses hábitos seria, então, o papel da educação escolar, que deveria ser ofertada à maioria da população. Parece ser improdutiva a tese de que essa elite não tinha interesse em garantir educação para outras camadas da população. O que não estava ainda definido era qual modelo de oferta. Garantida pelo Estado em escolas? Em estabelecimentos particulares mantidos pela filantropia?

Transformar esse outro em alguém menos estranho seria o papel da educação. Para tanto, o ofício docente, na leitura desse grupo, não poderia estar à mercê de qualquer pessoa. É possível inferir que acreditavam ter a missão social de construir essa coesão da sociedade, solidificando os ideais constituintes do Ocidente durante toda a Modernidade e difundidos pelos textos que se tornaram clássicos da Pedagogia Moderna, para o caso da escola. Qual a origem social desse grupo então? De que perfis familiares saíram? De quais localidades sergipanas eram eles? Este é o tema proposto para o capítulo seguinte.

Capítulo III – Laços de sangue: heranças e novos investimentos

Urbano da Silva Monte nasceu em oito de julho de 1844 em Japaratuba. Filho de João José do Monte e Maria Bárbara da Silva Monte, era descendente de famílias tradicionais do Ceará e de Sergipe, (Monte e Travassos, respectivamente). Dentre as possibilidades apresentadas a um sujeito em seu lugar social à época, optou pela carreira eclesiástica. Em 1855 entrou no seminário da Bahia. Nove anos depois, partiu para o colégio Pio Americano, em Roma e em três anos recebeu as ordens de presbítero na igreja de São João de Latrão.

Seguir a carreira religiosa poderia significar a possibilidade de uma formação escolar bastante sólida. No caso de Urbano Monte, ao tempo em que se ordenou, também se formou em Direito Canônico e Teologia e licenciou-se em Filosofia. Quando retornou ao Brasil foi primeiro nomeado secretário do Bispo do Ceará, D. Luiz Antônio dos Santos, depois Arcebispo da Bahia e Marquês do Monte Paschoal. Neste mesmo período desempenhou a função de diretor do Atheneu Cearense entre 1868-1869. Exonerou-se dos dois cargos para nova temporada na Europa.

Ao regressar, exerceu os cargos de diretor e professor da cadeira de Latim do colégio Atheneu Baiano em 1873. Depois é possível localizá-lo no Rio de Janeiro, onde foi durante quinze anos vigário da freguesia de Santa Rita, e seis na cidade de Santos, no litoral paulista. Adoentado, mudou-se em 1896 para o Ceará, onde o governo o nomeou professor vitalício da cadeira de Grego, lugar que ocupou até sua morte. A trajetória de Urbano Monte é bem ilustrativa das possibilidades existentes para um membro da elite letrada brasileira no século XIX. Desde as oportunidades de formação e colocação no mercado de trabalho, as escolhas efetuadas para a manutenção da posição ocupada nesta trajetória, as viagens e as funções exercidas a partir da formação escolar adquirida.

Neste capítulo a análise recairá sobre as origens familiares, geográficas e os deslocamentos realizados pelo território sergipano e brasileiro em busca de formação escolar e atuação profissional do grupo

aqui identificado. Acredita-se que com esta perspectiva será possível demonstrar características morfológicas que identificam os sujeitos biografados como pertencentes a um grupo, que embora não seja totalmente homogêneo, apresenta marcas distintivas bastante definidoras de suas trajetórias possíveis.

Segundo Ricardo Teles de Araújo⁵⁶, as famílias sergipanas ricas nos séculos XVIII e XIX estão hoje representadas por grande parte da classe média. De acordo com suas pesquisas genealógicas, é bem provável que os mais de 800 engenhos existentes em Sergipe no fim do século XIX sejam a multiplicação do capital econômico das famílias que na primeira metade do XVIII possuíam 25 unidades produtoras de açúcar. Esta concentração seria o resultado da prática dos casamentos entre as ricas famílias, fato que levava, inclusive, à preferência pelo enclausuramento das jovens em instituições religiosas do que permitir uma união fora deste padrão.

Destas poucas famílias que se reproduziram por meio da prática do casamento entre elas é que se originou aquilo que se pode chamar de nobreza sergipana do Império brasileiro. De acordo com Samuel Barros de Medeiros Albuquerque⁵⁷, são poucos os estudos que se dedicaram a investigar o baronato sergipano. A bem da verdade, as incursões deste pesquisador são a única referência de fato ao assunto. A leitura de seus escritos revela que a província de Sergipe d'El Rey não figurava entre as localidades mais agraciadas com a distribuição de títulos nobiliárquicos. Dos mais de 1.400 títulos outorgados, apenas treze foram para sergipanos. A prática iniciada no Brasil com D. João VI foi reforçada por D. Pedro II, principalmente quando a monarquia começou a ser questionada, e tinha por objetivo maior cooptar as aristocracias locais e garantir o sustentáculo local ao poder imperial.

É fato que nem todas as famílias de destaque econômico em Sergipe no século XIX tiveram membros agraciados com títulos de nobreza. Conhecer melhor este universo requer a pesquisa sobre os demais grupos que concentraram capital econômico e político. São poucos os estudos sobre o tema também, mas foi possível localizar o esforço empreendido pelo Laboratório de Estudos do Poder e da Política, desenvolvido

⁵⁶ ARAÚJO, RICARDO TELES. Famílias sergipanas do período colonial (III). IN: **Revista do IHGS**, nº 36, pg. 97-108, 2007.

⁵⁷ ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Aspectos do baronato sergipano (1848-1889). IN: **Revista do IHGS**, nº 33, pg. 105-127, 2000-2002.

na Universidade Federal de Sergipe. Dentre outras análises, este grupo publicou resultados sobre o que foi denominado “grandes famílias sergipanas”⁵⁸. Estes trabalhos dedicaram-se a estudar os mecanismos de recrutamento, formação e manutenção desses grupos, procurando identificar as ferramentas utilizadas por eles para garantir sua perpetuação no espaço social.

Os trabalhos sobre genealogia, nobreza e grandes famílias em Sergipe possibilitam perceber o universo restrito de composição de elites em variadas formas (política, econômica, intelectual). Não obstante o baixo número de grupos e pessoas que se pode enquadrar nos estratos mais elevados da divisão social, é possível levantar a hipótese de que ao redor destes gravitava outra quantidade de famílias que àquelas se ligavam das mais diversas maneiras. Esta relação possibilitava alimentar o sonho da ascensão social em diferentes graus. Para aqueles que não dispunham de meios financeiros para atingir tal projeto, o capital intelectual foi sem dúvida um dispositivo muito eficaz. Garantir uma boa formação para os filhos era caminho não apenas para ocupar postos de trabalho diferenciados, como também para a construção de relações pessoais muito valiosas nas trajetórias futuras.

3.1 Origens familiares

A análise dos dados biográficos selecionados para esta pesquisa permitiu identificar a ocupação paterna, ou uma titulação atribuída, de cinquenta e dois membros do que se tem chamado aqui de elite letrada sergipana. Figuram com maior incidência nesta relação tipológica, patentes militares, médicos, advogados, professores e funcionários públicos. Chama a atenção o fato de que do total de biografias de sujeitos que se ocuparam da docência predominantemente,

⁵⁸ LEANDRO, H. W.; SANTOS, D. W. S. dos. “Grandes famílias” e estruturação do espaço do poder em Sergipe: grupos familiares e dinâmicas do poder. IN: **Scientia Plena**, v. 6, n. 12, p. 1-13, 2010.; LEANDRO, H. W.; SANTOS, D. W. S. dos. “Grandes famílias” e estruturação do espaço do poder em Sergipe: reconversões sociais e esferas de atuação. IN: **Scientia Plena**, v. 6, n. 13, p. 1-18, 2010.

ou que por ela passaram, em que foi possível identificar algo relacionado a posição paterna, trinta correspondam a patentes militares. São dez Capitães, oito Tenentes Coronéis, seis Coronéis, cinco Majores e um Capitão-Mor.

Este último é o caso de Eugênio Teles da Silveira Fontes. Nascido na propriedade da família, o engenho São Francisco, situado à época no município de Socorro, em 1845, filho do consórcio entre Joaquim Martins Fontes e Ana Maurícia da Silveira Fontes. O modo como adquiriu as primeiras letras não é claro, mas os preparatórios foram cursados inicialmente em São Cristóvão e depois no Colégio Abílio na Bahia. De lá foi cursar Direito na Faculdade do Recife, de onde saiu bacharel em 1872.

Sua biografia dá a entender que esta opção de formação foi mais uma imposição familiar, por que não dizer paterna, do que uma escolha do próprio Eugênio. Esta hipótese ganha força ao se observar sua diplomação já aos vinte e sete anos, idade incomum para alguém que tinha acesso à boa formação da época. Seja como for, de posse do diploma de bacharel, ao longo das décadas de 1870 e 1880 atuou na magistratura. Foi juiz municipal e de órfãos em várias localidades distribuídas entre Piauí, Alagoas e Rio de Janeiro. Sua passagem pela docência foi como lente de Economia Política no Liceu de Alagoas em 1885. Morreu jovem, aos quarenta e um anos, na cidade de Maceió.

Quando se compara a origem social paterna ligada a uma patente militar com a formação escolar dos biografados destacados neste estudo, percebe-se aquela variação de possibilidades já apontada anteriormente. Se Eugênio Teles representa uma parcela deste grupo que se formou em Direito, é possível observar outros caminhos. A medicina aparece, sem dúvida, mas também a formação sacerdotal, a carreira militar, e a interrupção dos estudos no curso de Humanidades e até no curso Normal. Os percursos formativos foram diversos, como diversos foram os modos de atuação em suas áreas.

O filho do capitão Raimundo Ezequiel Henriques e Maria Rosa de Melo Henriques, Manoel Raimundo de Melo, por exemplo, optou pelo sacerdócio. Natural de Capela (nasceu em 1872, no engenho Oiteiro do Meio), consta que cursou Humanidades e ordenou-se na arquidiocese da Bahia aos 22 anos. E seguiu carreira. Já em 1894, ano de sua ordenação, rezou missa na igreja matriz de Propriá e foi nomeado Coadjutor da Freguesia de Itabaiana. Depois disto, soube galgar os degraus da ascensão como quadro da Igreja Católica em Sergipe. Soube construir bem suas relações pessoais para alcançar seus objetivos. Neste aspecto, sua maior conquista certamente foi a criação da Diocese de Aracaju, da qual foi nomeado Vigário Geral.

Como já apontado com outros exemplos biográficos, a ocupação docente esteve fortemente ligada à vida sacerdotal no século XIX, sendo quase uma extensão desta atividade. Com Manoel Raimundo não foi diferente daquilo que estava ao alcance da maioria dos quadros sacerdotais do período. Sua primeira experiência docente se deu no final da década de 1890, quando foi professor de Latim no Seminário Menor da Bahia e reitor do Orfanato de São Joaquim. Esta passagem, sem dúvida, deve ter deixado marcas em sua formação pessoal. Tanto que à frente da Diocese de Aracaju fundou o Colégio Bom Pastor, mais um exemplo de suas estratégias para ocupação de espaços de poder.

Dois outros componentes do pequeno extrato ora destacado revelam bem as vicissitudes, incertezas, por que passou essa elite letrada oitocentista. Trata-se de João Fernandes de Lima Cortes e Filinto Elísio do Nascimento. O primeiro, filho do coronel Francisco de Assis Cortes e Maria Umbelina da Silva Porto. O segundo, do tenente coronel José Carlos do Nascimento e Maria dos Prazeres do Nascimento. Filinto Elísio nasceu em 1860, em São Cristóvão. João Fernandes em Propriá no ano de 1854.

João Fernandes cedo foi encaminhado para o Seminário da arquidiocese baiana e poderia ter seguido o mesmo percurso que Manoel Raimundo de Melo. Porém, ao que parece, um desentendimento com o censor daquela instituição fez com que este plano fosse abortado. Transferiu-se para Aracaju e deu continuidade aos estudos preparatórios a fim de entrar na Faculdade de Medicina da Bahia, onde sua vida tomou, novamente, outro rumo. Por suas habilidades intelectuais, mas também sem dúvida pelo lugar social de seu pai, foi alçado à condição de examinador da banca de Latim daquela

Faculdade. Deve ter vislumbrado na ocupação docente uma trajetória muito positiva, visto que se dedicou a ela por quase toda a sua vida a partir de então.

Transitou pelas cidades de Santo Amaro/BA, Barbacena/MG, Santos e Jundiá, ambas em de São Paulo, e no Rio de Janeiro. Por estes locais quando não fundou escolas, foi professor de Português, Latim e Francês. Suas viagens parecem estar mais ligadas a sua origem familiar de destaque, do que em busca de recursos financeiros, visto que também foi para a Europa, onde aprofundou os estudos em Latim na Itália e colheu dados para um estudo histórico da língua latina, que não chegou a ser publicado. Ao regressar para o Rio de Janeiro, continuou atuando na docência, mas não encerrou sua vida neste ofício. Mudou-se para o Rio Grande do Sul, onde exerceu o cargo de juiz distrital até falecer em 1909.

A trajetória percorrida por Filinto Elísio foi um pouco mais conturbada que a de João Fernandes, embora o início tenha sido bem promissor. Consta que aos dez anos concluiu os estudos primários e passou a frequentar as aulas de Francês e Matemática ministradas por Tito Augusto Souto de Andrade. Inaugurado o Atheneu Sergipense, lá foi matriculado para dar prosseguimento aos estudos, mas não chegou a concluí-los aí. Possivelmente em busca de uma melhor colocação na concorrida economia intelectual da época, sua família o transferiu para o Rio de Janeiro. Na capital do Império estudou no Externato Jasper e estava como aluno ouvinte na Escola Politécnica em 1880 quando sua vida passou por uma reviravolta.

Naquele ano seu pai adoeceu gravemente e o jovem foi chamado por sua família de volta à terra natal para aguardar a fatídica conclusão daquele evento. A morte de seu pai não foi o único golpe recebido por Filinto Elísio naquele momento. A família mergulharia em uma séria crise financeira, advinda dos poucos recursos herdados com a morte do patriarca. Foi nesta situação que o jovem estudante estabeleceu seu contato com a vida docente. De posse do capital intelectual que havia acumulado até então, passou a ministrar aulas particulares de Francês, Português e História Universal na cidade de Aracaju. Esta breve passagem pela docência lhe permitiu se reorganizar para tomar outros rumos possíveis. Optou pelo funcionalismo público, onde soube galgar como poucos

os degraus da hierarquia burocrática. Assumiu um posto como praticante de secretário do governo e, em 1883, foi transferido para igual colocação no Tesouro Provincial.

Apesar de ter sido Secretário da Instrução Pública em 1885 e promotor público da comarca de Japarutuba, foi na Tesouraria que Filinto Elísio fez carreira. Em 1892, já no Regime Republicano, encontrava-se no quadro dos funcionários da Fazenda Federal, nomeado como 2º escriturário da alfândega de Aracaju. Deste foi removido para igual cargo em Maceió. Em 1898 foi promovido e removido novamente. Agora seria 1º escriturário e conferente da alfândega de São Luiz do Maranhão, depois nomeado inspetor da alfândega da Paraíba. No final de sua carreira já se encontrava como chefe de seção da alfândega da cidade de Santos, em São Paulo. Mas acabou falecendo em Maceió, em 1917, quando ocupava cargo semelhante. Além de burocrata, foi jornalista e nesta função defendeu a abolição da escravidão.

As trajetórias de João Fernandes e Filinto Elísio, além dos percalços presentes na vida desses quadros intelectuais oitocentistas, ilustra também uma realidade já tratada nesta pesquisa, qual seja: o fato de não ser imprescindível um diploma de curso superior, em especial em Direito, para ser parte deste conjunto distinto de pessoas. Neste aspecto, outra biografia se assemelha a estas duas não apenas pelo aspecto da filiação. Trata-se do filho do capitão Domingos Alves Machado com Maria Lucinda Alves Machado, Manuel Alves Machado. Nascido em Propriá, como João Fernandes, em 1852, enfrentou uma ruptura em sua trajetória como a de Filinto Elísio: a morte de seu pai quando era aluno do curso Normal do Atheneu Sergipense.

Com a morte do patriarca, ele teve que assumir a responsabilidade de manter a mãe e um irmão menor. Embora conste que não tenha concluído o curso, Manuel Alves abraçou a docência naquele momento de dificuldade familiar. Diferentemente do caso relatado anteriormente, para Manuel Alves a docência não se constituiu em lugar de passagem, mas de estabelecimento profissional. Foi professor particular por toda a vida, ocupação que acumulou com o exercício de vários cargos na esfera pública: em 1872 foi nomeado substituto da cadeira do ensino primário do bairro de Santo Antonio, em Aracaju; em 1878 foi secretário da Câmara Municipal da mesma cidade e, já na República, oficial da Secretaria do Governo entre 1890 a 1896. Do ponto de vista das atividades intelectuais, além da docência também esteve envolvido com

diversas sociedades literárias, dentre as quais a União Aracajuana, da qual foi o diretor durante toda a sua existência, além de colaborador em vários jornais de sua época. Manuel Alves faleceu em Aracaju em 1897.

A variedade de trajetórias percorridas por esses sujeitos pode ser visualizada ao se juntar ao plano de análise o caso de Tiburtino Mondim Pestana. Natural da cidade de Estância, filho do Tenente Coronel Domingos Mondim Pestana e Ana da Rocha Leite Mondim, nasceu em 1854. Sua formação escolar primária e secundária se deu na cidade natal e na Bahia, de onde partiu em 1870 para Recife, possivelmente na tentativa de cursar Direito na capital pernambucana. Estando lá, ao que parece, fez-se necessária uma mudança de rota. Primeiro empregou-se no comércio. Depois adotou o caminho no qual permaneceria pelo resto de sua vida: a atuação no magistério e na imprensa. Ainda em Recife, atuou em várias instituições escolares antes de se mudar para São Paulo em 1876.

Esta mudança de residência parece ter sido uma nova tentativa de conseguir melhor colocação social. Em São Paulo foi nomeado oficial da polícia do porto de Santos. Apesar da ocupação deste cargo, que lhe abria novas possibilidades, fundou um colégio para meninos e meninas, o Ginásio Santista. E manteve essa dupla atividade ao longo dos anos. Na burocracia estatal foi oficial de gabinete da Presidência de São Paulo, depois migrou para a Secretaria do Governo. Por outro lado, bacharelou-se em Filosofia e Letras e diplomou-se na Escola Normal paulista. Mondim Pestana soube ocupar muito bem os lugares sociais que destacavam a atividade intelectual. Além de sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, colaborou em diversos periódicos como o **Correio Paulistano**, **Diário Popular** e **Globo**. Também redigiu a **Gazeta de Santos** e **Comércio de Santos**. Estratégias que sem dúvida deram boa visibilidade à sua pessoa.

Ilustra também a diversidade de possíveis caminhos e a procura de melhor colocação social e multiplicação do capital herdado paternamente a trajetória do filho do capitão Guilhermino dos Santos Moreira e Maria de Jesus Moreira, Silvestre

Moreira. Nascido em Laranjeiras, em 1874, ao que consta não pode contar com grandes recursos familiares na construção de seu percurso de vida. Mas não estava de todo desamparado. Se não possuía condições financeiras para entrar em um dos cursos mais destacados disponíveis a seu tempo, tomou um rumo alternativo.

Assim, ao mesmo tempo em que ocupava um modesto cargo no cartório de protestos de letras, cursou Odontologia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e se diplomou em 1895. Passou a viver da clínica dentária, função na qual ganhou alguma notoriedade. Isto, e sem dúvida os laços paternos, lhe facilitou a entrada no corpo de dentistas militares. Em 1910 era Primeiro Tenente do Exército, sete anos depois promovido a capitão. Foi um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Odontologia em 1900. Quando da fundação da Escola Livre de Odontologia na capital federal em 1903, tornou-se professor de Terapêutica e depois de Clínica Odontológica, até falecer em 1921.

Outros tiveram melhor sorte. Como no caso de Eugênio Teles, alguns que compõem este pequeno extrato não passaram por tantos atropelos e puderam fazer um percurso menos atribulado. Oriundos de famílias de maiores posses, de maiores capital econômico e político, dispunham de um leque de possibilidades mais variado e que viabilizava melhores colocações. Veja-se, por exemplo, a trajetória de Manuel Prudente Dantas, que nasceu em São Cristóvão em 1852, filho do capitão José Corrêa Dantas e Maria Rosa Dantas.

Após iniciar sua vida escolar na terra natal, partiu com sua família para a Bahia. Lá fez todo o curso de Humanidades e entrou na Faculdade de Medicina. Aos vinte e um anos recebeu o grau de doutor e logo foi nomeado 2º Cirurgião do Corpo de Saúde da Armada. Neste posto, atuou na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte até 1878, ano em que pediu dispensa do serviço militar. Seus objetivos profissionais eram outros. A carreira militar era apenas umas das opções que tinha diante de si. Seu lugar social lhe possibilitava optar entre diferentes caminhos a trilhar.

Sua decisão foi pela docência no ensino superior. Em 1883 foi nomeado para a cadeira de Psicologia Experimental e depois para a de Clínica Propedêutica, ambas na mesma Faculdade em que se formou. Exerceu o cargo de professor até falecer

em 1893, na cidade baiana de Muritiba. O capital social de que dispunha, herdado da família e construído por si, não o limitaram à atuação no magistério. Manuel Dantas conciliou o ofício docente com a carreira política. Foi eleito Deputado em 1890, pelo Estado da Bahia. Durante seu mandato destaca-se a elaboração de duas leis: uma que reformava a instrução pública e outra voltada para a questão do higienismo.

Para encerrar a exposição destes tipos, veja-se o percurso realizado por Olynto Rodrigues Dantas. Filho do Major Geminiano Rodrigues Dantas e Josefa Maria Dantas, nasceu em 1861 em Itabaiana. Após terminar os estudos de humanidades, partiu para o Rio de Janeiro e matriculou-se na Faculdade de Medicina, de onde saiu doutor no final de 1885. Dois anos depois esteve em Sergipe como membro de uma comissão durante a epidemia da varíola na Barra dos Coqueiros. No ano seguinte novamente, agora para tratar da questão em Aracaju.

Naquela oportunidade exerceu os cargos de professor de Latim do Atheneu Sergipense e da Escola Normal. Acabou sendo diretor destes dois estabelecimentos, diretor do Hospital de Caridade, inspetor interino da saúde dos portos e interino de Higiene. Além disso, foi Presidente do Conselho Municipal após a proclamação da República. Entre os anos de 1891 a 1892, foi um dos membros da Junta Governativa do Estado. Após este período de mais ou menos quatro anos, se estabeleceu em Santos, litoral de São Paulo, onde faleceu no início de 1932.

Nesta nova morada atuou como inspetor sanitário e médico da Câmara Municipal. Lá também deu continuidade ao ofício docente, como lente do Liceu Feminino Santista. Mesmo estando longe de sua terra natal, contribuiu para a imprensa local publicando em jornais como **O Tempo**, de Aracaju, em que publicou uma série de artigos sobre sua especialidade médica, a homeopatia. Também foi membro da redação do **Republicano**, de Laranjeiras. Sua participação na imprensa sergipana remonta ao período em que esteve atuando na terra natal, quando foi redator chefe do **Correio de Sergipe** entre 1890 a 1891, no qual escreveu vários artigos sobre política

A leitura dos dados presentes no dicionário indica que a profissão docente constituía ao menos um tipo de ocupação no século XIX para aqueles que tinham acesso a graus elevados de formação escolar disponíveis em seu tempo. Esta formação ora aparece como capital cultural e simbólico herdado familiarmente,

ora como mecanismo de aumento do capital herdado. Veja-se o caso dos filhos do coronel Antonio Diniz Barreto e de um de seus netos.

Felix Barreto de Vasconcelos nasceu em 1817 no Engenho Pedras, propriedade da família, na cidade de Capela. Seu irmão, Antonio Diniz Barreto, nasceu no mesmo local em 1821. Felix optou pela vida sacerdotal, e em 1839 iniciou sua trajetória em Itabaiana, onde permaneceu até 1852. Neste ano mudou-se para a província do Pará e lá foi diretor do Liceu e da Instrução Pública e Reitor e Lente do Seminário Episcopal. Quando faleceu, morava em Recife e exercia a função de Lente de Latim do Curso Anexo à Faculdade de Direito.

Antonio, após concluir os estudos de Humanidades, tornou-se latinista. Aos vinte anos iniciou a carreira docente, quando foi nomeado para reger a cadeira de Latim em Itabaiana. Ministraria aulas desta matéria ainda na cidade de Laranjeiras, no Atheneu Sergipense e na Escola Normal, ambos em Aracaju. Em 1880 foi nomeado Diretor da Instrução Pública de Sergipe.

Com suas trajetórias, os filhos do coronel Antonio Barreto multiplicaram o capital que herdaram. Não há registro no dicionário de que tenham feito um dos cursos superiores, a informação carece aprofundamento. Todavia, ambos lançaram mão dos mecanismos de ascensão disponíveis: o sacerdócio e a docência em um momento em que não se exigia mais do que deter o saber escolar necessário para o exercício do ofício docente.

O outro personagem destacado aqui, Felix Diniz Barreto, nasceu em Itabaiana em 1846. Passou uma temporada em Recife para fazer o curso de Humanidades com seu tio, o padre Felix. Deste herdou o nome e sob seus cuidados deu prosseguimento aos estudos em uma das capitais de destaque no período. Do pai, herdou o mesmo caminho ocupacional, uma vez que concluídos os estudos, adentrou na carreira docente como lente na cidade de Estância, responsável pelas cadeiras de Português, Aritmética e Francês. Depois desta experiência, assumiu como catedrático de Latim do Atheneu Sergipense e de Pedagogia na Escola Normal.

Na capital sergipana, também foi professor do colégio fundado por Gemniano Paes de Azevedo. Além da docência, ocupou cargos na burocracia estatal.

Foi funcionário da Tesouraria Provincial e do Serviço de Estatística da População, ambos na década de 1870. Com o advento da República, tornou-se Secretário de Governo da Junta Governativa e Secretário da Diretoria Geral da Instrução Pública.

Esta tríade de professores guarda uma série de outros traços distintivos de homens que adquiriam boa formação escolar e ocupavam determinados lugares de poder. Os três foram poetas e atuaram na imprensa. O padre Felix ocupou uma cadeira na Assembléia Legislativa entre os anos de 1848 e 1849. Seu sobrinho também passou pelo mundo da política, sendo eleito Deputado Estadual em 1892 e reeleito para o biênio de 1894-1895. Seus percursos mostram como as famílias sergipanas tradicionais souberam transitar pelos meandros do poder em diferentes campos. Seja no Império, seja na República, souberam preservar, diversificar e multiplicar os diferentes capitais (social, político, econômico, cultural) da família.

3.2 Origens geográficas

A tabulação dos dados biográficos do conjunto aqui destacado possibilitou visualizar a distribuição geográfica dos locais de nascimento do grupo de sujeitos analisados. Percebeu-se que, apesar de um grande número se concentrar em quatro localidades, há uma considerável dispersão neste aspecto. Não foi surpresa constatar que Laranjeiras e Estância são as cidades mais citadas, com vinte e vinte e um nascimentos respectivamente. A antiga e a nova capital também despontam neste aspecto. São Cristóvão conta com onze referências e Aracaju com dezessete. O cômputo restante divide-se nos outros vinte e dois municípios, com pequenas variações entre sete e um.

QUADRO IV: Locais de nascimento dos sergipanos biografados por Armindo Cordeiro Guaraná destacados para o presente estudo

Naturalidades	Qtd
Laranjeiras	21
Estância	20
Aracaju	17
São Cristóvão	11
Capela	7
Propriá	6
Campos	5
Itabaiana	5
Maruim	5
N. S. Socorro	4
Rosário do Catete	4
Divina Pastora	3
Itabaianinha	3
Lagarto	3
Santa Luzia	3
Japaratuba	3
Riachuelo	2
Gararu	2
Vila Nova	1
Itaporanga	1
Espírito Santo (Indiaroba)	1
Santo Amaro	1
Siriri	1
Vila Cristina	1
Boquim	1

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados do **Dicionário Biobibliográfico Sergipano** de Armindo Cordeiro Guaraná

De Laranjeiras era, por exemplo, Manuel Vicente de Santa Cruz Baiense. Filho de Antonio José Pereira Fortes e Claudiana Maria da Conceição, nasceu em 1841 e faleceu em 1919 na mesma cidade. Sua atuação docente foi na área do ensino de música. Após aprender a arte com o padre Cipriano Chaves, aperfeiçoou-se no violino, não obstante dominar outros instrumentos. Com este saber, lecionou nos colégios femininos de Possidônia Bragança, Esmeralda Lopes, Elisa Diniz e em casas particulares em Laranjeiras e Aracaju. Destaque-se, ainda, que teve sua composição aprovada em terceiro lugar no concurso para escolha do Hino da República em 1889.

Era conterrâneo de Manuel Vicente o filho do casal Francisco Alves de Oliveira e Thereza de Jesus e Oliveira. Em 1849, deste consórcio nasceu Manuel Francisco Alves de Oliveira. Ele poderia ter seguido a carreira sacerdotal, como outros de seu tempo, uma vez que em 1874 concluiu o curso de Ciências Eclesiásticas. Todavia, um evento fora de seu controle o fez mudar de trajetória. No ano em que receberia as ordens sacras, faleceu arcebispo D. Manuel Joaquim da Silveira, conde de São Salvador. Este acontecimento fez com que Manuel Francisco retornasse a Aracaju onde conheceu Matilde Adelaide Guimarães com quem se casou.

Uma vez casado, continuou atuante na vida religiosa e também aplicou seu aprendizado no ofício docente, que seguiu por toda a vida. Primeiro como professor do ensino primário superior de Laranjeiras. Depois, com a criação do Atheneu, assumiu as cadeiras de Religião, de Pedagogia e Metodologia e de Geografia, estas no curso Normal. Em 1894 foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública, posto no qual se aposentou. Retornou anos depois para ser lente de Geografia e História da Escola Normal, reorganizada em 1904, e ministrou interinamente Geografia e Astronomia no Atheneu Sergipense.

Como outros intelectuais de sua época, Manuel Francisco atuou em outras frentes além do ensino público. Durante muitos anos foi professor particular. Em 1881 foi secretário da Escola Normal, em 1891 foi nomeado procurador fiscal interino do Tesouro do Estado e em 1899 foi eleito membro da Diretoria do Montepio Estadual, visto que nunca se desligou da Igreja Católica completamente. Elegeu-se Deputado Provincial, fez parte do Conselho da Intendência e em 1891 da Assembléia Constituinte, já sob o regime republicano. Foi membro de vários núcleos de sociabilidade promovidos pela intelectualidade sergipana, a exemplo da Sociedade Aracajuana de

Beneficência, Sociedade de Amparo das Famílias, Filarmônica Santa Cecília, Montepio dos Artistas de Aracaju, Gabinete Literário de Maruim e Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Da cidade de Estância, outro importante centro econômico de Sergipe d'El Rey, saiu um agente que deixou importante marca no percurso da instrução pública sergipana. Trata-se de Manuel Luiz Azevedo de Araújo, responsável pela implantação do Atheneu Sergipense em 1871. Filho do casal português Antonio de Araújo Pimenta e Ignez de Azevedo Araújo, nasceu em 1838. Aos vinte e dois anos recebeu o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife e logo depois foi nomeado promotor público da comarca de Itabaiana passando, no mesmo ano, para o posto de juiz municipal e de órfãos. Nesta função ficou até 1865, quando retornou para Laranjeiras onde se dedicou à advocacia.

Foi quando se mudou para Aracaju, alguns anos depois, que sua trajetória de vida ligou-se definitivamente à instrução da mocidade sergipana. Nesta passagem exerceu o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública entre os anos de 1870 e 1875, período que coincide com seu mandato de Deputado Provincial em duas legislaturas (já havia sido eleito também para o biênio 1862-1863). Esta dupla ocupação de espaços políticos tão importantes deve ter contribuído muito para o sucesso do Atheneu. Além destas atuações, também foi Diretor da Biblioteca Provincial e do Asilo das órfãs de Nossa Senhora da Pureza, Delegado Especial da Instrução Pública da Corte em Sergipe, Diretor da Sociedade Propagadora da Instrução em Sergipe, professor gratuito da cadeira de História do Brasil do curso noturno instituído pela Sociedade Emancipadora 25 de Março e sócio honorário da Associação Comercial do Aracaju.

A experiência acumulada nesse período foi sem dúvida de grande valia quando transferiu sua residência para Salvador. Lá, voltou a advogar, mas logo tornou a ocupar espaços na vida política. Em 1876 foi nomeado Oficial Maior da Secretaria da Assembléia Provincial. Pouco depois foi encarregado pelo governo da província da revisão do Regulamento da Instrução Pública. Também foi Agente Auxiliar do Arquivo Público do Império. Tanto em Sergipe como na Bahia foi um prolífico publicista, defendendo constantemente a perspectiva sobre a instrução pública de seu grupo político. A temporada na Bahia foi de consagração de sua atuação intelectual, mas também foi onde vivenciou a tragédia da perda de um filho, morto por afogamento. Este

fato teria lhe provocado forte comoção, ao ponto de ser considerado o principal motivo de seu falecimento em 1883, já de volta a Aracaju.

De Aracaju, que ocupa a terceira colocação no que se refere a locais de nascimento, pode-se destacar o filho de Codolino Jardim Fontes e Maria da Glória Brito Fontes, Floduardo de Brito Fontes, que nasceu na capital sergipana, como vários outros já citados neste estudo, em 1892. Floduardo seguiu uma trajetória de formação também já exposta aqui: a vida sacerdotal. Consta que fez o curso de Humanidades no Seminário de Maceió, local no qual iniciou os estudos em Ciências Eclesiásticas concluídos no Seminário de Aracaju, quando de sua criação. No final de 1914 estava ordenado presbítero. A partir daquele evento deu início à trajetória comum a um sacerdote: peregrinou por diversas localidades.

Em 1915, recém-ordenado, foi vice-reitor e professor de algumas disciplinas no Seminário Diocesano em Aracaju e no ano seguinte vigário da paróquia. Em 1917 foi removido para Gararu e retornou à capital sergipana em 1918, agora como promotor do Bispado, Diretor Espiritual do Seminário e lente de Teologia Moral, Direito Canônico e Filosofia do mesmo seminário em que fora aluno. É bem perceptível como Floduardo foi hábil em ocupar postos estratégicos na hierarquia da Igreja. Além das atividades já descritas foi vice-diretor diocesano do Apostolado, secretário da Obra da Boa Imprensa, diretor da Obra da Entronização do Sagrado Coração de Jesus no Bispado e redator-chefe do jornal Cruzada, importante órgão de comunicação da Diocese.

Sua escalada como agente da Igreja Católica parece não ter sido mais exitosa devido a problemas de saúde enfrentados por ele. Problemas que o levaram em 1921 a deixar os cargos que então ocupava para aceitar o retorno à paróquia de Gararu. Lá permaneceu durante dois anos, depois removido para Nossa Senhora das Dores, de onde voltou para Aracaju local em que faleceu em 1929, aos trinta e sete anos.

Era membro do clero católico também um dos casos que ilustram os intelectuais oriundos da antiga capital de Sergipe, São Cristóvão. Trata-se de José Pacífico de Sales, que nasceu em 1809, filho de Manuel Ciríaco de Sales e Maria Rosa de São José Sales. Não é clara a forma como se deu sua primeira instrução. Talvez tenha sido no modelo doméstico, talvez tenha frequentado alguma aula pública existente na

cidade. Pode ter estudado com algum padre em ambos os casos, inclusive algum parente intrafamiliar. Certo é que em 1827 entrou para o convento da Ordem de São Francisco na Bahia. Concluiu o curso em 1834 e foi nomeado professor da cadeira de Teologia Moral para a turma seguinte do mesmo curso.

Esta passagem foi breve. Sua carreira foi desenvolvida quase toda em sua cidade natal na qual, no início de 1835, celebrou sua primeira missa na igreja do Rosário, já conhecido como frei José de Santa Cecília. Agente reconhecido em seu meio, em 1840 foi nomeado presidente do convento de São Cristóvão, cargo em que continuou por eleição em 1841 e para o qual foi reeleito em 1843. No ano seguinte foi eleito guardião do convento da cidade do Penedo, província de Alagoas, onde lecionou Latim. Em 1849, de volta a Sergipe, ensinou alguns Preparatórios em Laranjeiras. Em 1850 retornou ao convento de São Cristóvão, onde faleceu nove anos depois.

Geminiano Paes de Azevedo, outro são-cristovense, seguiu caminho diverso dos dois casos citados anteriormente. Nascido em 1837, filho de Manoel Paes de Azevedo e Josefa Narcisa Gomes de Azevedo, fez o curso de Humanidades no colégio do Padre José Gonçalves Barroso, onde tantos outros também estudaram. Concluída esta etapa, iniciou sua carreira pública em 1855. Primeiro como escriturário da secretaria da Assembléia Provincial, lugar que ocupou até 1863. Depois disto adotou o ofício docente, ocupação com a qual passaria à posteridade. Foi particular e diretor de um colégio que fundou em Aracaju. Antes desta empreitada já havia sido lente das cadeiras de Francês, Geografia e História, entre os anos de 1862 e 1864, no Liceu público gratuito, criado pelo governo provincial. Do mesmo modo foi lente de Francês do curso público noturno.

O lugar social que soube construir e ocupar deve ter sido determinante ao ser provido na cadeira de Francês do Atheneu Sergipense quando de sua implantação. Fazer parte do quadro docente daquela instituição de ensino foi o ponto alto de sua atuação como professor, ocupação que exerceu até 1909, quando foi jubulado. Chegou a ser diretor do Atheneu entre 1898 e 1901. Deixou esta função por vontade própria, ao se demitir após um desentendimento com o presidente do Estado. Foi também professor de Francês da Escola Normal durante o ano de 1882, membro efetivo do Conselho Superior da

Instrução Pública, jornalista e poeta. Passou toda a vida em Sergipe até falecer em Aracaju em 1915.

Como dito anteriormente, não obstante a alta concentração nas quatro localidades já mencionadas, há uma grande dispersão no quesito origens deste grupo de intelectuais sergipanos que atuaram como professores durante um curto ou longo espaço de tempo de suas trajetórias de vida. Esta constatação pode muito provavelmente ser estendida a um conjunto maior de intelectuais e não apenas a este pequeno extrato selecionado para fins desta pesquisa. As localidades com maior desenvolvimento certamente concentram a maior taxa de pessoas com altas formações, mas nos rincões da província famílias diversas conseguiram lançar mão de estratégias variadas para garantir os estudos de seus filhos e eles, a partir desta ferramenta primeva, souberam construir as relações que lhes possibilitaram ocupar lugares de destaque social.

Nossa Senhora da Imperatriz de Campos, como era denominada anteriormente a cidade de Tobias Barreto, está no meio termo desta situação contando com cinco menções. Não era uma das cidades mais afastadas do poder central, mas também não alcançou o mesmo status de uma Laranjeiras ou Estância. Mas foi de lá que saíram agentes como aquele cuja a nova denominação da localidade homenageia e outros casos, a exemplo do filho de Antonio José de Montalvão e Maria José de Nazareth, Joaquim José de Montalvão.

Joaquim José era irmão de outro biografado já mencionado neste estudo, Manuel Joaquim de Oliveira Campos, e com ele partilha de uma série de características. Ao que tudo indica, seus pais não possuíam grande capital econômico. Os filhos do casal procuram percorrer os meios possíveis aos pertencentes a este estrato médio urbano do período. Como visto, Manuel Joaquim fez uso de sua parca formação para atuar como professor desde muito jovem. Isto lhe possibilitou outros caminhos de vida, como tentar a carreira sacerdotal e ter sido eleito Deputado após aposentar-se da ocupação docente. Joaquim José parece ter experimentado tempos um pouco melhores. Estudou Humanidades em São Cristóvão e logo depois de concluída esta etapa formativa tornou-se professor primário em Campos. Consta que atuou como professor ininterruptamente entre os anos de 1858 a 1882. Depois disso ocupou-se da homeopatia até falecer em sua cidade natal em 1901.

Na Vila de Campos pode-se encontrar ainda outro Montalvão, provavelmente aparentado àquele, que compartilha não apenas o sobrenome e a cidade de nascimento. Trata-se de Raphael Archanjo de Montalvão. Nascido em 1854, ao que parece seus pais (José Esteves de Montalvão e Anna Manoela do Rosário) também não dispunham de condições econômicas superiores. Assim, Raphael Archanjo estudou em Lagarto as primeiras letras e Francês e com esta formação assumiu, como substituto, a cadeira do Ensino Primário daquela cidade em 1872.

É possível que ele tenha tido um bom aproveitamento escolar, que seu professor tenha percebido nele os traços do que se acredita ser a vocação docente. É plausível ainda acreditar que sua família, apesar de não ser uma das mais destacadas no critério econômico, tenha construído uma boa rede de sociabilidade que permitia encontrar espaços a serem ocupados por seus filhos. Fato é que em 1875 Raphael era professor efetivo em Riachão. A docência foi sua ocupação principal durante quase toda a vida, lecionou em várias localidades, foi parte do corpo docente do Atheneu Sergipense durante um tempo e jubizou-se em 1890 quando atuava em Itabaiana. Ter sido professor durante tantos anos lhe permitiu outras possibilidades após a aposentadoria e o novo regime político iniciado em 1889 lhe foi bastante propício. Foi eleito Deputado pela primeira vez em 1892. E novamente em 1902, 1907, 1912 e 1916. Foi nomeado Promotor Público da Comarca de Simão Dias em 1917 e no ano seguinte, na mesma cidade, exator, cargo que ocupou até 1923.

Cidades que ostentaram durante muito tempo o título de importantes centros econômicos e políticos sergipanos e depois decaíram também figuram nesta relação. Este é o caso, por exemplo, de Propriá, lugar de famílias renomadas, onde nasceram seis dos biografados aqui localizados. Um deles foi o filho de José Pedro Ferrão de Argolo e Emília Cavalcanti de Albuquerque de Argolo, que nasceu em 1889, já no apagar das luzes do século XIX e também do regime monárquico brasileiro, Ascendino Xavier Ferrão de Argolo.

Sua formação escolar não se deu em terras sergipanas. Por proximidade geográfica e, possivelmente, por laços familiares, o curso Primário foi feito na cidade alagoana de Penedo e na capital da Bahia. No Liceu Alagoano fez os preparatórios. Em 1907 entrou para a Faculdade de Direito do Recife, de onde saiu bacharel em 1911. Retornou para Propriá, iniciou a vida profissional advogando, mas também fundou e

dirigiu durante 1912 o Instituto 24 de outubro, onde lecionou línguas e ciências. Intelectual renomado em seu tempo, foi Inspetor Geral do Ensino e membro do Conselho Superior da Instrução do Estado. Também ministrou palestras e escreveu diversos textos sobre a questão do ensino em Sergipe.

Como já apontado nesta pesquisa, o ofício docente no século XIX sergipano era uma possibilidade para sujeitos das mais diferentes origens e posições sociais. Não foi um lugar ocupado apenas por pessoas que não tinham outras expectativas de vida, nem tão pouco objeto de desprezo dos oriundos das famílias de maiores posses e que tiveram acesso a formas mais elevadas de formação. Isto pode ser mais uma vez ilustrado com o exemplo de outro nascido em Propriá. Teotônio Felix da Costa, filho de Felix José da Costa e Delfina da Conceição Costa, nasceu em 1847 e faleceu na Vila de Aquidabã em 1896. Sua formação escolar inicial não foi encontrada, mas foi aluno da Escola Normal de Aracaju. Não chegou a concluir o curso, o que era relativamente comum. Não obstante a formação incompleta, atuou desde 1867 como professor público de ensino elementar em Nossa Senhora das Dores, Pacatuba, Gararu e Aquidabã, onde estava quando foi aposentado em 1894.

Exemplifica também a diversidade de relações entre a chamada elite letrada sergipana e o ofício docente o caso de Francisco Monteiro Filho, nascido em 1866. Sua família era de Itabaianinha, localidade referenciada três vezes no grupo aqui destacado. Seus pais, Francisco Monteiro da Carvalho Filho e Ana Joaquina de Carvalho Silveira, enviaram o filho para realizar os estudos primários e alguns preparatórios em Estância. Ser professor, ao que parece, não foi a primeira opção de Francisco Monteiro. Com os estudos que realizou, foi ser comerciante na Bahia, entre 1886 e 1890. Depois caixeiro viajante. Guarda-livros em Estância em 1896 e em Aracaju entre 1897 e 1900.

A virada de século foi positiva para ele, uma vez que em 1901 foi adjunto de promotor público na capital sergipana e no mesmo ano eleito intendente municipal, cargo que renunciou em 1903 por ter sido nomeado exator da cidade de Maruim, onde permaneceu até 1909. Parece

que a vida no comércio lhe possibilitou criar uma boa rede de sociabilidade que resultou em melhores posições sociais. Isto fica mais evidente ao se saber que foi eleito Deputado Estadual nas legislaturas de 1903 a 1909 e na de 1912-1913. Este último mandato não foi completado em virtude da sua nomeação para lente vitalício de Moral e Instrução Cívica do Atheneu Sergipense, algo que sem dúvida representava um grande reconhecimento como intelectual.

Para encerrar esta exposição de casos, é bastante frutífera a análise biográfica de Sebastião Pinto de Carvalho. Natural de Maruim, que conta com cinco menções no extrato aqui analisado. A cidade era outro importante centro sergipano que decaiu ao longo do século XIX, principalmente após a transferência da capital para Aracaju e a consequente mudança do porto para exportação de produtos como o açúcar. Filho de José Pinto de Carvalho e Anna Aguiar Pinto, Sebastião Pinto de Carvalho nasceu em 1827 e foi contemporâneo dos tempos áureos de sua cidade natal. Seus pais tinham plenas condições, por exemplo, para enviá-lo a estudar em Coimbra em 1840.

Quando mal havia começado o curso de Direito teve que retornar ao Brasil por conta do movimento revolucionário de Lisboa em 1846. Superado este evento, para lá retornou e bacharelou-se em 1850. Ao regressar a Maruim, logo foi eleito Deputado provincial para a legislatura de 1852-1853, o que demonstra o poder político familiar. Mas não permaneceu muito tempo em Sergipe. Em 1854 mudou-se para a Bahia, onde passou o resto da vida. Uma vez lá, dedicou-se à advocacia e ao magistério. Na Bahia também foi eleito na legislatura de 1855-1856 da Assembléia Provincial.

Como professor, foi primeiro lente de Filosofia do Liceu da Bahia, em cuja cadeira se aposentou. Nesta mesma instituição também lecionou Direito Mercantil e foi seu diretor em julho de 1859. Criada a Faculdade Livre de Direito foi aproveitado para o ensino de Direito Comercial e ocupou por algum tempo a direção daquela instituição. Sebastião Pinto de Carvalho faleceu na Ilha de Itaparica, no final de 1899. O estudo de sua trajetória serve para ilustrar não apenas as origens de nascimento do conjunto de intelectuais aqui retratados, mas também faz perceber outra característica bastante comum deste grupo: os constantes deslocamentos, dentro do território sergipano, brasileiro e mesmo no exterior, para estudos e a trabalho.

3.3 Viajar é preciso

A questão da “exportação” de intelectuais sergipanos no século XIX já foi trabalhada em vários estudos. Durante muitos anos prevaleceu a tese de que Sergipe se constituía em uma província sem vida acadêmica, uma vez que os sujeitos que adquiriam altas formações disponíveis em seu tempo partiam para outras localidades em busca de melhores colocações sociais. O trabalho já citado de Eugênia Andrade Vieira da Silva, que analisou a biografia de dezenas desses agentes, mostrou que a realidade era um tanto distinta. Segundo a autora, a maioria daqueles homens, feitos os estudos fora (quando iam para alguma das faculdades ou academias), ou tendo realizado os estudos secundários em terras sergipanas, aqui permaneciam ou retornavam.

Para o caso do extrato aqui trabalhado, ou seja, os membros daquela elite letrada que atuaram como docentes, os dados indicam que a situação não estava em nenhum dos extremos. Foi possível identificar a localidade em que faleceram cento e seis dos cento e trinta e um agentes analisados. Quando no território sergipano, vinte e nove faleceram em Aracaju e onze distribuídos em outras localidades. Fora de Sergipe, o local mais citado é a antiga capital do Brasil, o município neutro do Rio de Janeiro, com trinta e duas menções. Os demais se dividem em cidades do atual nordeste brasileiro, com destaque para Salvador, mas também Maceió, João Pessoa, Recife. Aparecem na lista a cidade de São Paulo e outras do interior da província paulista. Localidades mais ao sul e ao norte do Brasil também figuram nesta relação.

Embora o dado “local de morte” não seja suficiente para analisar a permanência ou não dos intelectuais em território sergipano, esta informação levou ao questionamento acerca dos lugares geográficos de formação e atuação daqueles sujeitos. Neste aspecto, percebe-se que uma característica marcante daquela elite letrada era o deslocamento geográfico. Fosse para realizar estudos, iniciar a vida profissional ou se estabelecer, viajar era preciso. O índice de deslocamentos variava. Alguns poucas vezes, quase sempre para estudar, outros estavam em constante movimento até enfim se estabelecer depois de atingir um nível de reconhecimento na burocracia da época. Indivíduos com as mais distintas origens familiares e geográficas, com tipos de formação variados, comungam desta variante.

QUADRO V: Locais de falecimento dos sergipanos biografados por Armindo Cordeiro Guaraná destacados para o presente estudo

Localidade de falecimento	Qtd
Aquidabã	1
Aracaju	29
Bahia	1
Brotas/SP	1
Campos	1
Casa Branca	1
Caxias/RS	1
Colatina	1
Estância	2
Feira de Santana	1
Ilha de Itaparica/BA	1
João Pessoa	1
Lagarto	1
Laranjeiras	2
Maceió	4
Manaus	2
Maruim	1
Muritiba/ BA	1
Niterói	1
Paris	1
Piracicaba/SP	1
Porto Alegre	1
Propriá	1
Recife	4
Rio de Janeiro	32
S. Carlos Pinhal	1
S. Cristovão	2
Salvador	4
Santos	2
São Paulo	4
Não identificado	25

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados do **Dicionário Biobibliográfico Sergipano** de Armindo Cordeiro Guaraná

A análise dessa variável fez pensar, em um primeiro momento, que o deslocamento em busca de melhor colocação social, prestígio político, ou reconhecimento funcional era um traço mais comum àqueles que não descendiam de famílias tradicionais. A comparação entre as biografias fez esta primeira impressão cair por terra. Veja-se o caso de Antonio Nobre de Almeida Castro. Ele era descendente pela linha materna da família Carneiro Leão de Minas Gerais, que teve como um de seus membros mais destacados Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná. Antonio Nobre nasceu em Laranjeiras em 1822, na propriedade da família, o engenho Cambão, filho de Manuel Francisco da Cunha Nobre e Maria Joaquina de Leão e Castro Nobre. Sua morte em Paris no ano de 1862 pode causar uma percepção equivocada de sua trajetória de vida.

Formado em Direito pela Academia Jurídica de Olinda em 1848, iniciou a vida pública sendo promotor em Recife. Nesta função passou pouco tempo. Trocou a promotoria pelo cargo de lente de Geografia e História do Liceu Pernambucano. Nesta instituição chegou a ser diretor e foi professor interino de Retórica. Interinamente foi também procurador fiscal da Tesouraria Geral da Fazenda em 1852 e 1854. Em Sergipe, foi juiz municipal e de órfãos em Capela em 1856 e 1859. Em sua província natal também fez carreira política. A partir de 1852 foi eleito seis vezes consecutivas Deputado provincial. Não obstante sua formação e o prestígio familiar, construiu em Sergipe quase toda sua trajetória, deslocando-se pouco pelo território brasileiro. Faleceu em Paris porque para lá viajou seguindo recomendações médicas.

Neste mesmo conjunto de intelectuais que pouco se deslocaram pode ser incluído o caso do filho de Antonio Joaquim Corrêa e Beliza Corrêa Cotias, Josino Corrêa Cotias. Natural de Estância, nasceu em 1850 e formou-se médico, farmacêutico e cirurgião dentista pela Faculdade da Bahia. Diferentemente de Antonio Nobre, Josino Corrêa viajou para estudar e não retornou para Sergipe. Também não se deslocou para outro lugar que não a Bahia. Lá mesmo seguiu carreira. Além da atuação em suas áreas de formação, a docência foi uma ocupação com a qual ele manteve contato constante. Primeiro foi preparador e depois aprovado em 2º lugar para adjunto da cadeira de Física Médica da mesma Faculdade em que se formara. Lecionou também História Natural, Medicina Legal e Higiene no Instituto Oficial do Ensino Secundário do Estado da Bahia, já sob o novo regime político. Lente no Ginásio e na Escola Comercial em Salvador, ministrou ainda Francês, Geografia e História em diversos colégios.

Outro que uma vez viajando para a Bahia para fins de estudos não retornou a Sergipe foi Oséas Alves dos Santos. Filho de Manoel José dos Santos e Margarida Rosa dos Santos, nasceu em Maruim em 1867 e aos quatorze anos partiu para Salvador estudar na Academia de Belas Artes. Formado passou a trabalhar no comércio local por um breve período até se dedicar ao ofício de formação: a pintura. Além dos trabalhos particulares, foi professor da área na Academia de Belas Artes. A mudança para o regime republicano lhe possibilitou novas posições. Em 1895 foi nomeado professor de Desenho do Instituto Normal da Bahia. Acumulou a função docente na Escola Normal e na Academia, da qual chegou a ser vice-diretor.

Luiz Barbosa Madureira Freire é outro que formado em Medicina não apresenta grandes deslocamentos geográficos em sua trajetória de vida. Talvez por conta de ter falecido jovem, aos trinta anos. Não obstante, quando de seu falecimento parecia estar bem encaminhado no Rio de Janeiro. Após estudar os preparatórios em Aracaju, o filho do casal Francisco da Silva Freire e Maria Accioli de Madureira Freire, que nasceu em Maruim em 1862, partiu primeiro para a capital federal e depois para a Bahia para cursar a faculdade, que concluiu em 1887.

Sua experiência como professor foi durante a fase em que era aluno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Esteve lá pelo espaço de um ano, que lhe garantiu o título de farmacêutico. Possivelmente para complementar a renda de estudante, lecionou Francês em um colégio particular. Não retornou a este ofício depois. Quando formado, retornou para o Rio de Janeiro, onde clinicou no Engenho de Dentro e no Encantado e foi Inspetor Extraordinário de Higiene. É possível que tivesse construído toda a sua vida nesta localidade.

Como afirmado anteriormente, o fato de se estabelecer em diferentes localidades ao longo da vida era uma característica que independia da situação familiar e da formação. Já foi visto o caso de um desses intelectuais que mesmo sendo oriundo de uma família de renome nacional acabou se fixando em Sergipe. Outro caso ilustra o contrário disto. Trata-se de Joaquim Marcolino Brito, que nasceu em Laranjeiras em 1853. Seu pai, o carioca Luiz Barbosa Acioli de Brito, que casou com a sergipana Cândida Madureira Acioli de Brito, aposentou-se no posto de ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Seu avô paterno, o baiano Joaquim Marcelino de Brito, também foi ministro do Supremo Tribunal de Justiça e Conselheiro do Império.

Joaquim Marcolino não seguiu a carreira do Direito. Mesmo tendo sido aluno da Faculdade de Direito de São Paulo até o terceiro ano, acabou optando por outra formação tradicional em sua família. Como seu tio Joaquim Marcelino de Brito, formou-se em Medicina. Os Preparatórios fez na terra natal, a faculdade no Rio de Janeiro, para onde partiu em 1871 e recebeu o grau de doutor em 1878. Uma vez formado, foi construir a vida na província de São Paulo. Começou sua carreira médica em Jaú, onde (possivelmente com a interferência do poder familiar) chegou a ser promotor público interino.

Ao que parece a advocacia não estava mesmo em seus planos. Ou por não ter alcançado êxito com a clínica particular, ou por tentar uma melhor colocação em uma localidade mais significativa à época, fato é que já em 1879 prestou concurso, e foi aprovado, para a cadeira de Física e Química do Colégio Pedro II. E seguiu no ofício docente por algum tempo, atuando inclusive no magistério particular. Em 1883, quando era adjunto da cadeira de Moléstias de Crianças na Faculdade em que se formara, foi aprovado para o posto de lente da mesma cadeira.

O advento da República no Brasil lhe trouxe novas possibilidades. Sob o novo regime foi nomeado pelo governo federal, em 1890, Comissário de Higiene e Assistência Pública do Distrito Federal. Quando da revolta de 1898, foi designado Major Cirurgião e chefiou comissões em Niterói, Ilha das Enxadas e São Cristóvão. Por tais serviços, o marechal Floriano Peixoto lhe concedeu a honraria de Coronel Médico de 2ª Classe do Exército Brasileiro. Como se pode ver, a decisão de ter trocado Sergipe e São Paulo para se estabelecer no Rio de Janeiro lhe foi muito auspiciosa.

Nem todos fizeram escolhas políticas que lhes foram positivas. José Egídio da Fonseca é um bom exemplo disso. O filho de Caetano da Fonseca Pinto e Josefa Maria da Conceição Pinto, nasceu na Estância em 1856. Não parece ter disposto das melhores condições materiais para estudar. Aos vinte e seis anos partiu para a Bahia, onde permaneceu pouco tempo. De lá foi para Maceió, onde foi aluno do Liceu de Artes e Ofícios. Nesta instituição atuou como lente gratuito de Aritmética. A docência não estava em seus planos futuros. Formado, assumiu em 1892 o posto de escriturário da Intendência em Maceió.

Possivelmente esta nomeação teve relação direta com seus contatos na política local. José Egídio fez parte do grupo que defendeu a abolição e a instalação da República no Brasil. Se por um lado estas relações lhe abriram portas em um primeiro momento,

significavam também que pequenas mudanças no frágil equilíbrio da política local poderiam lhe trazer prejuízos. E foi isto que ocorreu. Não pode permanecer em Maceió e deu início a uma peregrinação que o levou de volta às terras sergipanas. Passou primeiro por Penedo, ainda em Alagoas, depois Propriá, Aracaju e retornou a Maruim, onde faleceu no Hospital de Caridade em 1906.

Enquanto alguns em seus deslocamentos, como José Egídio, passaram brevemente pelo ofício docente, outros fizeram desta ocupação seu principal meio de atuação onde se estabeleceram. Veja-se, por exemplo, as escolhas efetuadas por Armando de Araújo Cintra Vidal. Nascido em Laranjeiras no ano de 1839, o filho do casal Joaquim de Araújo Cintra Vidal e Adriana de Araújo Cintra Vidal partiu jovem para o Rio de Janeiro. Foi para a Capital Federal estudar na então denominada Escola Central, depois Politécnica. Mas não concluiu o curso, ficou apenas um ano. Encontrou lugar no magistério público e nele permaneceu por toda vida.

Primeiro, em 1861, foi nomeado adjunto das escolas públicas do município neutro. Em 1868 passou a professor efetivo do ensino primário da freguesia de Inhaúma, em cuja cadeira se jubilou em 1885. Sua relação com a vida escolar foi um pouco além do ser professor. Seu breve período na Escola Central parece não ter sido de todo em vão, uma vez que em 1889 Armando Cintra registrou um novo tipo de carteiras para uso nas escolas a que denominou “Aparelho Mecânico Armando”. Sua invenção acabou aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública da Corte e foi adotada nas aulas do curso elementar.

Nem todos procuraram na Capital Federal as condições para se estabelecer na vida. Sisínio Ribeiro Pontes, por exemplo, escolheu outro local para se fixar. O filho de Manuel Ribeiro Pontes e Anna Joaquina de São José nasceu em 1851 na vila de Santo Amaro. Sua família teve condições de enviá-lo a estudos para Salvador. Não para um dos cursos mais concorridos e prestigiados. Coursou Farmácia e se formou em 1869. Com esta formação retornou para Sergipe, atuou em Aracaju e acumulou o capital necessário para uma nova empreitada.

Retornou à Faculdade de Medicina da Bahia, agora para se formar médico. Recebeu o grau de doutor em 1880 e partiu para novas paragens. Entrou para o Corpo de Saúde do Exército no posto de 2º cirurgião. Serviu durante seis anos até que, em 1888,

quando se achava na guarnição de Minas Gerais, obteve demissão do serviço militar. A esta altura, Sisínio Pontes já havia conquistado reconhecimento no campo intelectual e atuava em outras frentes. Quando ainda no Exército, foi Inspetor da Higiene em Minas Gerais. Ocupou este posto até 1887.

Não obstante estas ocupações, seu projeto de vida incorporou de fato o ofício docente. Na Escola de Farmácia de Ouro Preto e na Escola de Odontologia de Belo Horizonte foi professor por mais de vinte anos. Mesmo após declarar aposentadoria, retornou à sala de aula em 1912. Desta vez para assumir a cadeira de Física daquela Escola de sua formação em Ouro Preto. O retorno foi breve, uma vez que em menos de um ano encerrou de fato suas atividades. O Rio de Janeiro entrou em sua biografia apenas como o local em que faleceu, em 1918.

A trajetória de José Paes Azevedo Melo também ilustra as diversas possibilidades na busca dos intelectuais sergipanos do século XIX por reconhecimento ao se deslocar pelo território. Sua biografia aponta apenas o nome de sua mãe, Maria Josepha Paula de Sant'Anna, o que pode indicar que a situação material familiar não era das mais privilegiadas. Talvez por isso, quando tinha dezessete anos, José Paes saiu da vila do Rosário, onde nasceu em 1851, e partiu para a Bahia estudar no Seminário de Salvador. Seguir a carreira sacerdotal representaria uma maior segurança para um jovem de família pobre.

No Seminário teve acesso à formação em Geologia e fez o curso de Preparatórios. Em 1875 transferiu-se para o Ceará, onde após um ano mais de estudos foi ordenado presbítero. Ordenado, retornou para a Bahia para iniciar seus trabalhos como sacerdote. Possivelmente em Salvador já havia construído uma reputação que lhe possibilitaria ascender na hierarquia católica. Isto se evidencia pelo fato de logo ter sido nomeado coadjutor da freguesia do Rosário do Catete. Nesta função permaneceu até 1879, quando foi chamado pelo Arcebispo da Bahia para assumir o cargo de vice-reitor do seminário de preparatórios, chegando em 1887 à condição de reitor. Nessa instituição foi professor de Francês e Português. Foi Comendador da Ordem de Cristo, redator do periódico **Monitor Católico** e faleceu em Feira de Santana no ano de 1890.

A escolha por determinadas áreas de atuação constitui item muito relevante quando se observa a característica do deslocamento geográfico dos membros da elite sergipana oitocentista. Seguir a carreira sacerdotal implicava, sem dúvida, neste constante

mudar-se, tanto para se formar quanto para se firmar naquele concorrido mercado da fé. Tal qual José Paes Azevedo Melo, Marcolino Pacheco do Amaral também seguiu esta trajetória e apresenta pontos bastante semelhantes com o agente antes citado e outros bem distintos.

Diferentemente do anterior, Marcolino Pacheco do Amaral parece ter gozado de melhores condições materiais na efetivação de suas escolhas. Seu pai, Manuel Pacheco do Amaral Miranda casado com Rosa de Oliveira Amaral, era comerciante na cidade de Propriá, importante centro comercial sergipano no século XIX. Marcolino nasceu em 1845 e aos treze anos mudou-se para Olinda, onde foi estudar no externato do Seminário Episcopal. Esta decisão não foi aleatória. Naquela instituição ocupava lugar de prestígio seu tio, Frei Antonio de São Camilo de Lelis.

Em 1863 Marcolino Pacheco tornou-se aluno do curso de Teologia daquele Seminário. Três anos depois rumou para Salvador, onde concluiu os estudos e foi ordenado presbítero. Retornou para Olinda. Uma vez lá, passou a trabalhar no colégio São Francisco que estava sob a direção de seu tio. Foi censor e capelão do Ginásio Pernambucano e cônego da Sé de Olinda. Sua ascensão na hierarquia clerical se completou com a nomeação para ser professor de Geografia, Corografia e Francês do Seminário no qual havia sido aluno.

Por algum motivo não muito claro, em 1873 renunciou a todas estas funções que exercia e passou a dedicar-se à vida paroquial. Por treze anos circulou por diversas localidades do interior de Pernambuco, a exemplo de Bom Jardim, Afogados, Vitória e Bom Conselho. Em 1886 retornou para o Seminário de Olinda. Agora seria professor de Teologia Moral. Ocupou a função de reitor da instituição por algum tempo também. Sua escalada culminou com a nomeação em 1900 para vigário geral do bispado, posto que ocupou até falecer em 1913 no Asilo da Tamarineira de que era capelão.

Se para uns o deslocamento pelo território brasileiro deveu-se à busca por formação, ou por mera imposição da vida profissional, outros intelectuais sergipanos do século XIX apresentam um grau mais elevado de peregrinação. Nestes casos, permanece a característica da multiplicidade de origens sociais e tipos de formação. São exemplos que tornam mais evidente o fato de que viajar, conhecer e fazer-se conhecer, constituíam uma realidade para aqueles sujeitos. Uns mais que outros aventuraram-se mais neste quesito.

Ernesto Pinto Lobão Cedro nasceu em 1836 em Itabaiana e faleceu em 1903 em Niterói. Neste percurso de vida, o filho de Antonio Correia de Araújo Cedro e Inácia Lobão Cedro, que terminou seus dias como desembargador, fez uma longa peregrinação. O ofício

docente foi sua porta de entrada para a vida pública. Era professor primário em sua cidade natal quando lançou mão de um artifício muito comum à época: obteve licença para cursar umas das faculdades. Assim, em 1857 estava matriculado na Faculdade de Medicina da Bahia. Por motivo desconhecido, optou por mudar-se novamente. De cidade e de formação. Partiu para Recife onde foi estudar Direito.

Diplomado em 1863, suas viagens estavam apenas começando. Regressou para Sergipe, mas não para o magistério, outra prática bastante comum. Estabeleceu-se primeiro como advogado em Maruim. Depois, entre 1868-1869, foi promotor de Lagarto e Laranjeiras. Após este período, alçou voos maiores. Entre 1871-1873 foi juiz municipal em São João do Príncipe, província do Rio de Janeiro. De lá partiu para Atalaia, em Alagoas, onde foi Juiz de Direito. Ficou pouco tempo. Passou a Itajaí, em Santa Catarina. Voltou para São João do Príncipe, no Rio de Janeiro. Itapemirim, no Espírito Santo. Cantagalo, São João Marcos e Niterói, no Rio de Janeiro. Já sob o novo regime político, foi nomeado desembargador do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro.

As constantes mudanças de endereço também podiam ser uma característica familiar, seguida ou não depois nas trajetórias individuais. Ilustra essa situação o caso de Augusto Álvaro de Carvalho Aranha. Quando ainda criança, seu pai, Manoel Antonino de Carvalho Aranha, casado com Maria Brasilina Fontes de Carvalho Aranha, era funcionário da alfandega e constantemente remanejado para diferentes localidades. Viajar pelo país era algo de Augusto Álvaro conhecia, então, desde cedo.

Natural de Aracaju, onde nasceu em 1876, teve sua formação escolar iniciada na educação doméstica: aprendeu com a mãe os rudimentos da língua portuguesa. Depois, frequentou escolas de diferentes professores, nos diferentes lugares em que esteve acompanhando seu pai. Em 1883 estava no Maranhão. De lá foi para o Pará e depois Pernambuco, onde começou o curso de preparatórios. Estes foram concluídos em São Paulo em 1895. A possibilidade de cursar uma faculdade poderia lhe garantir alguma estabilidade, ainda que breve. De fato, em 1897 tornou-se aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, de onde saiu bacharel em 1901.

Ser professor foi uma alternativa durante seu período como acadêmico, possivelmente como medida de subsistência. Ministrou aulas de diferentes matérias em diversos estabelecimentos escolares na capital paulista. Finda a etapa de estudos, não prosseguiu no ofício docente. Em 1904 foi nomeado promotor público da Comarca de

Caconde, ainda em São Paulo. Depois, em 1908, foi removido para a de Queluz e desta, em 1910, para a de Pindamonhangaba. Anos depois, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Patrocínio do Sapucaí, em 1919, removido quatro anos depois para a de segunda entrância, com sede na cidade de Descalvado. Por onde andou publicou na imprensa, além de ter se tornado sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Casos como o de Augusto Álvaro de Carvalho Aranha ilustram o fato de que a capital federal não era o único destino possível para aqueles que procuravam se estabelecer no concorrido mercado intelectual do século XIX. Nesta mesma linha, pode-se enquadrar o caso do filho de Jucundino Vicente de Souza e Maria Heitor de Souza, o estanciano Heitor de Souza. Nascido em 1871, bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife em 1890. Quando ainda era acadêmico do 4º ano, foi nomeado Promotor Público da comarca da Estância, o que pode indicar o poder político local familiar. Uma vez diplomado, conseguiu um lugar de Juiz Municipal da comarca de Caconde e de Limeira, no Estado de São Paulo.

Continuando sua ascensão nos quadros burocráticos do judiciário, em 1893 foi nomeado Juiz Substituto de Carangola e dois anos mais tarde Juiz de Direito da comarca de Campo Largo, no Estado do Paraná. Talvez por não vislumbrar nesta nova paragem as mesmas possibilidades, abriu mão do posto que ocupava e regressou a Carangola. Abriu escritório de advocacia e se tornou membro do diretório do Partido Republicano Mineiro naquele município. Novos caminhos estavam abertos. Em 1900 mudou-se para Cataguazes, também em Minas Gerais, onde advogou durante dez anos e foi eleito vereador. Esta foi sua primeira experiência em um cargo eletivo, mas não a última. Foi Deputado por Minas Gerais de 1903 a 1910.

Durante seus mandatos como Deputado, foi presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça; Redução das Leis, Justiça Civil e Criminal, Legislação e Poderes e ainda relator da Comissão Mista de Pecúlio Legal e fez parte do Tribunal Especial do Estado como representante da Câmara dos Deputados. Ao fim do último mandato já era uma figura reconhecida intelectual e politicamente. Ainda em 1910 foi nomeado Sub-Procurador Geral do Estado, cargo que ocupou até 1918. Foi neste intervalo de tempo que atou como professor. Em 1914 foi nomeado lente de Direito Internacional da Faculdade de Direito de Minas Gerais. A docência para Heitor de Souza foi, então, parte de sua consagração pública. Ainda foi eleito Deputado Federal pelo Espírito Santo na legislatura de 1918-1920, reeleito para as legislaturas de 1921-1923 e 1924-1926.

Outros viajantes tiveram trajetórias mais modestas. O filho de José Antonio da Silva e Joanna da Santa Cruz Silva, Manoel Virgílio da Silva, nasceu em Laranjeiras em 1854. Estudou primeiras letras em sua cidade natal onde também recebeu lições de Francês e Aritmética. Com estes conhecimentos adquiridos, foi professor primário durante quatro anos, ocupando a cadeira do Cabuta. Deixou o ofício docente e partiu para a Bahia. Lá trabalhou em casas comerciais e com esta renda pode financiar os Preparatórios para a Faculdade de Medicina. Não se formou médico, optou pela Odontologia. Diplomado em 1894, exerceu a clínica na Bahia, Sergipe, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, retornou à Bahia, Alagoas e finalmente no Amazonas.

Pedro Ribeiro Moreira, por sua vez, guarda em comum com Manoel Virgílio da Silva a naturalidade e a última pousada. Mas teve uma trajetória menos modesta, possivelmente por conta do melhor posicionamento social familiar. Filho de Joaquim José Ribeiro e Francisca Senhorinha do Coração de Jesus, nasceu em 1848 e aos treze anos foi enviado para a Bahia. Na capital baiana pode concluir o curso de Humanidades e em seguida o de Medicina, no qual se formou sem maiores sobressaltos em 1873.

Ao contrário de seu conterrâneo, Pedro Ribeiro dispunha de um leque de possibilidade mais variado. Tanto que rejeitou a nomeação para o cargo de cirurgião do Exército tão logo recebeu o diploma. Preferiu dedicar-se à clínica particular, o que o fez em Sergipe entre 1874-1876 e no Rio de Janeiro em 1878. Depois aceitou o posto de médico da colônia Itajaí, em Santa Catarina, e chefiou duas comissões de combate à febre amarela naquela província. Mudou-se então para o Paraná, onde, além da clínica particular, foi Diretor da Instrução Pública, professor de Direito Público do Liceu Paranaense e Secretário do Governo de 1880 a 1881.

Parece então ter tomado gosto por viagens. Ainda em 1881 entrou para o corpo consular brasileiro, como cônsul geral do Paraguai e na Alemanha com residência em Frankfurt até 1887. Regressou para a Capital Federal e foi nomeado médico da Inspetoria Geral de Colonização. Sua ascensão profissional parecia estar consolidada quando foi designado Presidente da província de Alagoas. Seu futuro tomou novos rumos junto com a política brasileira. Pedro Ribeiro Moreira tomou posse no novo cargo no mesmo dia em que a República foi proclamada.

Poderia representar o fim de uma trajetória de sucesso, mas o novo regime não parece ter representado ruptura para os membros da elite letrada. Neste caso, mesmo não

tendo ocupado um posto de destaque como o de presidente de província, foi Delegado de Higiene em São Paulo entre 1890-1894, inspetor escolar na Capital Federal em 1895 e no ano seguinte médico legista da Polícia. Em 1897 estava no Pará, onde foi médico das colônias do Estado e delegado sanitário na capital até 1905. Quando faleceu em Manaus em 1914 já estava aposentado e acabou ali por convite de um antigo companheiro de Academia, Jônathas Pedrosa, que era então governador daquele Estado.

Como já apontado aqui, as escolhas de formação funcionavam como catalizadoras para os constantes deslocamentos, caso dos sacerdotes e militares. Fato é que alguns se deslocavam mais do que outros até atingir certo grau de reconhecimento. Remígio Ribeiro Aboim é um dos exemplos desta situação. Natural de Estância, filho de Gabriel Florentino da Mota Aboim e Adelaide Josefina de Aboim, nasceu em 1872. Aos dezoito anos tornou-se cadete do 33º Batalhão de Infantaria e embarcou para o Rio de Janeiro com destino à Escola Militar, na qual se matriculou em 1891. De lá se transferiu para a instituição congênera do Ceará, onde concluiu os Preparatórios.

Promovido a Alferes em 1894, prestou serviços militares no Rio Grande do Sul. Depois partiu para a Bahia, onde se diplomou em Odontologia em 1900. Não encerrou aí sua formação. Foi aluno na Faculdade Livre de Direito do Ceará entre 1908-1912. Neste Estado teve seu contato com o ofício docente. Foi professor interino de Lógica, Francês e História no Liceu Cearense, além de diretor da Biblioteca e Arquivo Público. Ao que parece, desde sua primeira passagem pelo Ceará estabeleceu uma boa rede de sociabilidade que lhe possibilitou várias oportunidades, uma vez que lá também foi Juiz Substituto e Juiz de Direito de Fortaleza e Intendente da cidade de Maranguape.

Espera-se que tenha ficado ilustrado como a questão do deslocamento geográfico dos intelectuais sergipanos do século XIX que se envolveram de alguma forma com o ofício docente envolve questões diversas que não devem ser entendidas por meio de explicações simplistas como a procura por melhores condições materiais de existência. Pessoas de diferentes níveis sociais e trajetórias de formação lançaram mão deste artifício. Seja como for, para o extrato de biografias aqui analisados, em seus deslocamentos o ofício docente representa uma constante neste grupo, apresentando maior ou menor relevância nas escolhas de vida efetivas. Para uns ser professor foi um lugar de passagem, para outros um porto seguro.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como foco investigativo a relação entre o ofício docente e a elite letrada no Brasil do século XIX, a partir do caso da província de Sergipe d'El Rey. O objetivo principal foi identificar e analisar o lugar ocupado pela docência nas trajetórias de vida do grupo supracitado. A base de dados foi construída tendo como fonte basilar o **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**, organizado por Manoel Armino Cordeiro Guaraná. A partir desta base de informações, foi possível elaborar um estudo prosopográfico, sustentado em conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu.

A hipótese que norteou esta pesquisa consistiu no entendimento de que ao longo do século XIX o ofício docente, em seus diferentes tipos, foi um importante campo de atuação da elite letrada e esta atuação contribuiu para a configuração da profissão docente de modo decisivo, uma vez que, como se pretendeu demonstrar, mais do que qualquer outro conjunto de agentes sociais esta elite partilhava de um habitus segundo o qual a educação escolar possui um valor em si como parte dos bens simbólicos essenciais. A educação escolar era parte constituinte daqueles agentes, pode-se dizer que estava dentro deles, fazia parte de seu sistema de crenças. Produzir o professor, por meio de uma especialização criteriosa fundamentada teoricamente, nada mais é do que inculcar este sistema de crenças no qual a escola é um valor em si, um bem simbólico, algo que extrapola o significado meramente econômico. O aumento da normatização sobre o exercício da docência, efetivado no início do século XX, é visto, assim, como estratégia da qual esta elite, ocupando determinados lugares de poder, lançou mão a fim de construir a representação social da docência.

Como demonstrado, o grupo analisado apresenta capitais sociais diversos. Quando se observa elementos como locais de nascimento e origens familiares pode-se perceber que se trata de um grupo geograficamente variado e, embora não seja possível localizar sujeitos oriundos dos estratos sociais mais baixos, também não se pode dizer que esta elite letrada que exerceu o ofício docente seja constituída apenas de membros das camadas mais elevadas. Parece correto afirmar que o exercício da docência constituiu uma estratégia de construção de capital econômico e social para uns e de conversão de capital econômico em capital cultural para outros.

A abertura de escolas foi uma das estratégias utilizadas. Por meio destas instituições, era possível aplicar o capital econômico e convertê-lo em capital social e cultural, ganhando prestígio e notoriedade necessários para as disputas no campo educacional. Ser professor de uma

daquelas escolas também parece ter sido uma ferramenta importante para a construção da pertença a um determinado grupo, para a configuração do habitus daqueles sujeitos. As escolas criadas por alguns dos biografados aqui analisados serviram como espaço formativo de boa parte da elite letrada sergipana do século XIX, dos quais alguns atuaram mais tarde como professores.

Por sua vez, sair da terra natal para realizar a formação escolar em outras paragens constituía uma forma de estabelecer contato com pessoas que mais tarde poderiam ser de grande valia no percurso de vida. Era uma forma de ampliar o capital social, fortalecê-lo ou mesmo produzi-lo. É preciso ressaltar que embora sejam parte de uma minoria que teve acesso a um tipo de escolarização mais elevado (mesmo os que não chegaram a cursar uma das faculdades), estes indivíduos precisaram disputar espaços raros entre si para que o investimento em capital cultural obtivesse retorno. Ser professor era uma forma de alcançar tal objetivo.

Se por um lado o grupo analisado apresenta uma origem diversificada, é possível afirmar que a formação escolar recebida garantiu a constituição de um habitus bastante sólido. Destaque-se que o tipo de escolarização considerado aqui como imprescindível para a socialização daqueles indivíduos não se restringe apenas aos oferecidos nas faculdades, e nestas as de Direito, como é tese recorrente. Os dados levantados permitem concluir que o locus privilegiado de formação do habitus deste grupo foi o Ensino Secundário (seja o curso de Humanidade, sejam os Preparatórios), tipo de formação escolar comum a todos e que lhes garantia desde já as ferramentas necessárias para a busca de colocação social.

Com este capital cultural em mãos, muitos se tornaram funcionários públicos, professores primários, empregados do comércio, autônomos. Ressalte-se, ainda, que o conjunto daqueles que cursaram uma das faculdades não se limita ao Direito, havendo na verdade um equilíbrio entre esta formação e a dos cursos médicos. Junte-se a estes os formados em Engenharia e os que seguiram a carreira sacerdotal e pode-se perceber um mosaico bem mais diversificado, bem diferente da noção corrente do monopólio dos advogados.

Assim, é possível dizer que exerceram o ofício docente sujeitos com formações escolares, e com isso capital cultural, distintos. Desde pessoas com diplomas de médicos, de advogados, engenheiros, sacerdotes, até aqueles que possuíam apenas os chamados Preparatórios. Foram professores particulares, de primeiras letras, do ensino secundário, de seminários e até mesmo das faculdades. Alguns utilizaram a docência como mecanismo

para garantir a sobrevivência por um período breve de tempo, outros se dedicaram a ela durante toda a vida profissional. A docência lhes serviu para acumular capital econômico, social e político. Ganhar alguma ou muita notoriedade, reconhecimento social, estabelecer relações sociais importantes em suas trajetórias.

A análise do perfil dessa elite letrada que exerceu o ofício docente não permite afirmar que constitua um grupo que atuava em um campo específico e independente. Na verdade, pode-se concluir que se tratava de um grupo de agentes que atuava em diferentes frentes e que mantinha relações entre si disputando diversos espaços comuns, dentre eles o que se pode chamar de um ainda indefinido campo educacional. Trata-se de um período em que as fronteiras entre campo político, intelectual, artístico etc. não se encontravam claras, definidas.

Esta situação é compreensível quando se trata de uma província como a de Sergipe, em que se pode localizar poucas famílias que concentravam o capital político e econômico e em torno das quais outros grupos familiares gravitavam e procuravam adquirir capital cultural que as tornasse minimamente equivalentes com aquelas. O desenvolvimento do habitus, por meio da formação escolar constituía uma importante ferramenta neste sentido, bem como a atuação como professores, como guardiões do conhecimento reconhecido à época, como verdadeiros oráculos de Athena, a deusa da sabedoria na mitologia clássica.

Por fim, destaque-se que a forma como o ofício docente se apresenta no século XIX contém elementos específicos àquela época, mas guarda em sua morfologia uma série de constituintes que se sedimentaram desde a Modernidade e século XX. O jogo entre mudanças e permanências, próprio do desenvolvimento histórico, deve ser encarado à luz da configuração da cultura escolar. Esta cultura que, em muitos casos, resiste às ações de transformação impetradas por parte de seus agentes. Compreender esta forma é compreender como a própria escola, e o projeto de educação que ela representa, foi moldada principalmente a partir do século XVIII⁵⁹.

O atual perfil de professor não serve para entender a forma como esta ocupação se apresentava em outros períodos. Compreender como um ofício transmutou-se em profissão requer investigar os diferentes formatos de sua configuração. A figura do professor como conhecemos tem sua história diretamente ligada ao percurso da própria escola moderna, que

⁵⁹ De acordo com Dominique Juliá, são três os elementos constitutivos da cultura escolar que se pode observar em consolidação a partir do século XVIII: espaço escolar definido, cursos graduados em níveis e corpo profissional específico. Cf. JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 01, jan./jun. 2001, p. 9-43.

conformou ao longo do tempo um modo de funcionamento e organização bastante característico. Nesta construção, diferentes agentes sociais atuaram de modo a imprimir as perspectivas das quais compartilhavam acerca do trabalho do professor.

Tentar compreender a profissão docente apenas por meio das ações voltadas aos professores primários, ou a presença das mulheres, não parece ser suficiente para uma visão mais adensada sobre a questão. Esta afirmação, apesar de óbvia, precisa ser reiterada tendo em conta aquilo que é recorrente na literatura acadêmica sobre profissão docente. Tem-se, reiteradamente, tomado as características morfológicas constituintes da docência como algo dado e natural e não como o resultado sócio-histórico do jogo de relações de força entre grupos que disputam o campo educacional.

O estudo sobre a relação entre elite letrada e ofício docente revela que é um equívoco pensar a docência como um bloco monolítico, uma totalidade homogênea, como tem sido recorrência na historiografia educacional brasileira. Fica claro que é mais frutífero pensar em “professores”, “docências”, em uma perspectiva mais plural. Se a organização dos professores primários constitui um elemento fundamental para a consolidação da docência como profissão, não se pode negar também que a atuação de uma elite letrada neste mesmo sentido teve grande relevância.

Do mesmo modo, afirmar que os professores do século XIX eram todos desinteressados e que por isto os índices educacionais eram pífios não passa de meia verdade. É preciso questionar o discurso da época acerca desta afirmativa, quem eram os sujeitos que fizeram tal avaliação, para perceber que por trás de tal entendimento estava incluída uma proposta, um plano, sobre qual deveria ser o perfil do “bom professor”, desde as origens sociais, a formação escolar, o nível de civilidade compartilhado.

O presente estudo não abarca a totalidade de indivíduos que tiveram acesso, com maior ou menor dificuldade, a graus elevados de formação escolar em Sergipe no século XIX. Trata-se apenas de uma fração deles. Cabe ainda em futuros estudos perscrutar outros corpus documentais para efeito de comparação com os dados aqui levantados. Também requer um olhar verticalizado acerca da produção escrita desses sujeitos sobre o tema educação. Além de investigar suas atuações quando ocupantes de espaços no campo político. Seja como for, espera-se que com esta pesquisa seja possível apontar outros pontos de visada no que diz respeito ao desenvolvimento histórico da docência como profissão.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Aspectos do baronato sergipano (1848-1889). IN: **Revista do IHGS**, nº 33, pg. 105-127, 2000-2002.
- ALMEIDA NETO, Dionísio de. O Internato Provincial da Estância (1855-1860). In: **Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação Escolar em Perspectiva Histórica**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, PUC/SP, 2005.
- AMORIM, Simone Silveira. **A trajetória de Alfredo Montes, 1848-1906: representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe**. Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira; São Cristóvão: Editora da UFS, 2009.
- ANDERSON, Robert. The idea of the Secondary School in nineteenth century Europe. IN: **Pedagogica Historica**, v. 40, n 1-2, abril/2004, p. 93-106.
- ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (orgs.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008.
- ARAÚJO, RICARDO TELES. Famílias sergipanas do período colonial (III). IN: **Revista do IHGS**, nº 36, pg. 97-108, 2007.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. Parte terceira – A transmissão da cultura. 7 ed. São Paulo: EDUSP, 2010.
- BARREIRA, Luiz Carlos. **História e Historiografia: as escritas recentes da História da Educação Brasileira (1971-1988)**. Campinas, 1995. 258 p. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- BONTEMPI JR., Bruno. **História da Educação Brasileira: o terreno do consenso**. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação), Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. **Homo Academicus**. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2011.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.
- BOURDONCLE, Raymond. La professionalisation des enseignants: analyses sociologiques anglaises et américaines. **Revue Française de Pédagogie**, n. 94, jan./mar. 1991, pg. 73-92.
- _____. La professionalisation des enseignants: les limites d'un mythe. **Revue Française de Pédagogie**, n. 105, pg. 83-119.

- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- CATANI, Denice Bárbara. Estudos de História da profissão docente. IN: LOPES, Eliana Marta Teixeira; et al. **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 585-599.
- CHARLE, Christophe. Como anda a História Social das Elites e da Burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. IN: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19-39.
- CHERVEL, André. Quando surgiu o Ensino “Secundário”? **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 18, nº 01, jan./jun. 1992, p. 99-112.
- COELHO, Eduardo Campos. **As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- COMENIUS, Jan Amos. **Didática Magna**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ERASMO DE ROTTERDAM. **De Pueris (dos meninos). A civilidade pueril**. São Paulo: Escala, s/d.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da História da Educação. **São Paulo em Perspectiva**, n. 14, 2000, pg. 44-50.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **O ensino régio na Capitania de Minas Gerais (1772-1814)**, Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- FREIDSON, Eliot. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. São Paulo: EDUSP 1998.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925. (Para esta pesquisa foi utilizada a versão digital elaborada por Luiz Antônio Barreto disponível em www.unit.br/memorial/arquivos/dicarmindo.pdf, acessado em 23/11/2008).
- H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Brasil Império**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- HAMILTON, David. Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 01, 2001, p. 45-73.
- HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: Editora Autores Associados, nº 01, jan./jun. de 2001, p. 09-43.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

LEANDRO, H. W.; SANTOS, D. W. S. dos. “Grandes famílias” e estruturação do espaço do poder em Sergipe: grupos familiares e dinâmicas do poder. IN: **Scientia Plena**, v. 6, n. 12, p. 1-13, 2010.

LEANDRO, H. W.; SANTOS, D. W. S. dos. “Grandes famílias” e estruturação do espaço do poder em Sergipe: reconversões sociais e esferas de atuação. IN: **Scientia Plena**, v. 6, n. 13, p. 1-18, 2010.

LIMA, Aristela Aristides. **A instrução da mocidade no Liceu Sergipense: um estudo das práticas e representações sobre o Ensino Secundário na Província de Sergipe (1847-1855)**. São Cristóvão, 2005, 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Núcleo de Pós-Graduação em Educação, UFS).

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (Coleção O que você precisa saber sobre).

LORENÇO FILHO, Manoel Bergström. **A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação**. Organização de Ruy Lourenço Filho. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Duas cartas de Luís Antonio Verney: o Verdadeiro método de estudar e a reforma pombalina. IN: OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)**. Maceió: EDUFAL, 2010. p. 147-164.

NASCIMENTO, Jorge. Carvalho do. **Historiografia educacional sergipana**. São Cristóvão/SE: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS, 2003.

NÓVOA, António. **Le temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIe-XX siècle)**. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria e Educação**, v. 4, 1991

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. 2 ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

PEREIRA, João Batista Borges. **A escola secundária numa sociedade em mudança: interpretação socioantropológica de uma experiência administrativa**. São Paulo: Pioneira, 1969.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou Da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Olhares de Clio sobre o universo educacional**. Um estudo das monografias sobre educação do Departamento de História da UFS - 1996/2002. 1. ed. Aracaju: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS, 2003.

SANTOS, MAURÍCIO DOS REIS. **Restos imortais: uma leitura do arquivo Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924)**. 2005, 56 f. Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal de Sergipe, 2005.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. **A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)**. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe. 2004.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Cia Nacional, 1969.

SIQUEIRA, Luís. **De La Salle a Lancaster: os métodos de ensino na escola de primeiras letras sergipana (1825-1875)**. São Cristóvão, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação), Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe.

STEIN, Nedina R. M. **História das instituições escolares brasileiras na produção dos programas e cursos de pós-Graduação em História, 1974-1994**: uma contribuição para a Historiografia da Educação Brasileira. São Paulo, 1998, 130 p. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação), PUC – SP.

THOMPSON, Eduard P. **A miséria da teoria ou Um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1981.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e seus mestres**: a educação no Brasil de oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro método de estudar**. Lisboa: Presença, 1991.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Estudos de História da profissão docente. IN: LOPES, Eliana Marta Teixeira; et al. **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 585-599

WARDE, Mirian Jorge. Anotações para uma Historiografia Brasileira. **Revista Em Aberto**, Brasília, ano 3, nº 23, set./out. 1984, p. 1-6.